Diário de Lisboa

Janeiro 1977
Quarta-feira
26

Ano 56.º
N.º 19 262
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Investigações confirmam "grandes manobras" fascistas

E.L.P. E RAPAZOTE COM "ULTRAS" DE ESPANHA

A polícia espanhola está a proceder a amplas investigações em busca dos autores da morte do jovem estudante Arturo Garcia, fuzilado por extremistas de direita numa manifestação do domingo, dos autores do sequestro do general Villaescusa e dos assassinos dos advogados. De acordo com informações oficiais, até agora foram presas mais de 66 pessoas, 19 das quais estrangeiras. Entre os presos estão espanhóis, argentinos, colombianos, exilados cubanos direitistas, australianos, um inglês e um libanês.

Um dos presos mais conhecidos é Sánchez Covisa, dirigentes dos «Guerrilheiros de Cristo-Rei», farmacêutico, adepto da violência de direita que esteve directamente relacionado com a articulação do ELP em Espanha, e possui ligações com organizações fascistas internacionais.

A prisão de tantos estrangeiros faz crer que os factos que se passam actualmente em Espanha são parte de uma vasta conspiração internacional para desestabilizar o país. Aparece claramente a interferência da «Internacional do Terror», com amplas ramificações em Espanha, ligada à AAA (Aliança anticomunista Argentina), e em Portugal, onde actua sob a direcção do ex-ministro salazarista Gonçalves Rapazote, conforme noticia a Imprensa espanhola. Julga-se que os implicados directamente nas acções podem ser grupos contratados como parece ter acontecido no caso de Montejurra, quando a extrema-direita provocou duas mortes. Por outro lado, confirma-se a prisão do judeu-argentino Jorge Cesaresky Goldstein, que provavelmente teve ligações com os acontecimentos de Montejurra e que hoje tem a sua fotografia estampada nos jornais, durante um congresso da «Fuerza Nueva», fazendo a saudação fascista. As investigações indicam ainda que a implicação de estrangeiros poderá estar mais patente no caso do sequestro do general Villaescusa. Analistas dizem que determinados termos do comunicado do GRAPO teriam sido escritos por um italiano e um académico de linguística espanhol, afirma que o último comunicado desta organização teria sido escrito por um argentino, uma vez que tem terminologia usada somente naquele país e não em Espanha. Desta forma, o GRAPO, que se diz de esquerda, cada vez mais é desmascarado como um grupo de extrema-direita que estaria interessado em provocações em Espanha e, talvez, com consequências para outros países. Recorde-se que várias personalidades do Governo espanhol já admitiram publicamente esta hipótese.

POSIÇÃO DO EXÉRCITO

Um editorial do jornal inglês «Financial Times» de hoje diz que «quanto mais aumentar a violência, maior será o risco de o exército se sentir forçado a regressar à política para restabelecer a lei e a ordem. E isso poderá ser, precisamente, o que a extrema-direita deseja alcançar». Entretanto, o exército já manifestou publicamente a sua decisão de ficar afastado da política. Aliás, o rapto do general Villaescusa pelo suspeitíssimo GRAPO surge como um claro desafio aos militares. Sobre isso, disse o general Coloma Gallegos, antigo ministro do Exército e actual titular da IV Região Militar, com sede em Barcelona: «Se isto é uma tentativa de implicar o exército em atitudes políticas, não o conseguirão, pois o exército permanece sereno, ainda que com indignação por este criminoso sequestro que, confiamos, será resolvido favoravelmente.»

Pelo seu lado, o general Vega Rodriguez, novo chefe do Estado-Maior desmentiu ontem à noite a um jornalista do «ABC» que se pretenda impor o estado de emergência, sublinhando a posição apolítica das Forças Armadas, ao mesmo

GREVE NA PESCA COSTEIRA

As redes estão paradas desde segunda-feira

Algarve adere à paralisação

Os pescadores da pesca de arrasto e artesanal de Portimão, Lagos, Faro e Olhão aderiram à paralisação decretada noutros centros do país, por esta classe de trabalhadores, segundo informação de um porta-voz da Direcção do Sindicato Livre dos Pescadoeres do Distrito de Lisboa.

Aguarda-se para breve a resposta dos Sindicatos de Matosinhos e Peniche, enquanto, segundo a mesma fonte de informação, a Intersindical, depois de uma reunião com representantes de sindicatos dos pescadores, alertará os sindicatos seus filiados ligados a actividade das pescas, no sentido de se solidarizarem com os trabalhadores em greve.

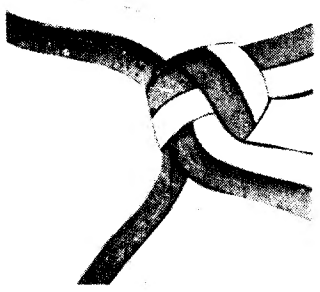
O navio bacalhoeiro «Invicta», que deveria sair ontem para o mar, também não saiu por a sua tripulação se ter solidarizado com os trabalhadores. Ontem ainda representantes dos Sindicatos avistaram-se com grupos parlamentares do P. S. e do P. C. P. Os primeiros afirmaram desconhecer a questão, os segundos teriam indicado o dia de amanhã para levantar o problema na Assembleia da República. Os sindicatos enviaram telegramas aos navios que se encontram na pesca longínqua e do alto, informando as tripulações do que aqui se está a passar.

O Sindicato da Mestrança e Marinhagem de Câmaras da Marinha Mercante promove no próximo dia 3, às 16 horas, na Casa dos Marinheiros Mercantes, uma reunião geral de sócios para decidir a posição face à luta dos pescadores.

Comandante Xavier suspenso sem qualquer acusação

(Pág. 20)

Congresso começa amanhã com 269 sindicatos

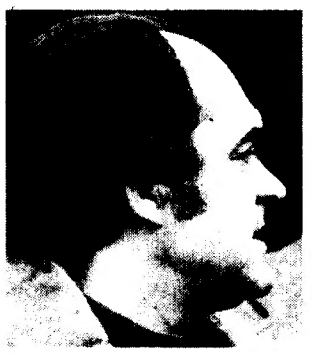


(Pág. 8)

"Cabaz das Compras": 30 produtos

O «cabaz das compras» com mais de três dezenas de produtos vai, dentro em breve, fazer parte das economias da dona de casa. Os preços dos produtos constantes do cabaz (produtos alimentares, não alimentares e serviços) vão ver os seus preços congelados ou, pelo menos, vigiados. Aqui fica a enumeração dos géneros que se podem meter no cabaz: pão (todos os tipos); massa alimentícia, farinhas para usos culinários; arroz (com excepção do «agulha»); batata; leguminosas secas (feijão e grão-de-bico); frutas (laranja e pero «Golden»); tomate pelado e calda de tomate; açucar; carne congelada; frango; salsichas enlatadas; outras conservas de carne (mortadela e fiambre); peixe congelado (pescada); bacalhau corrente e miúdo, cujo abastecimento só fica garantido em certas épocas do ano; ovos; leite fresco, em pó e condensado; farinhas lácteas; preparados para a alimentação de crianças e para usos dietéticos; queijo (tipo flamengo); azeite; óleos alimentares; margarina; bolachas (tipo «Maria», torrada e água e sal); vinho comum; cerveja; refrigerantes e sumos de frutas.

Nos produtos não alimentares que vão fazer parte do cabaz das compras, citam-se: gás da cidade e gás butano; petróleo iluminante; electricidade para uso doméstico; sabão «offenbach»; outros sabões e detergentes; pós de limpeza; detergentes para máquinas de lavar; sabonetes, pastas dentífricas e cremes de barbear. Quanto aos serviços, salientam-se os transportes colectivos, urbanos e suburbanos. Entretanto — preços vigiados ou congelados — o preço da batata subiu. Como conforto, o preço da «bica» mantém-se.



Nem Palma nem Niza: Rosa!

Tomás Rosa decidiu "nomear-se" director de Programação da TV

(Pág. 5)

20 PÁGINAS

Política de A à Z

O QUE AUMENTA

O jornalista Baptista-Bastos, entrincheirado na terceira página do «Diário Popular», formula uma pergunta inquietante: «Que vai aumentar amanhã dr. Mário Soares?».

Admitimos que o Primeiro-Ministro não tenha resposta pronta e certeira para lhe dar, para nos dar. Porque somos muitos, do Minho ao Algarve, nas Ilhas e na Emigração, que inquietos vemos subir o custo de vida e que mais inquietos vemos subir a maré do descontentamento, do desencanto e da decepção.

Se os ministros, secretários e subsecretários de Estado vierem à rua, frequentarem estabelecimentos públicos, utilizarem os nossos maus transportes, fizerem com o homem comum esta má vida diária em que andamos sem perspectiva muitos e muitos já sem esperança, não poderão libertar-se do sentimento de que não há lugar para o discurso triunfalista, para a facilidade das explicações, para a auto-satisfação das justificações. E algumas vezes nas ruas, em transportes públicos, nos estabelecimentos, ouvirão ditos e doestos de uma natureza tal, de um tal desespero, ou de um tão marcado oposicionismo, que terão de pensar se não estamos à beira de uma «crise».

De uma «crise» de confiança naquilo que foi o «processo revolucionário em curso» e que se converteu, nos dias que correm, no «novo estabelecimento democrático», perdida que foi a mobilização popular, arrefecido que foi o entusiasmo, detida ou desviada a intenção transformadora de uma sociedade que em 1974 enfrentara a tarefa histórica de se reconstruir como Democracia (política, económica e social).

Escreveu Baptista-Bastos: «O mal-estar é geral. Não se oculta uma evidência pelo preço da indiferença ou do silêncio...».

Tem razão. E tem razão duplamente. É, com efeito, geral o mal-estar. E não podemos permanecer indiferentes, nem responder aos surdos clamores com o silêncio. Arriscamo-nos a ser acordados com os altos brados do protesto, ou de vermos o sonho de uma madrugada de Abril, o projecto nacional para que convergem as forças democráticas e socialistas, reduzido a um texto violado, a palavras mortas, a vazios conceitos. Não queremos que os espectros ressuscitem. Não queremos que a «direita» que se reagrupa, legal e clandestinamente, hoje lagre cercar, consiga asfixiar, a nossa jovem e débil Democracia. Mas estamos num dilema: vencer ou ser vencidos. Só há uma forma de evitar a derrota, é alcançar a vitória. E há um método só de evitar o ataque da «direita» é passar à ofensiva. E a batalha a travar é a da clarificação política, da clara definição de um «inimigo principal», como condição prioritária do esforço de trabalho, de austeridade, de racionalização, de modernização e de organização que nos é exigido para sobrevivermos com independência, e, como povo livre e independente, venceremos.

CLARIFICAÇÃO POLÍTICA E DESCOLONIZAÇÃO

Com um sentimental pretexto, desafiando complexos emocionais, um deputado que se senta na bancada do C.D.S., mas que nas suas atitudes e palavras não reflecte forçosamente as intenções desse partido, o general Carlos Galvão de Melo, terá proposto que a Assembleia da República oiça, a título de esclarecer-se homens que intervieram no processo de descolonização. Segundo o deputado Galvão de Melo as questões que o preocupam «podem levar à suspeita de alta traição».

Portanto, em seu entender, «tendo em conta os cargos que exerceram Melo Antunes, Vítor Crespo, Rosa Coutinho, Leonel Cardoso, Costa Gomes deveriam todos, ou pelo menos alguns, vir a esta assembleia trazer uma palava esclarecedora».

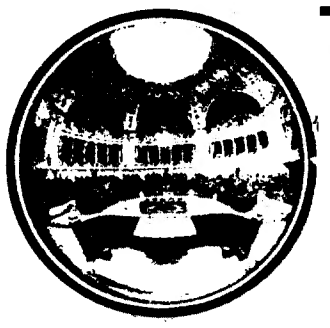
E invocou, o senhor deputado, o «direito constitucional» da Assembleia da República» para se esclarecer, para interrogar, para inquirir.

Claro que as pessoas que neste País não andam distraídas sabem que em órgãos de Imprensa afectos à «direita» e da reacção fascista e colonialista servidores, a estes nomes algumas vezes são acrescentados outros: o de Mário Soares, o de Almeida Santos. E sabemos, também, que em matéria de «direita constitucional» há outros esclarecimentos a promover, outros inquéritos a iniciar. Deverá ser esclarecido quem continua a sabotar, por todos os meios, as relações fraternais com as jovens Nações africanas para as quais a língua portuguesa continua a ser veícular, instrumento de cultura, de apretrechamento tecnológico, de acesso ao convívio internacional e de expressão nas assembleias regionais e universais. Deverá ser inquirido quem e com que meios, apoia a contra-ofensiva imperialista contra as jovens Nações, quem pretende fazer de Portugal uma placa-giratória da intriga e da subversão na África Austral. Deverá ser inquirido quem recruta mercenários e quem cogita, ou fecha, negócios de armamento. Deverá ser inquirido quem é contra a colonização e por extensão contra **esta Constituição contra este** projecto nacional que o voto popular aprovou e à defesa do qual, pela própria coincidência dos poderes em que se encontra investido, se consagrou um homem que é o Chefe Supremo das Forças Armadas, o Presidente do Conselho da Revolução e o Presidente da República.

Os que pretendem por em discussão, submeter a inquérito, as condições em que se verificou o processo da descolonização, levarão mais longe a sua diligência: quererão pedir esclarecimentos a Mário Soares, quererão submeter a inquérito Almeida Santos. E nem aqui se deterão. Amanhã, como nas entrelinhas já vêm fazendo, porão em causa o próprio general Ramalho Eanes. No fundo, estamos perante a ofensiva da «direita», saudosa dos bons tempos, ansiosa por recuperar o seu dominio. E como o povo, nas ruas, e nas urnas, já proclamou a sua vontade, resta à «direita» iniciar uma larga campanha politica para envolver o C. D. S. e forçar o P. S. D. a um ataque frontal ao P. S.; ou, então, terá que lançar-se, com mais bombas, com mais terrorismo, na subversão desestabilizadora que provoque e legitime a intervenção de um salvador ou o pronunciamento militar ordeiro.

Resta saber se o general Ramalho Eanes e os democratas que votaram a Constituição, estão dispostos a eixarem-se cercar pelo fascismo e pelo neo-fascismo.

Nacional



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Um passo atrás do P.S.D.-P.P.D. dois em frente de Galvão de Melo

Ao avançar com um voto de protesto, onde se acentua que a assembleia «lastima profundamente e verbera com veemência» os acontecimentos ocorridos na ilha de S. Miguel — relacionados com o aumento do preço da gasolina — o Grupo Parlamentar do PSD, forneceu ontem no hemiciclo, antes da ordem do dia, uma hábil manobra táctica despoletando eventuais ataques de outros partidos contra o governo insular, da sua responsabilidade.

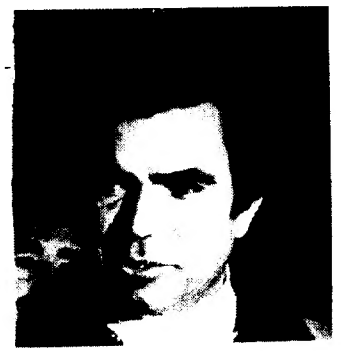
Sublinhando, num dos considerandos, que «o desconhecimento dos motivos da medida governamental do aumento de preço da gasolina, serviu de pretexto a tais desacatos», o PSD, pela voz de Barbosa de Melo, descomprometia, com tal protesto, o seu homem das ilhas, dr. Mota Amaral e respectivo governo, enquanto atribuia — sem o afirmar expressamente — ao governo central PS, a responsabilidade por tal «desconhecimento», e portanto, pelos problemas surgidos.

No entanto, nos considerandos seguintes condena-se a violência ocorrida (os jardins do palácio do ministro da República foram assaltados) e apela-se «para os responsáveis e para as populações no sentido de rapidamente actuarem em conformidade com as exigências da ordem democrática e do respeito pela Constituição», para evitar quaisquer reacções de outros parlamentares (nomeadamente dos socialistas) quanto a cobertura ou passividade para com os separatistas.

Assim se explica a intervenção de Amaro da Costa (CDS) que na peugada da actual linha de colagem do seu partido ao Governo PS de procurar substituir-se ao PPD numa apetecida coligação, adiantou ser «sintomático que seja o PSD a apresentar o voto de protesto» ao mesmo tempo que insinuava «ambiguidades» e «desafio» ao Governo Central do governo regional dos Açores.

Gerou-se viva discussão entre representantes do PSD, CDS e PS. Após protestos de Barbosa de Melo (PSD) pelo tom de Amaro da Costa, caberia a Mário Mesquita (PS) o lançamento de uma «ponte» ao partido de Sá Carneiro, ao sublinhar os «pontos de acordo entre partidos com responsabilidade nacional ou regional», e o ataque ao CDS, ao referir que o seu partido não pactuará com partidos que são coniventes, «mais ou menos abertamente» com o separatismo.

Um afrouxamento da tensão PS-PSD em sequência da viagem de Sá Carneiro, a Madrid, parece pois a ideia principal a reter da



Galvão de Melo

Barbosa de Melo

discussão gerada e do próprio e hábil protesto apresentado por Barbosa de Melo.

Vital Moreira (PCP) manifestaria, em declaração de voto — o protesto foi aprovado por unanimidade — reservas quanto «à insuficiência e equivocidade» do protesto do PSD, denunciando a passividade do governo regional dos Açores face às manobras separatistas.

Aplaudido discretamente por Amaro da Costa, e com mais entusiasmo por Rui Pena, o deputado Galvão de Melo (silencioso desde os elogios de Agosto passado ao Primeiro-Ministro, Mário Soares) fez uma «curiosa» intervenção, também no período de antes da ordem do dia.

Tendo como pretexto a alegada existência de prisioneiros portugueses nas ex-colónias, o ex-apologista da «moca de Rio Maior» perguntou por diligências do Governo ou do EMGFA, ou por decisões que o Presidente da República pense tomar, relativamente a tais situações.

Galvão de Melo (tão cordato há meses) iria porém mais longe: considerou que, «pelos cargos que exerceram», Melo Antunes, Vítor Crespo, Rosa Coutinho, Leonel Cardoso e Costa Gomes, deveriam «todos, ou pelo menos alguns, vir a esta assembleia trazer uma palavra esclarecedora: é o nosso direito constitucional», e insinuou, mesmo, que tais questões, «com facilidade podem levar à suspeita de alta traição». E, antes de enviar um requerimento para a mesa para tal esclarecimento, ameaçou: «a última questão, ou é perfeitamente explicada, e a contento, ou, inevitavelmente, compromete os actuais governantes com os maus actos dos anteriores governos».

A intervenção do ex-membro da Junta de Salvação Nacional sugere pelo menos algumas interrogações: falava pelo CDS? Por si próprio? Ou andará por ali «dedinho» do MIRN?

Na ordem do dia é de salientar a aprovação por unanimidade da proposta de lei que estabelece a diferenciação entre drogas para fins terapêuticos (e a sua comercialização) e as outras drogas, e a ratificação (com abstenção do CDS) de dois empréstimos do Governo à Guiné-Bissau, de 90 mil e 140 mil contos. Com o primeiro diploma aprovado, parece aberto o caminho para o ataque ao consumo comercial de droga e respectivos traficantes.

Amanhã, com o recomeço das sessões plenárias, será finalmente discutido o pedido de ratificação do PCP, do diploma que estabeleceu os novos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública.

E.A.

Primeira reunião da Assembleia Municipal do Porto: ao centro, o seu presidente, António Macedo (P.S.), tendo à esquerda o prof. Ruy Luís Gomes (FEPU) e à direita Olívio Franca (P.S.D./P.P.D.). «Estar ao serviço dos munícipes deverá ser e será o lema da Assembleia Municipal» disse António Macedo na posse da Assembleia, anteontem

Noticiário breve

EANES-SOARES

■ Por causa da deslocação ao Algarve, amanhã, do Presidente da República, foi antecipada para hoje a reunião de trabalho semanal entre Eanes e Soares, em Belém. Reunião de rotina, tem uma novidade: a presença dos ministros do Plano e das Finanças.

MEDEIROS FERREIRA

■ O ministro dos Estrangeiros recebeu ontem em audiência o embaixador francês em Lisboa. Tratou-se de assuntos respeitantes às relações bilaterais e da próxima visita de Soares a Paris, em digressão pela Europa dos Nove» digressão preparatória da integração de Portugal na C. E. E. A França, lembra-se, é dos países que encaram com mais reservas a adesão de Portugal na Comunidade.

SOUTO CRUZ

■ O almirante Souto Cruz estará amanhã à noite no Hotel Tivoli, a convite do American Club. O vice-chefe do E. M. A. fará uma exposição, e em inglês.

P.S. NA HOLANDA

■ O P. S. estará representado no Congresso do Partido Trabalhista Holandês que se realiza em Haia de amanhã a sábado. Representante, Rui Mateus.

Lopes-Graça na televisão soviética

MOSCOVO, 26 — A Televisão Central da União Soviética transmitiu a cerimónia da entrega da Ordem Soviética de Amizade com os Povos ao compositor português e conhecida personalidade antifascista, Fernando Lopes-Graça.

O jornal «Pravda», comentando a actividade de Lopes-Graça, afirma que a condecoração foi atribuída devido à grande contribuição do compositor para o desenvolvimento e fortalecimento da cooperação cultural entre os povos de Portugal e da União Soviética e pelo seu 70.º aniversário.

QUADROS A ÓLEO

Assim como lustres, candeeiros, bibelotes e enorme variedade de peças decorativas.

GALERIA ACTUAL
AV. DA REPÚBLICA, 12
(Perto do Saldanha)

ROTEIRO de LISBOA e ARREDORES
edição da POLICIA DE SEGURANCA PUBLICA
actualizado em 1977 - preço 60.00
distribuidor Rei dos Livros
R. da Conceição 1-23 Tel. 365545
LISBOA 2

post-scriptum

A descolonização

Leio, em títulos de caixa alta, em jornais de 17 de Janeiro, a suspensão de todas as suas funções do almirante Rosa Coutinho. E, isso desgosta-me.

O meu pesar é menos pela pessoa em si — de quem não sou familiar ou sequer conhecido — mas mais, muito mais, pelo que essa suspensão representa no nosso contexto histórico, ou especificando-me melhor, a imagem da componente eficaz da nossa voluntariedade, no processo de descolonização. E, para mim, embora outras razões possam vir a ser dadas a público, tenho talvez a ousadia de extrapolar que se encontra interligado essa eventual suspensão e o processo de descolonização, mormente em Angola, com o reconhecimento e a vitória do MPLA, legítimo representante do Povo Angolano.

Está muito generalizado em Portugal, especialmente em certos meios reaccionários ou cegos, de que as independências das nossas ex-colónias foram pura e simplesmente dadas, por nós, o que, nesciamente, pressupõe ser uma descolonização, não uma relação binária (colonizadores e colonizados) mas sim, a resultante da dádiva de uma única componente, o povo colonizador, neste caso Portugal. Nada mais errado.

Para compreender este ponto, será necessário tomar em consideração o seguinte traço essencial da natureza do fenómeno colonial: a situação colonial é uma relação entre dois povos e, numa descolonização, a maior força é a do povo colonizado. Nada há a fazer quando esses povos subjugados pegam em armas e jogam na luta e na guerra, todo o seu desejo de libertação nacional. A descolonização é sempre um fenómeno violento. A descolonização, a qualquer nível que a estudemos, é pura e simplesmente a substituição de uma «espécie» de homens, por outra «espécie» de homens. Sem transição há substituição total, completa, absoluta. A invulgar importância dum processo de descolonização reside no facto de constituir, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagónicas que vão buscar a sua originalidade a essa espécie de substantificação segredada e alimentada pela situação colonial. Assim a descolonização não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável.

Por isso quando certos jornais e políticos afirmam que Portugal devia ter jogado desta ou daquela maneira, no seu processo de descolonização, jogam na frustração e na inconsciente ignorancia chauvinista de muito boa gente. Como muito bem o disse há tempos um ministro deste actual governo constitucional, «a descolonização portuguesa foi um processo do possível». E, nestas breves palavras, muito sintéticas, havia todo um mundo de verdadeiro pragmatismo subtilizado: num processo de descolonização, o povo colonizador é o que menos pode dizer ou ordenar e a sua acção tenderá mais para uma posição de defesa, mais ou menos estática ou de expectativa, do que propriamente, a mola real da dinâmica de todo um processo de descolonização.

Pareceu-me que isto devia ser dito e, por isso me propus escrever estas linhas para a secção «post-scriptum» do «Diário de Lisboa», jornal que há muito leio e admiro, pela firmeza e coerência sempre demonstrada quer na luta antifascista ou anticolonial.

Creio, pois, que se deve acabar com o tom lamuriento, hipócrita, de imperialismo saudosista e de crítica aos homens mais evidentes no processo de decolonizaçao português e encarar de cabeça fria, firmemente, a nova página que a História de Portugal nos reserva — a colaboração leal e cooperação fraternal com os novos povos e governos africanos de expressão portuguesa.

Miguel Bomfim Ricardo
PÓVOA DE ST.ª IRIA

Coisas que o povo não entende

O português comum, o Povo, enfim, a maioria da população, julgo estar convencida de que a guerra, essa odiada peste que durante 13 anos vitimou a nossa gente e a das ex-colónias, foi destruída com o 25 de Abril. E tão convencida disso está que, nos últimos meses, muita gente se interroga, perguntando se, ainda não refeitos da tormenta, já nos estamos (ou nos estão) a preparar para outra calamidade idêntica ou pior.

Com efeito, a maioria não entende porque é que estamos a receber material bélico, moderno e sofisticado, que, com tanta generosidade, os nossos «amigos» americanos e alemães ocidentais nos estão a oferecer.

Vamos entrar noutra guerra? Se sim, contra quem? Quem é o nosso mortal inimigo?

Que Governo é este, que não explica isto ao povo? Ao povo, sem o qual não fará guerra nenhuma?

Não seria preferível que os nossos «amigos» americanos e alemães ocidentais, em vez de armas de destruição e morte, e de empréstimos condicionados, hipotecários e com altos juros, nos oferecessem armas de construção e para a vida?

Pelo caminho que as coisas tomam, receio que não tardará o dia em que sejamos descaradamente tratados como sempre o fomos antes do 25 de Abril: mandaretes explorados pelo imperialismo.

O Povo terá pois que, novamente, resistir e, estou certo, mais uma vez irá mostrar a quem o quer espezinhar que a História não anda para trás.

J.D. Dias da Silva
LISBOA

O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS (I)

PEDRO VIEIRA DE ALMEIDA

A feliz decisão de prolongar entre nós a permanência da exposição do património arquitectónico europeu, actualmente na Fundação Calouste Gulbenkian, leva a considerar oportuno senão quase obrigatório repensar um pouco sobre os problemas do património arquitectónico português, e sobre o destino sombrio que se lhe adivinha, caso não sejam tomadas a curto prazo decisões operacionais, sobre a sua inventariação, documentação, amálise crítica e eficaz enquadramento.

É evidente que o tratamento do património arquitectónico é de difícil solução, já que requer a nível técnico o apuramento de métodos de grande rigor, e a nível institucional o estabelecimento de órgãos capazes de levar a cabo as diversas tarefas que o problema levanta, inclusive aquelas que se articulam com uma exigente e generalizada pedagogia, sobre os valores em causa e as acções preconizadas para uma sua preservação viva, isto é, cultural e socialmente responsável.

Na cultura arquitectónica de cada país, é assim o tratamento dado ao seu património elemento revelador do grau de consciência e de seriedade críticas, com que são encarados não só a arquitectura do passado mas também a arquitectura do presente, no que ela queira ter de verdadeiramente actual e até de inovador.

No caso português, mais do que elemento revelador de um estado de inconsciência e falta de seriedade crítica, triste resultado de uma fraude cultural dos decénios negros, o não tratamento dado ao património é hoje já acusador de uma ainda não assumida responsabilidade e operacionalidade teórica e prática, e aqui já somos responsáveis todos nós, sem mais alibis.

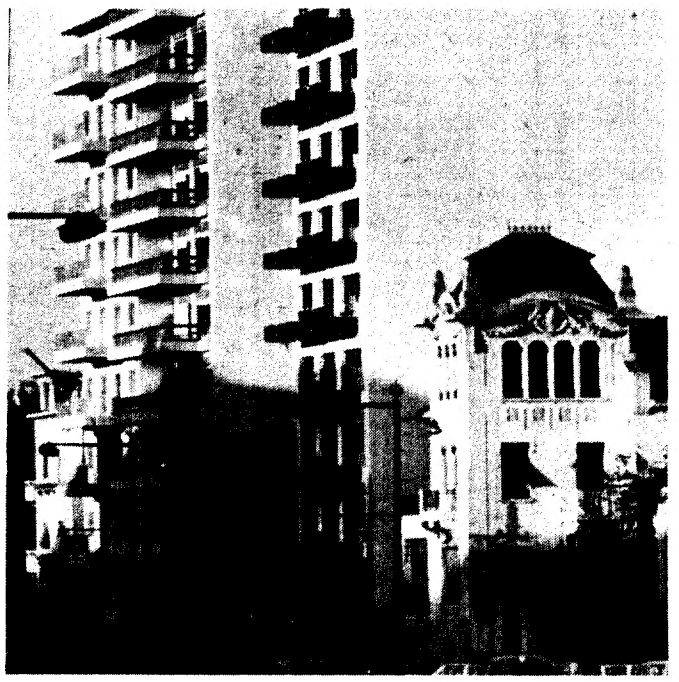
Alguns aspectos fundamentais, no entanto, dificultam certamente a tarefa e de algum modo se podem adiantar como justificações, até por parecerem apontar paradoxalmente para divergentes opções de intervenção.

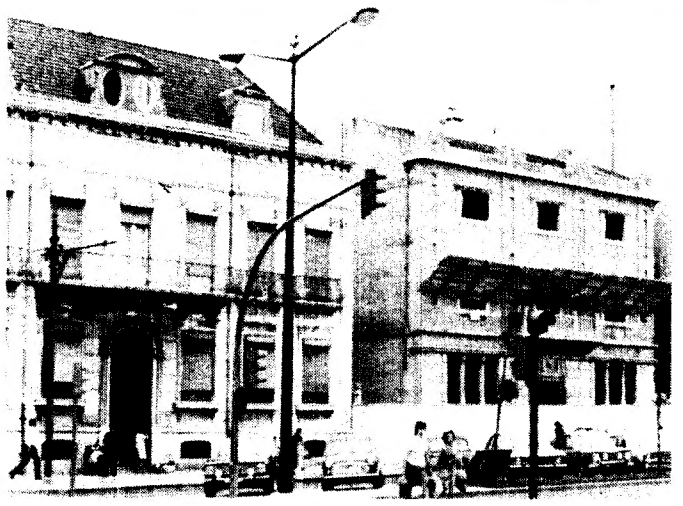
Por exemplo, podemos e devemos assentar em primeiro lugar que o tratamento do património se constitui sempre como conjunto de casos espécie, de cada vez exigindo uma abordagem crítica específica, até porque os valores patrimoniais não existem em si próprios, mas sim em relação física, funcional e estrutural com outros elementos que lhes servem de quadro de referência; este será até um dos ensinamentos amplamente ilustrados na exposição da Gulbenkian.

Nestas condições e se por um lado estas características parecem impor uma grande dispersão de actividade e sugerem uma acção totalmente descentralizada, por outro lado a própria especificidade de cada tratamento crítico só é perceptível e enquadrada nas suas implicações, através de abordagem e estudo comparados, em que essa especificidade resulte mais viva e se afirme claramente nas suas linhas fundamentais, o que atira para uma acção mais centralizada e autoritária; além disso e ainda reforçando esta ideia, surge a dificuldade de estabelecer o número suficiente de equipas capazes de manter uma acção descentralizada com competênica segura, e exigente rigor de critério.

Podemos também assentar um segundo lugar que a salvaguarda dos valores patrimoniais arquitectónicos, só é exequível através do apio da população local,que não só faz parte do enquadramento desses valores **como deles é parte integrante**.

Aqui também, por um lado, se será tentado a uma radical descentralização da intervenção, atirando para as populações e para os seus órgãos que se espera agora mais representativos, grande parte do problema, e por outro lado, se encontrarão razões para um firme controlo da intervenção já que de valores culturais e educativos se trata.





Estes dois prédios, exemplo de um coerente espaço urbano que foi a Avenida da República, desapareceram há poucos anos para dar lugar a dois «ficheiros» que, tal como já tantos outros, «poluíram» arquitectonicamente aquela avenida

No caso português e este agora particularmente interessa analisar, não me parece que qualquer das vias tomadas com exclusividade, sirva para uma clara abordagem do problema.

Certamente que num país de sólidas tradições culturais, uma descentralização efectiva e operacional de acções de salvaguarda será o melhor caminho a percorrer, até pelo que implica de permanente e viva intervenção pedagógica.

Esta situação está entre nós, de momento, vedada por razões de carácter teórico e prático e embora deva permanecer como horizonte de referência e como situação tendencial, de facto a sua adopção ainda constituiria de momento, apenas mais uma forma irresponsável de não responsabilização.

Institucionalmente, a situação que será entre nós possível e útil parece situar-se não como intermediária entre as duas posições extremas, ocupando por inércia uma terra de ninguém cultural, mas sim situar-se numa posição que as englobe, num tipo de intervenção mais hábil e maleável.

Creio eu que se trata fundamentalmente de recusar o tratamento do problema do património como um todo monolítico, antes nele tentando perceber as suas diversas componentes e destas, quais as que devem ser contralizadas e quais podem ser descentralizadas em cada uma das intervenções concretas com que se depare.

Admitamos, no entanto, que se irão organizar a maior ou menor prazo em Portugal, serviços tendentes ao estudo e tratamento do nosso património.

Por um lado não só necessária mas fundamental, esta institucionalização não será por outro lado isenta de grandes riscos, se atendermos a alguma experiência passada, já que existe entre nós a tendência neste género de coisas de pretender definir e institucionalizar tudo à partida e acnda que sem saber bem para quê, montar desde logo máquinas que nascem fartas pesadas e burocráticas, embora certamente de representação social segura, em vez de permitir um organismo mais juvenil, nervoso e incompleto, mas capaz de uma prática crítica através da qual entre outras coisas, ele venha a esclarecer quais as fórmulas institucionais mais adequadas ao caso português, e em que sentido se deverá promover, o desenvolvimento futuro dessas mesmas fórmulas institucionalizadas.

De facto creio não arriscar, demasiado na perspectiva que defendo sobre o assunto, dizendo não haver ninguém hoje em Portugal que possa definir de maneira global, com critério exigente e maioridade crítica, o que pode ser, ou deve ser, um organismo centralizado que se ocupe de património nacional.

Assim penso eu, que se deveria aqui chegar a definição de um mínimo administrativo operacional, capaz de apoio suficiente ao lançar de acções concretas núcleo que tivesse como função não só intervir (e já) nos casos mais urgentes, mas que se repensasse a si mesmo, vindo progressivamente a propôr as regras do seu próprio crescimento e a fundamentar as metodologias preconizadas, em termos de uma prática concreta indispensável.

Aqui o estudo da experiência estrangeira é inegavelmente útil, mas necessariamente limitado, dado que estamos a lidar com valores culturais enquadrados num sistema social e político determinado, com uma população, ela também sepecífica e determinada. Embora os contactos internacionais sejam sempre de reter, é de não esquecer de facto, que além dos aspectos apontados que situam a experiência estrangeira no seu tempo e no seu lugar particulares, sempre que se reúnem eminências internacionais à volta de mesas de colóquios, as conclusões são por via de regra, por um lado amavelmente genéricas, quanto baste, para não ferir susceptibilidades nacionais presentes à função, e por outro lado, apresentam-se absurdamente reivindicativas, e por essa via voluntariamente inoperantes, de transformações sociais e económicas revolucionárias, que certamente não será ao nível do património que se poderão abordar.

Arriscamo-nos todos nestas reuniões, através dos votos piedosos se não algo cínicos que se aprovam nas sessões finais, por pegar enganada e enganadoramente os problemas de cernelha, cabendo-nos muitas vezes o papel ingrato de inócuos rabejadores de abstratas problemáticas genéricas.

Para que as boas intenções humanistas e cultivadas ainda possam ter sentido, é necessário opor-lhes complementarmente um estudo e uma acção coerente a nível nacional e local um estudo e uma acção de casos, que forneçam experiência de actuação concreta, e através dela confiram de facto às intenções expressas, o conteúdo que podem ter, se quiserem ter algum.

PUB

CARTA ABERTA

DISCUTIR, ESCLARECER, VOTAR

Na sequência da verdadeira prática democrática que é, primeiramente discutir e esclarecer e só após a deliberação através do voto secreto e directo, os trabalhadores têm dito de forma clara qual a representatividade legítima do Secretariado da Intersindical.

Os resultados continuam a ser inequívocos, conforme o demonstra o quadro abaixo publicado.

Quem teme conhecer a vontade dos trabalhadores?

Quem teima através do seu II Congresso impôr-lhes uma determinada «unidade»?

Quem se diz defensora dos interesses dos trabalhadores sem para que tal esteja devidamente mandatada pelos mesmos?

Os trabalhadores hão-de continuar a afirmar que Congresso pretendem.

A vontade da maioria terá de ser respeitada pois só assim

A DEMOCRACIA VENCERÁ

SINDICATOS ONDE JÁ FORAM OUVIDOS OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

II CONGRESSO DA INTERSINDICAL

	SIM	NÃO
Escritórios de Lisboa	1 421	11 039
Escritórios de Faro	325	581
Seguros do Sul	385	2 962
Telefonista do Norte	45	710
Hotelaria do Porto	105	85
Hotelaria de Faro	637	60
Engenheiros do Sul	255	397
Escritórios de Braga	161	265
Bancários do Sul e Ilhas	685	10 064
Técnico de Topografia	75	134
Técnicos de Vendas	183	1 204
Engenheiros do Norte	8	215
Engenheiros Técnicos do Sul	114	377
Escritórios de Aveiro	253	1 485
Escritórios do Porto	1 164	7 581
Escritórios de Vila Real e Bragança	96	270
Comércio de Lisboa	1 557	6 378
Bancários do Norte	699	5 425
Enfermeiros do Norte	115	817
Economistas	70	324
Rodoviários de Aveiro	90	190
Rodoviários e Garagens de Aveiro	62	78
Professores da Grande Lisboa (números provisórios)	501	3 099
Engenheiros Técnicos do Norte	34	681
Bancários do Centro	197	691

SINDICATOS QUE VÃO OUVIR OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

Ajudantes e Praticantes de Despachantes	26.1.77

SINDICATOS ONDE JÁ FORAM TOMADAS DECISÕES POR ASSEMBLEIAS GERAIS

Seguros do Norte — Adesão à Carta Aberta	Não ao II Congresso
Construção Civil de Aveiro	Não ao II Congresso
Mineiros do Centro e Norte	Adesão à Carta Aberta (por votação secreta
Pescadores do Porto	Não ao II Congresso (por unanimidade
Escritórios e Caixeiros da Guarda	Não ao II Congresso (67,6% dos presentes)
Carregadores e Descarregadores de Setúbal	Não ao II Congresso

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

Lisboa, 25-1-77

A COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

LISBOA — PORTIMÃO — LISBOA

Excursões diárias em serviço expresso, em autocarros de turismo, organizadas pela Agência de Viagens e Turismo Belos

HORÁRIOS

expresso 1			expresso 2		
Lisboa (Av. 5 Outubro, 75C)	partida	8,00	Portimão	partida	15,00
Setúbal	.....	8,50	Lagos	.....	15,25
Santiago Cacém	passagem	10,40	Odemira	passagem	16,40
Cercal	cerca das:	11,20	Cercal	cerca das:	17,10
Odemira	.....	11,50	Santiago Cacém	.....	17,45
Lagos	.....	13,05	Setúbal	.....	19,40
Portimão	chegada	13,30	Lisboa (Av. 5 Outubro, 75C)	chegada	20,30

Peça informações sobre preços e demais esclarecimentos nas estações do COP 09 da RODOVIÁRIA NACIONAL, em Lisboa, Setúbal, Santiago do Cacém, Cercal, Odemira, Lagos e na COP 10, em Portimão

Nacional

O que é a Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos

A Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos nasceu por iniciativa do senador Lélio Basso (Itália) (1), do reconhecimento da necessidade de continuar a acção desenvolvida nos últimos anos pelo Tribunal Russell I (para o Vietnam) e pelo Tribunal Russell II (para a América Latina), com o objectivo de contribuir para uma consciencialização da opinião pública mundial em relação aos crimes, violências e constante violação dos direitos dos povos, que o imperialismo e as oligarquias e outros grupos reaccionários a ele aliados, vêm cometendo em muitas partes do mundo.

As lutas que os povos vêm desenvolvendo para autodeterminação e libertação de todas as formas de opressão (política, económica, cultural, militar, etc.), necessitam da solidariedade activa das forças progressistas mundiais, do seu apoio da sua acção mobilizadora.

A Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos propõe-se (Artigo 2.º dos Estatutos) «lutar por uma nova ordem política, económica e jurídica com base no direito dos povos à autodeterminação do seu próprio futuro; contra toda a forma de sujeição, de dependência, de dominação e contra todas as manifestações do imperialismo. Os seus objectivos são o pleno desenvolvimento dos valores comuns de cada povo, a promoção da sua verdadeira igualdade entre todos os cidadãos e o respeito efectivo pelos direitos humanos fundamentais, além da construção de uma comunidade internacional baseada nas relações pacíficas, no mútuo respeito e na amizade entre todos os povos».

Em relação à acção a desenvolver, a Liga estabelecerá (Artigo 3.º) «relações com todos os movimentos de libertação que visam atingir os mesmos fins e contribuirá para denunciar à opinião pública mundial, pela tribuna pública e da imprensa, as violações dos direitos dos povos, e para forjar instrumentos de luta culturais e políticos contra todas as formas de dominação».

A ideia essencial que orienta a acção desta organização é a de que, a par dos direitos dos Estados e do Homem, internacionalmente reconhecidos, existem direitos dos povos. E isto, porque estes, nem sempre são garantidos ou defendidos pelos Governos que os representam. Na verdade, muitos Governos — tanto em países do Terceiro Mundo, como desenvolvidos (recordemo-nos das recentes ditaduras, salazarista e caetanista, em Portugal; do franquismo, em Espanha; dos vários regimes terroristas da América Latina, etc.), não são a expressão da vontade dos respectivos povos; nalguns casos reprimem mesmo, em aliança com as forças imperialistas, a sua autodeterminação efectiva, procurando manter as sujeições que impedem ou reduzem uma verdadeira independência nacional.

A Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos actua em estreita cooperação com a Fundação Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos (com sede na Suíça) que se destina, em especial, a tarefas de estudo e culturais, enquanto à Liga cabem as acções de mobilização e de solidariedade activa.

Assim, a Liga propõe-se desenvolver a nível internacional e através dos comités nacionais e secções locais, acções concretas de informação, discussão, divulgação e apoio às lutas dos povos do mundo pelos seus direitos e libertação. Para tal propõe-se: a criação de centros de documentação e estudo; a edição de publicações e boletins; a organização de seminários internacionais sobre temas de importância actual (tais como, a Nova Ordem Económica Internacional; «desculturização»; transferência de tecnologia e dependência; acção das multinacionais; imperialismo cultural; Forças Armadas e independência nacional); de encontros com representação de movimentos de libertação; a eventual constituição de outros tribunais (à semelhança do Tribunal Russell). Enfim, acções que se consideram adequadas ao esclarecimento e mobilização da opinião pública, em geral, e dos próprios oprimidos, para o que é importante a luta contra as barreiras construídas pelos grupos dominantes, para manter obscurantismo e o sentido de obediência inconsciente e acrítica.

Neste contexto, foi aprovada em Julho de 1976, em Argel, a Declaração Universal para os Direitos e Libertação dos Povos, uma das primeiras acções promovidas pelo grupo de personalidades políticas de várias nacionalidades, que constituem os elementos fundidores da Liga. É objectivo último, da Liga, individualidades e associações que a apoiam, que esta Declaração venha a ser considerada, futuramente, no âmbito da organização das Nações Unidas, por acção de alguns Estados, sobretudo não-alinhados, favoráveis a tal iniciativa.

Poderá vir, assim, esta declaração, completar os instrumentos internacionais já existentes elaborados pela ONU, que incluem alguns dos princípios da Declaração de Argel, mas que são incompletos ou ineficazes, por terem assentado em compromissos que, nalguns casos, traduzem situações históricas hoje ultrapassadas, e que exigem uma nova formulação.

Para além dos princípios ou melhor, direitos à existência e à autodeterminação política, a Declaração de Argel, reconhece, expressamente, os direitos económicos dos povos à posse dos seus recursos naturais, ao progresso científico e técnico, ao trabalho, à escolha do sistema de desenvolvimento, económico, à cultura, à conservação e melhoramento do meio ambiente, à utilização do património comum da Humanidade (por exemplo, recursos minerais das áreas oceânicas fora da jurisdição nacional, espaço extra-atmosférico), assim como os direitos das minorias ao respeito da sua identidade, tradições, língua e património cultural, e participação na vida política nacional.

Acrescente-se que a violação das suas disposições é considerada pela própria Declaração de Argel, como um crime internacional; isto é, como uma transgressão em relação à comunidade internacional, no seu conjunto; e se reconhece aos povos o fazerem valer tais direitos pela luta política ou sindical, assim como em última instância pelo próprio recurso à força em face do «terrorismo» institucionalizado por certos Governos, de que o panorama na América Latina é significativo e um trágico exemplo.

A Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos tem uma estrutura, por um lado, de carácter internacional, com sede em Roma, e por outro lado, descentralizada, através de Comités Nacionais, funcionando autonomamente, embora designem um membro para representação no Conselho Internacional da Liga, para efeitos de mais fácil coordenação das actividades.

Encontra-se, presentemente, em formação, o Comité Português para os Direitos e a Libertação dos Povos, ao qual poderão aderir a título individual ou colectivo (associações, movimentos, etc.), os que partilhem os seus objectivos. Será mais uma forma de assegurar a solidariedade do Povo português com os povos em luta pelos seus direitos, solidariedade que ponha em evidência que não esquecemos o apoio que foi dado aos democratas portugueses na luta contra o regime fascista e colonialista a que pôs fim o 25 de Abril.

(1) São Membros Fundadores e Provisórios do Conselho da Liga, entre outros: Laura Allende, Havana; Miguel Arraes, Argel; Lélio Basso, Roma; Linda Bimbi, Roma; Aldo Bonaccini, Milão; Juan Bosch, São Domingos; Marcelino Camacho, Madrid; Georges Casalis, Paris; Gerard Chaliand, Paris; Noam Chomsky, Cambridge (Mass); Julio Cortazar, Paris; Jacqueline de Cumont, Bruxelas; Vladimir Dedijer, Lubiliana; Harald Edelstam, Estocolmo; Richard A. Falk, Princeton; Gabriel Garcia Marquez, Guernavaca; Giulio Giraldi, Paris; Alfred Kastler, Paris; Leo Matarasso, Paris; Paul Noirot, Paris; Andreas Papandreu, Atenas; James Petras, Nova Iorque; François Rigaux, Bruxelas; Mário Ruivo, Lisboa; Manuel Scorza, Paris; Gianni Tognoni, Milão; Armando Uribe, Paris; Georges Wald, Cambridge (Mass); Peter Weiss, Nova Iorque.

B. BERLIN CIRCUS SOBRE O GELO

B. BERLIN CIRCUS SOBRE O GELO

Instalado no PARQUE DE JOGOS DO HÓQUEI CLUBE DE PORTUGAL ao fundo da AVENIDA DO BRASIL

O MELHOR CIRCO DO MUNDO

CÃES * TIGRES * ELEFANTES * CAVALOS * E 120 ARTISTAS SOBRE O GELO

O MELHOR ESPECTÁCULO DE TODOS OS TEMPOS

ESTREIA DIA 28 DE JANEIRO ÀS 21.30 HORAS

OS MELHORES PALHAÇOS INTERNACIONAIS E A COLABORAÇÃO ESPECIAL DE

SANDOKAN

Nacional

"Infiltrações trotskistas"

L.C.I. e P.R.T. tomam posição sobre comunicado do P.S.

. «A campanha que se organiza e orquestra no interior do Partido Socialista e que agora ganha um novo fôlego, sob o pretexto da «luta contra o troskismo», é mais um passo desta

minar do seio do P. S. qualquer réstea de democracia interna, tendo por objectivo eliminar a oposição que se expressa no seu interior» — afirma a L. C. I. Liga Comunista Internacionalista, num comunicado a propósito do comunicado emitido o Secretariado
Nacional do P. S. denunciando a que chamou «a infiltração trotskista» no Partido.

Este comunicado da L. C. I. foi distribuido ontem aos órgãos de informação durante uma conferência de Imprensa dada na sede da organização em Lisboa

A L. C. I. trotskista, «organização em Portugal da IV Internacional, reconhecida como tal pelo X Congresso da IV Internacional em Fevereiro de 1974», diz que «sempre se afirmou como organização política e organizativamente autónoma e eixo central da construção do Partido Revolucionário», «não pratica — diz — qualquer trabalho de infiltração no P. S.». O comunicado do P. S. não apenas falava de «infiltrações trotskistas» no Partido: dizia

sso correspondia à
táctica actual das organizações ligadas à IV Internacional.

«Independentemente das posições políticas defendidas pela globalidade dos militantes que são alvo da repressão da direcção de Soares» — diz a Liga no seu texto —, «tendo em conta que os motivos de descontentamento e luta por parte desses militantes socialistas (como aliás refere a citada nota do Secretariado do P. S.), são para além da falta de democracia interna, a política antioperária e antipopular de Governo os ataques, contra a Reforma Agrária, a benevolência governamental para com os «pides» e bombistas e a política de conciliação e de cedências por parte da Direcção do P. S. face a Eanes, P. S. D., e C. D. S.».

A L. C. I. considera que «esses motivos deluta se integram nos objectivos globais da luta actual de todos os trabalhadores portugueses».

Mais — diz — «ao tomar esta posição pública de resposta à direcção do P. S., não tem a intenção de intervir na vida interna do P. S. como partido operário que é. Reafirma, antes de mais, a sua disposição de combater contra a política de austeridade capitalista e a ofensiva burguesa e de levar a cabo a unidade na acção com todas as forças do Movimento Operário e com todos os militantes operários e trabalhadores por este objectivo».

POSIÇÃO DO P. R. T.

Outra organização trotskista existente em Portugal — o P. R. T., Partido Revolucionário dos Trabalhadores — deu ontem igualmente uma conferência de Imprensa na sua sede em Lisboa para expor a sua posição acerca do problema levantado pelo Secretariado do P. S. há oito dias.

Para o P. R. T., no dizer de um dos seus dirigentes, o comunicado do P. S. visa dois objectivos: um é «fornecer uma justificação para as sanções que a direcção do P. S aplicou e irá aplicar aos principais dirigentes da sua ala esquerda»; outro, é «aproveitar a ocasião para caluniar o trotskismo e lançar um ataque político às organizações trotsquistas portuguesas».

Posição do P. R. T.: trata-se dum problema interno do P. S.

Todavia, um dos conferentes de ontem à tarde chamou a atenção para o facto, de o que está a passar-se em Portugal, não ser um facto isolado: noutros países estão a ser lançadas campanhas contra «infiltrações trotskistas» — supostas infiltrações, segundo o P. R. T.: na realidade, o que está em questão são as alas esquerdas dos partidos social-democratas.

Posição do P. R. T.: o que está a passar-se com o P. S. é um problema interno deste Partido.

Rosa "sucede" a Cruz

Embora provisoriamente. Tomás Rosa passa a desempenhar, cumulativamente com as funções de presidente da comissão administrativa da RTP, e as de director da Programação. O despacho de nomeação foi exarado por si próprio com data de ontem.

O mesmo despacho nomeia director de Produção e Realização do 1.º Programa Herlander Peyroteo e para igual cargo no 2.º Programa, Alfredo Tropa. Estas duas nomeações têm também carácter provisório.

No despacho de Tomás Rosa referente a estas nomeações pode ler-se que «convindo dinamizar o 2.º programa, até à presente data subalternizado em relação ao 1.º e atendendo à extensão dos trabalhos de produção, entendeu-se nomear dois elementos operacionais com categoria de directores da Produção hierarquicamente dependentes do director da Programação da RTP, nova designação para o lugar de director de Programas».

O despacho diz ainda que se prevê que «o ano de 1977 seja um período de reapetrechamento dos meios operacionais e técnicos» (televisão a cores?)

Pides "condenados" à liberdade

Hugo do Amaral Barata, juiz-auditor do 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, libertou ontem mais três «pides», depois de os condenar a penas consideradas já cumpridas com a prisão preventiva.

O seu colega do 4.º Tribunal, Rocha Moreira, teve o mesmo comportamento, libertando dois agentes da P. I. D. E., um dos quais acusado de torturar patriotas africanos.

O agente de 2.ª António José da Costa Pereira, o de 1.ª, Miguel de Andrade Costa e o de 2.ª, Délio Gomes Viana, com três, dez e um ano de serviço na P. I. D. E., respectivamente, foram condenados pelo tribunal do dr. Hugo do Amaral Barata em penas de treze meses, o primeiro, e catorze meses, os restantes. Já cumpridas com a prisão preventiva.

Todos os três agentes se consideravam, como vem sendo tradicional, «funcionários públicos» normais, bons «chefes de família» e ainda «apagadas figuras burocráticas». Mais uma vez o tribunal deu crédito a estas afirmações, aliás «confirmadas» pelas testemunhas, pelo que os «pides» saíram em liberdade.

À ordem do 4.º Tribunal foram libertados dois outros agentes — José Helder Marques, agente de 2.ª, e Alfredo Pedrinho Pereira, também de 2.ª. O primeiro teria somente feito controlo de passaportes desde que entrou para a sinistra corporação. A pena foi de 12 meses de prisão, já expiada.

O segundo, de 40 anos e natural de Magueija (Lamego), entrou para a P. I. D. E. em 1966, tendo estado colocado durante muito tempo em Moçambique. Contra ele foram apresentadas queixas por maus tratos infligidos a presos políticos africanos, que lhe mereceram o seguinte comentário: «Não acredito sequer que um preto saiba o que é uma bengala.»

Como atenuante para os seus crimes contribui o facto de ter prestado serviço na Polícia de Informação Militar, depois do 25 de Abril. A decisão do tribunal foi condená-lo a gozar a liberdade, uma vez que a pena de dezoito meses de prisão já estava expiada pela prisão preventiva sofrida.

Entretanto no Tribunal Militar de Coimbra foi absolvido o informador Alberto Dionísio dos Santos, ex-funcionário da Faculdade de Farmácia.

Alto funcionário da O.N.U. contacta autoridades portuguesas

Encontra-se desde ontem em Lisboa o director do Serviço de Informação do Secretariado das Nações Unidas, Charles-Ebourd Bourdonniére.

«Vim para me reunir com as autoridades portuguesas e não tenho outra missão além de assegurar os melhores contactos entre o Secretariado das Nações Unidas e as autoridades portuguesas», disse à sua chegada.

Após ter referido que «há possibilidades de colaboração no domínio audiovisual, na reprodução de programas de Rádio ou na co-produção de filmes», Charles Bourdonniére acrescentou que «o Serviço de Informação das Nações Unidas cobre tudo o que respeita à imprensa, audiovisuais, e também, naturalmente, os contactos com as organizações não-governamentais do sector patronal, sindical, operários, religiosos e universitários».

Este alto funcionário da ONU permanecerá em Lisboa até ao próximo dia 29 mantendo contactos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com as Secretarias de Estado da Investigação e da Cultura e com os presidentes dos Conselhos de Administração da R.T.P. e da R.D.P..

Alvaro Cunhal no "Contraponto"

Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, estará esta noite presente no programa da R.D.P. «Contraponto», numa entrevista realizada no âmbito dos contactos com individualidades da cena política nacional sobre alguns problemas da actualidade, que vêm sendo transmitidas naquela rubrica.

A entrevista com o secretário-geral do P.C.P. será transmitida cerca das 22 horas, no primeiro programa.

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

A
PUBLICIDADE
BEM UTILIZADA

- contribui para a redução de gastos de energia e do consumo de combustíveis
- ajuda a economizar tudo que não constitui consumo indispensável
- estimula as economias, os depósitos a prazo e outras formas de poupança
- contribui para a prevenção de acidentes, doenças e surtos epidémicos
- participa na generalização de hábitos de higiene e na defesa da salubridade pública
- cria o gosto pela leitura e pelo aproveitamento cultural e artístico dos tempos livres
- divulga as vantagens da educação física e da prática dos desportos
- sugere programas de utilização dos tempos livres e de gozo das férias
- ensina regras de alimentação e a preferir os melhores alimentos
- defende e orienta o consumidor
- melhora as condições de tráfego e de ambiente, das estradas e dos centros urbanos
- valoriza as qualidades dos produtos
- explica as vantagens de utilização dos serviços
- é uma arma na batalha pelo desenvolvimento económico e social do País

as campanhas de publicidade
devem pois ser

bem concebidas
estudadas cientificamente
orientadas num sentido de utilidade social
distribuídas pelos meios e veículos
mais apropriados

ENTREGUE AS SUAS CAMPANHAS
A UMA BOA
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

Nacional

Jornalistas participam no Congresso de Todos os Sindicatos

Uma proposta apresentada por José Manuel Rodrigues da Silva e de José Flecha, ontem apresentada na assembleia do Sindicato dos Jornalistas, e aprovada por unanimidade em certos pontos e por grande maioria noutros, rejeita qualquer princípio que «directa ou indirectamente vise consagrar a instituição de mais do que uma central sindical, a defesa do controlo de gestão por parte dos trabalhadores e a luta pelo direito ao trabalho e contra o desemprego».

Semelhante proposta, mais adiante pormenorizada, compreende as normas orientadoras da participação da delegação daquele organismo no Congresso de Todos os Sindicatos.

O referido documento estabelece ainda que os representantes dos jornalistas naquele Congresso defenderão o princípio da unidade sindical, a «subordinação do movimento sindical à luta revolucionária contra o fascismo» e a independência do movimento sindical em relação «ao poder político, económico, religioso e partidário».

Acentua ainda a proposta «a defesa de uma reestruturação sindical a partir dos locais de trabalho, que, sem prejuízo da mais ampla democracia (antes pelo contrário, fomentando a participação) ponha fim às assembleias e referendos com escassa representatividade».

Adianta-se ainda a «defesa do sistema de cobranças de quotização sindical feita directamente nos locais de trabalho pelos delegados sindicais, ou para comissões para o efeito eleitas pelos trabalhadores».

Os três elementos da delegação dos jornalistas, dos quais dois são da direcção e apenas um eleito em assembleia geral (Acácio Barradas), foram mandatados para defender no Congresso de Todos os Sindicatos a aplicação de «medidas contra aqueles que difundem ou permitam difundir doutrinas fascistas ou fascizantes».

Além disso, foi também aprovada uma agenda segundo a qual «a Imprensa estatizada, rádio e televisão terão de veicular uma informação progressista e inserida no espírito do artigo 2 da Constituição, onde se aponta a perspectiva do socialismo para a sociedade portuguesa» (Fernando Guerreiro).

Durante a assembleia os jornalistas aprovaram ainda uma proposta relativa ao seu contrato colectivo, em que decidem interromper as negociações com o patronato e recorrer à arbitragem se não for aceite a tabela salarial que propõem, cedendo embora no que se refere ao aumento do horário de trabalho e à manutenção duas categorias de jornalistas: repórteres e redactores.

M.A.R.N. EM DOCUMENTO AOS ÓRGÃOS DO PODER

"A Lei do Arrendamento Rural é o 25 de Abril dos rendeiros"

PORTO, 26 — «Não fazer cumprir a lei dos rendeiros é fazer a vontade à CAP, favorecer a opressão dos absentistas e grandes intermediários, é contribuir para a ruína dos agricultores e da ruína nacional» — sublinha a direcção do M. A. R. N. num documento enviado ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro e Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

Depois de salientarem que a Lei do Arrendamento Rural é «o 25 de Abril para centenas de milhares de rendeiros e parceiros que sempre levaram uma vida de miséria, de insegurança no futuro e de opressão», os dirigentes do M. A. R. N. explicitam «a marca dolorosa da exploração» que se tem abatido sobre os pequenos e médios agricultores rendeiros. Assim: trabalhar de sol a sol, viver em casebres, comer uma malga de caldo e uma sardinha repartida como refeição, alimentar filhos pequenos em condições de fome, pagar os remédios com o dinheiro do gado vendido à pressa, pôr os filhos a amanhar a terra desde tenra idade, ser expulso da terra arrendada por boca ou por escrito, sem qualquer defesa. Por tudo isto «deitamos mão à obra para defender e lutar pelos nossos direitos espezinhados» e a Lei do Arrendamento Rural é «o esteio da nossa luta».

«Não se admite senhores representantes dos órgãos de soberania que após tanto tempo e tantas promessas, a Lei do Arrendamento ainda continue praticamente no papel» — salientam depois, estranhando que o Governo fale agora em alterações à lei. Uma das alterações previstas, e que a ser introduzida vai afectar a grande maioria dos caseiros, diz respeito à parceria agrícola para propriedades com menos de 2,5 hectares.

Após a denúncia das violências dos senhorios «das pressões e acções da CAP, da passividade dos responsáveis oficiais», salienta o M. A. R. N. que «muitos e muitos rendeiros se libertaram da parceria agrícola e centenas deles derrotaram nos tribunais os patrões que queriam expulsá-los ou mantê-los no regime antigo».

«Não somos doutores» — lê-se ainda no documento — «nem engenheiros, nem gente de estudo, como os mandões da C. A. P., que querem passar por agricultores (...). Sabemos o que queremos e ninguém nos mudará de rumo. A nossa determinação é lutar até ao fim por um regime de arrendamento que acabe com a parceria agrícola e garanta a estabilidade do rendeiro». Salienta a seguir o M. A. R. N. que «se o novo regime de arrendamento rural for destruído, pode haver ainda maiores conflitos do Norte e Centro do País». Após referir que não poderá admitir que sejam prejudicados os seus direitos, frisa o M. A. R. N. que se isso acontecesse «o 25 de Abril perdia o seu significado mais importante: a libertação dos que trabalham sob o domínio dos grandes absentistas e todos os parasitas da terra em geral».

Por fim o M.A.R.N. ponta a necessidade de consulta prévia àquele organismo sobre quaisquer posições do Governo e da Assembleia da República relativas ao Arrendamento Rural.

O teor do documento enviado aos órgãos de soberania foi revelado durante uma conferência de Imprensa dada na sede do M. A. R. N. ao princípio desta tarde.

FACULDADE DE CIENCIAS

Conselho de Gestão obrigado a demitir-se

«Na sexta-feira, os elementos do Conselho de Gestão presentes no MEIC, apresentaram o seu pedido de demissão perante a firmação categórica, por parte do director-geral do Ensino Secundário de que, se o não fizessem, a Faculdade de Ciências seria encerrada» — divulga o Conselho de Gestão em comunicado emitido a propósito.

E informa o comunicado: «Já no dia anterior, o MEIC tinha convocado um elemento do C.D. de Gestão para comparecer na DGES, sem referir qual o objectivo da reunião. Nesta encontravam-se além do director-geral, o reitor e vice-reitor da Universidade de Lisboa e o professor Serra, decano da escola, membro do Conselho Científico. O director-geral expôs a posição do MEIC de fechar a Faculdade de Ciências, depois de ter sido na véspera «informado» pelo professor Serra da situação existente na escola. Algumas das «informações» prestadas por este professor, falsas e caluniosas (acerca da actuação do C. de Gestão, nomeadamente do presumível boicote à reunião do C. Científico, não lhe permitindo utilizar as instalações da Faculdade, e ainda do funcionamento do C. Científico, em especial da presença de alunos dessa reunião) foram firmemente desmentidas pelo elemento do C. de Gestão, no que foi secundado pelo vice-reitor».

A REUNIÃO DE SEXTA-FEIRA

E prossegue o relato: «A decisão de demissão surgiu após uma longa tarde de discussão com o DGES (Marçalo Grilo), numa reunião que havia sido convocada para todos os elementos do C. de Gestão. No entanto, uma vez aí, Marçalo Grilo só aceitou receber, de início, os docentes — «como sendo os elementos mais responsáveis» — e posteriormente os empregados. Só a opinião de professores e empregados lhe interessava, dizia, certamente porque sobre eles podia exercer uma pressão chantagista — sublinha o comunicado da Faculdade de Ciências —, como o fez, na base de serem funcionários públicos e portanto sujeitos a sanções disciplinares. Manifestou assim o maior desprezo pela opinião dos estudantes do C. de Gestão, representantes democraticamente eleitos, de cerca de dois mil estudantes da Faculdade».

«Foi neste contexto — afirma o comunicado —, que se realizou a reunião de sexta-feira, na qual o director-geral começou por propor aos elementos do C. de Gestão que fizessem uma declaração por escrito em que se comprometiam a cumprir todas as leis, nomeadamente o decreto de gestão «no espírito e na letra».

Assim, observa o Conselho de Gestão, «foram as pressões sobre os elementos funcionários públicos, alegando sanções disciplinares que surgiriam se a situação se mantivesse, bem como o encerramento imediato da Faculdade; foi a exigência de decisão imediata naquele dia, ali, até às 19 horas (a reunião começou às 16 e 30), recusando qualquer possibilidade da escola ser ouvida sobre uma questão tão grave como o seu próprio funcionamento; foi a recusa sistemática do DGES de estabelecer qualquer tipo de diálogo com os elementos do C. de Gestão ali presentes».

Concluindo: «A chantagem estava de tal forma montada — sustenta o comunicado — que nem a proposta feita pelos membros do C. de Gestão de, face a tal situação, serem demitidos pelo MEIC foi aceite, obrigando deste modo à apresentação do pedido de demissão».

Código Civil evocado contra Comissão de Trabalhadores

PORTO, 26 — Com base no disposto em alguns artigos do Código Civil fascista, o agente do Ministério Público, na circunstância, dr. Rui Fernando Pelayo Gonçalves, propôs uma acção para declaração judicial de extinção da Comissão de Moradores da ex-Escola Académica. O processo corre termos na 2.ª Vara Cível, tendo sido apresentada ontem a contestação por dois dirigentes daquele órgão popular.

«Parece-nos uma prepotência a imposição do M. P. ao abrigo de um código que está em vias de ser alterado na Assembleia da República, e uma violência contra a Constituição», sublinhou ao «D.L.» o presidente da direcção, Alberto Magalhães Basto.

De acordo com a contestação, «a presente acção representa uma insólita actuação do Estado, tentando extinguir, por meras razões formais, naturalmente fáceis de corrigir por outros meios, uma comissão de moradores que vem desenvolvendo uma actuação altamente positiva, dentro dos seus objectivos estatutários de ocorrer às carências sociais dos moradores». Na verdade, a acção desenvolvida em alguns meses de actividade está aos olhos de toda a gente: criação de um jardim-creche, com 70 crianças a cargo de 4 educadoras e uma auxiliar; funcionamento de cinco salas de aula de Instrução Primária (166 crianças); criação de um ginásio polivalente e de um complexo desportivo ao ar livre, balneário, consultório médico, com assistência médica e medicamentosa gratuitas e biblioteca, para além de outas iniciativas em desenvolvimento.

Na sua contestação, os dirigentes, depois de salientarem que as disposições do Código Civil invocadas na petição do agente do M. P. «têm uma marca claramente política, visando impedir a liberdade de associação consagrada no artigo 46 da Constituição, frisam que não ocorre qualquer fundamento nem para a extinção da C. M. nem para qualquer alteração dos seus estatutos, aprovados em plenário de moradores.

Pedro Coelho visitou Entreposto de Peniche

PENICHE, 26 — «O Governo encontra-se empenhado no arranque urgente de uma nova política do sector piscatório, apoiada em terra por uma rede do frio», afirmou o secretário de Estado das Pescas, eng. Pedro Coelho, durante a visita que ontem efectuou a esta vila, a fim de tomar contacto directo com as obras do entreposto frigorífico já em fase adiantada de construção, o qual virá a ser uma das peças essenciais da nova Rede Nacional do Frio de apoio à pesca, dispondo do maior túnel de congelamento do País.

Entretanto, segundo revelou Pedro Coelho, irão arrancar a curto prazo as obras para uma nova unidade frigorífica em Olhão, encontrando-se também em estudo um outro entreposto, a instalar na Figueira da Foz.

EM 1975

C.U.F teve um défice de 360 mil contos

A Companhia União Fabril fechou o ano de 1975 com um saldo negativo de 397 662 contos, de acordo com o relatório e contas desta empresa, hoje publicada no «Diário da República». Os factores económicos que mais contribuíram para este défice, foram a queda que se verificou no mercado internacional de adubos, o agravamento da crise dos têxteis e os encargos com a mão-de-obra e o aumento dos encargos financeiros.

As perturbações que se verificaram no mercado interno e as condições adversas do mercado externo impediram, no entender da comissão administrativa da empresa, que «se conseguisse um valor de vendas significativamente superior ao do exercício do ano anterior, ao contrário do que se previra no ano anterior».

No que se refere aos resultados de 1976, é prematuro fazer conjecturas, porque os números referentes a esta empresa nacionalizada em 12 de Agosto de 1975 — já no início do 2.º semestre do ano económico cujas contas foram publicadas agora — só estarão prontos em Março.

O caso de Lourosa

Cristãos pedem ao bispo aplicação de penas canónicas

PORTO, 26 — Num abaixo-assinado subscrito por 1102 cristãos de Lourosa (Vila da Feira) enviado ao bispo do Porto foi solicitada a aplicação das penas canónicas e o levantamento de um processo criminal contra os responsáveis pelos acontecimentos verificados no passado dia 9 naquela paróquia, aquando do assalto e violação da igreja. E também exigido das autoridades civis o respeito pelo disposto no Artigo 41 da Constituição. Os subscritores do documento manifestam também «o seu apoio à equipa dos padres de Lourosa, Moselos e Oleiros pelo trabalho desenvolvido na zona».

Entretanto, a equipa da Liga Operária Católica de Lourosa distribuiu um comunicado no qual, o relato dos acontecimentos, considera que por detrás deles «está o interesse de um pequeno grupo de exploradores que quer continuar a manter os seus privilégios à custa dos sentimentos religiosos do povo».

Por fim, depois de apelar para a unidade dos cristãos e de todos os trabalhadores, a L. O. C. informa que, segundo informações de que dispõe «os assaltantes da igreja não estão parados e que se terão reunido no dia 12, no escritório de um dos capitalistas locais e que terão dito 'agora teremos de liquidar um dos três padres... Nem que isso nos custe um carro de 300 ou 400 contos... Dinheiro não faltará...'».

Exposição evoca 31 de Janeiro

PORTO, 26 — Por iniciativa da Direcção-Geral da Divulgação é inaugurada no sábado, às 22 horas, na Delegação do Porto da Secretaria de Estado da Comunicação Social, uma exposição comemorativa do 86.º aniversário da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891.

No acto de inauguração estarão presentes o Primeiro-Ministro Mário Soares, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, o secretário e o subsecretário de Estado da Comunicação Social, respectivamente Manuel Alegre e João Soares Louro e o director-geral da Secretaria de Estado da Divulgação, João Medina.

A exposição, que tem um carácter evocativo, é essencialmente constituída por material iconográfico e bibliográfico.

Nacional

Galvão de Figueiredo e Lino Miguel em Lisboa

Novos preços dos combustíveis entraram em vigor nos Açores

A situação nos arquipélagos dos Açores e Madeira será amanhã um dos temas a debater na reunião semanal do Conselho de Ministros em S. Bento. Foram chamados a Lisboa, a fim de estarem presentes na reunião, os ministros da República naquelas duas regiões autónomas, respectivamente general Galvão de Figueiredo e coronel Lino Miguel.

A tensão nos Açores e na Madeira, permanentemente agravada pela acção de grupos separatistas, subiu acentuadamente nos últimos dias com a questão do aumento dos preços dos combustíveis. Resistindo à decisão do Governo central, tomada em Conselho de Ministros, do passado dia 20, os dois Governos regionais só no dia 25 (ás zero horas na Madeira, às 24 horas nos Açores) poriam em execução aquela medida. Um e outro classificariam de «inconstitucional» a decisão tomada em Lisboa.

O «diferendo» atingiria maiores proporções no arquipélago dos Açores onde a acção das forças separatistas daria origem a graves incidentes que envolveriam o ministro da República e culminariam com um atentado bombista contra um militante socialista, tudo isto correndo a par de ameaças proferidas pelo Governo Regional apontando para o termo do «monopólio TAP» nas ligações com o Continente. Seria, aliás, nos Açores, que os novos preços dos combustíveis entrariam mais tarde em vigor, exactamente às 24 horas de ontem.

Num comunicado ontem distribuído, o Governo Regional açoreano alega que tomou conhecimento da subida de preços dos combustíveis por «via particular» e que não conseguindo «obter confirmação oficial», «julgou conveniente esclarecer a opinião pública de que se continuariam a praticar na região os preços em vigor». Acrescenta que, tendo «a notícia oficial» acabado por chegar, «colocou-se ao Governo Regional um novo problema, que foi o da respectiva constitucionalidade», uma vez que «não foi ouvido sobre a matéria». Daqui, ainda segundo o comunicado, que o Governo Regional tenha entendido a subida do preço dos combustíveis, no arquipélago, até ao completo esclarecimento da natureza do agravamento de-

Galvão de Figueiredo

Lino Miguel

cretado, sua significação financeira e destino das verbas correspondentes». Considerando-se aparentemente esclarecido ontem, o Governo Regional marcou então o início da prática dos novos preços para as 24 horas daquele dia, depois de exprimir, no comunicado que o «agravamento de 40 mil contos por ano» resultante do aumento é significativo «para as exigências do desenvolvimento regional».

A situação social no arquipélago, foi, entretanto, classificada como «normal» em declarações prestadas ontem à ANOP por um porta-voz oficial em Ponta Delgada, o qual adiantou, que, além da deslocação a Lisboa do ministro da República, também o presidente da Assembleia Regional dos Açores, Álvaro Monjardino, se deslocará em breve à capital.

Em Ponta Delgada, antecedendo a entrada em vigor dos novos preços, realizou-se ontem uma reunião entre o ministro da República e o presidente do Governo Regional, Mota Amaral. O general Galvão de Figueiredo reuniu-se também ontem com o director da SATA e com o gerente da firma Pereira e Pereira, e recebeu a consulesa dos Estados Unidos no arquipélago.

Em Lisboa a Assembleia da República aprovava, entretanto, por unanimidade, um voto de protesto pelos acontecimentos nos Açores, enquanto em SM: Miguel, o general Galvão de Figueiredo recebia telegramas relacionados com os mesmos incidentes respectivamente do presidente do grupo parlamentar açoreano do P. S. D., Borges de Carvalho, do secretário regional da Administração Pública, Melo Alves, e das direcções dos Sindicatos dos Transportes e Turismo.

Ainda no Continente, o Partido Socialista, como partido governamental, reagiu com comunicados do seu Secretariado Nacional e da Juventude Socialista. Para o primeiro, trata-se de «uma acção que teve como objectivo perfeitamente definido pôr em causa uma decisão do Governo constitucional aplicável a todo o País»; para a J. S., «torna-se evidente a verdadeira natureza da social-democracia açoreana e, em menor escala, da madeirense».

GALVÃO DE FIGUEIREDO CHEGOU HOJE

«Não chegou a haver oposição do Governo Regional dos Açores ao aumento do preço dos combustíveis. O que há é uma posição divergente quanto à interpretação a dar ao artigo da Constituição que manda consultar as Regiões Autónomas sobre assuntos que lhes digam respeito» — afirmou esta manhã, em Lisboa, o general Galvão de Figueiredo, ministro da República nos Açores, à sua chegada a fim de participar na reunião de amanhã do Conselho de Ministros.

Sobre os incidentes registados ultimamente, afirmou que «o surto de relativa violência é momentâneo e passará rapidamente». Na opinião do general Galvão de Figueiredo foi «uma minoria que deseja manter os seus privilégios» quem «movimentou» a manifestação separatista a pretexto do aumento dos preços dos combustíveis.

BICOS DE PAPAGAIO

DORES LOMBARES. COSTAS OU PERNAS, HÉRNIA DISCAL, CIÁTICA, NEVRITE, DESVIOS E OUTRAS DOENÇAS DE COLUNA. Massagista diplomado no Brasil. Faz 2 a 4 aplicações com óptimos resultados. Tels.: Lisboa 2233227, Porto 315765.

SECRETARIO DE ESTADO ADVERTE

Consumo de energia deve ser racionalizado

Foi para «uniformizar as tarifas dos consumidores em todo o território nacional» que se criou uma nova tributação farifária, ao mesmo tempo que, com tal medida, se pretendeu incentivar «a racionalização do consumo de energia eléctrica», argumentou, em síntese, Rocha Cabral, secretário de Estado da Energia e Minas na sua intervenção de ontem na RTP, no programa «Momento Político».

Rocha Cabral passou em revista, ao fazer estas declarações, os aumentos dos preços dos combustíveis decididos nos últimos dias, justificando essas medidas com a subida do custo das ramas de petróleo e outros factores, de que realçou o reajustamento das estruturas precárias não alteradas há muitos anos. Sobre a questão do aumento das ramas de petróleo, Rocha Cabral, em diálogo com o entrevistador (Sarsfield Cabral), admitiu que a percentagem ainda não fora divulgada no concerto mundial, mas que se poderia calcular em cerca de 10 por cento.

Aquele membro do Governo, ainda em resposta ao entrevistador, reportou-se em detalhe à revisão dos preços antigos, à engrenagem da O. P. E. P. e às dissidências posicionais assumidas no seu seio, não deixando de aludir à proposta de apoio feita pela Venezuela, através do seu presidente, Carlos Andrés Pérez, quando visitou há dois meses Portugal. Nesse consenso adiantaria que esse mesmo apoio não foi ainda confirmado, e que, mesmo a efectivar-se, não evitaria um aumento daquele produto, porque a medida fora tomada a nível internacional.

Já depois de ter referido a importância do petróleo ser pago em dólares, Rocha Cabral, no jogo de perguntas e respostas estabelecido, admitiu também que não será apenas o sector público a ganhar com estes aumentos, mas também o privado, tendo em atenção as entidades privadas que tratam do petróleo. «O aumento dos preços do petróleo não é uma coisa que se possa fazer todos os dias», acentuou noutro passo, como que a dar a perceber que os aumentos agora decididos e já promulgados têm em vista o futuro. Mas também realçou que ainda este ano se poderia verificar novo acréscimo no preço da energia e do petróleo, «se a O. P. E. P. o decidir», sublinhou.

Aumento da gasolina publicado no "D.R."

A decisão do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro, de fazer entrar em vigor às zero horas do dia seguinte os novos preços dos combustíveis líquidos e gasosos, foi hoje publicada no «Diário da República», em suplemento à I Série, n.º 17.

O aumento, que já entrou em vigor em todo o território nacional, após adiamento da decisão por parte do Governo Regional dos Açores, é justificado, no preâmbulo do diploma, pelos sucessivos agravamentos do preço do petróleo bruto, acrescido de alteração de preços dos custos de transportes, de refinação e de distribuição.

NOVO SISTEMA TARIFÁRIO DE ENERGIA ELÉCTRICA

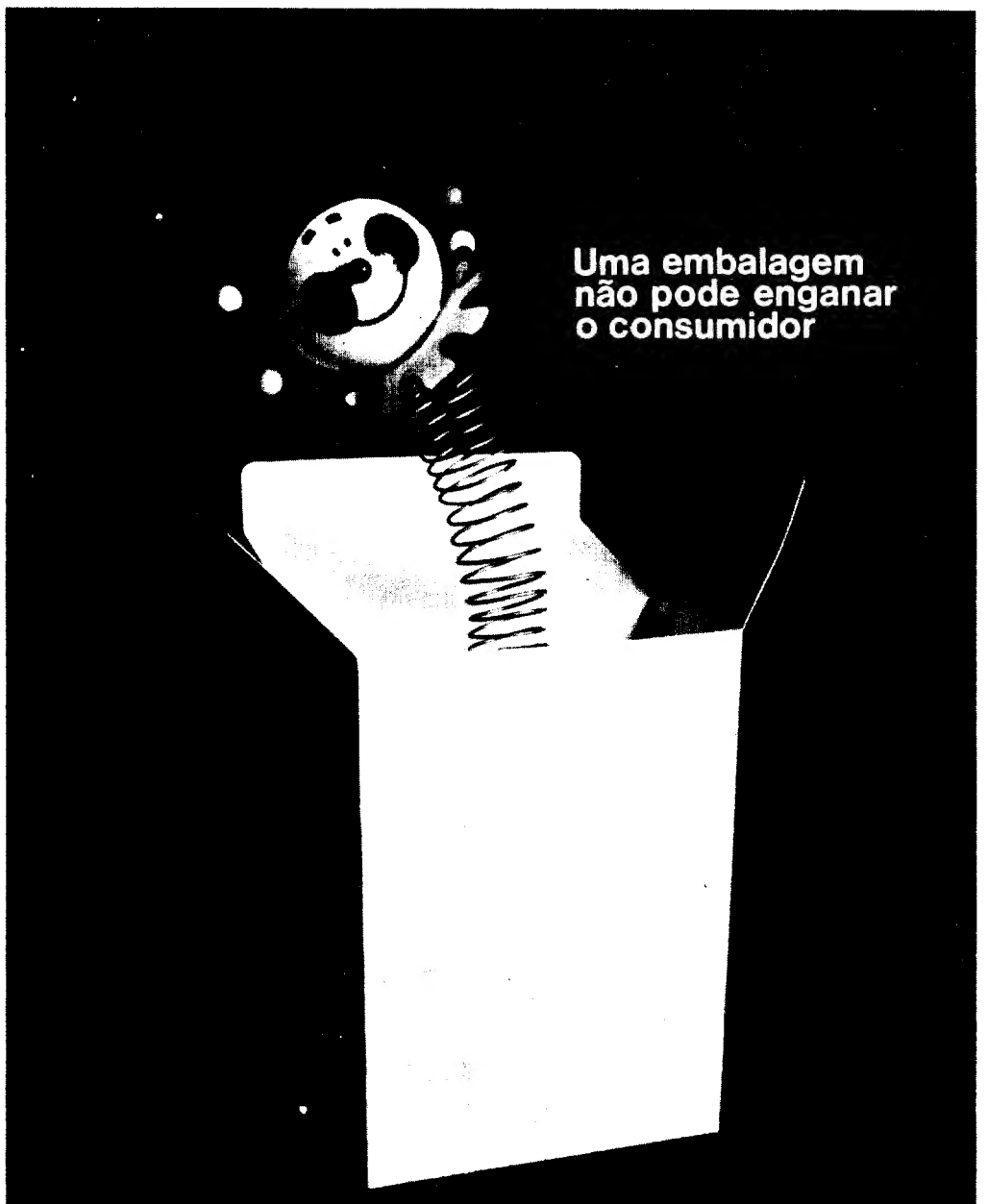
Na folha oficial, e no mesmo suplemento, vem também publicada a resolução do Conselho de Ministros que estabelece normas com vista ao novo sistema tarifário de energia eléctrica. De acordo com o diploma, e após este aumento, ainda assim «o novo tarifário de energia eléctrica ainda se situa entre os mais baixos da Europa».

Mais dez autocarros nas ruas do Porto

Os Serviços dos Transportes Colectivos do Porto vão pôr em funcionamento no dia 1 de Fevereiro 10 autocarros novos, com a lotação de 88 passageiros por unidade, estando prevista para o próximo mês a recepção de mais 20. Com a entrega destes vinte autocarros, perfaz-se a cota mensal de 30 unidades aquiridas por este serviço, até ao termo da encomenda, que é de 200 unidades.

Entretanto foi tornado público que viajaram até hoje no Metropolitano de Lisboa, desde a sua inauguração em 29 de Dezembro de 1958, 768 milhões de passageiros, tendo-se registado o maior movimento em 1975, com a venda de 86 milhões de bilhetes. O ano de menor movimento, por outro lado, foi o de 1960 em que apenas 15 milhões de lisboetas recorreram a este meio de transporte, que tem um percurso de 12 quilómetros.

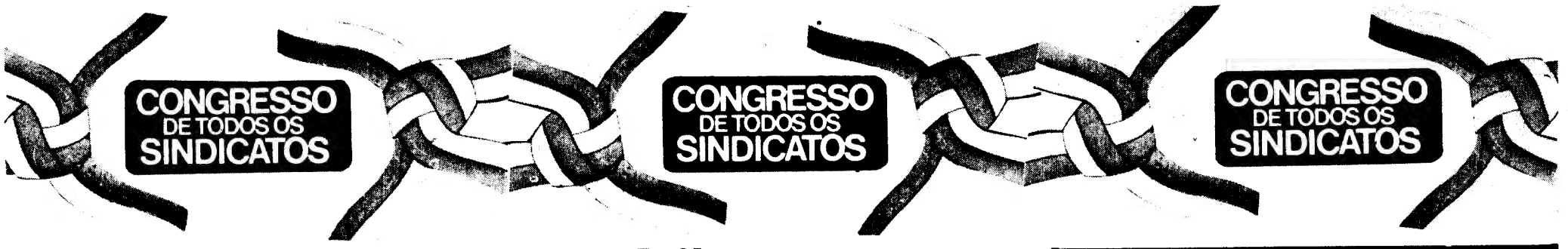
auto férias estadias em hoteis e apartamentos
ALGARVE•SESIMBRA•ESTORIL
desde 60 esc. por dia e por pessoa
Av. Liberdade 233 Tel. 536121 Lisboa 2
Europeia



A embalagem tem uma missão a cumprir. Vender o seu produto.
Por isso ela tem que ser bem estudada. Por quem entende do assunto.
O Departamento de Embalagens da Ciesa-NCK desde há anos que vem criando embalagens.
Tem uma quantidade de ideias e experiência.
Venha conversar connosco.
Fique com a embalagem certa. Aquela que vende.

Departamento de Embalagem — CIESA-NCK
Rua Gonçalves Zarco, nº 14 Telef. 613261/8 Lisboa-3

Trabalho



Congresso abre amanhã com representação de 85 por cento

● inscritos 269 sindicatos, com 1.700 mil trabalhadores

Iniciam-se amanhã de manhã, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, os trabalhos do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, para o qual estão inscritos 269 sindicatos, representando um milhão e 700 mil trabalhadores, ou seja cerca de 85 por cento da massa sindicalizada do nosso país.

Participam nos trabalhos perto de 1100 delegados, designados e eleitos pelos sindicatos. Estarão também presentes mais de três mil trabalhadores, membros de comissões sindicais, intersindicais, comissões de trabalhadores, bem como delegados de emigrantes, reformados e deficientes.

Desmentindo acusações propaladas pelos órgãos de comunicação reaccionários, que visam identificar o Congresso com a linha de orientação do Secretariado da Intersindical, 86 sindicatos não filiados na Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses participarão activamente nos trabalhos, em absoluto pé de igualdade com os restantes. Este número é consideravelmente superior ao dos sindicatos afectos ao grupo divisionista da «Carta Aberta» que, na última reunião de Coimbra, onde concretizou a sua marginalização em relação ao congresso, contou com a presença de menos de 30 direcções sindicais.

O interesse suscitado pelo Congresso ultrapassou fronteiras: cerca de 60 órgãos de comunicação estrangeiros requereram autorização para assistir ao Congresso. Entre eles contam-se as grandes agências de Informação internacionais, vários jornais, estações de Rádio e de Televisão de todos os quadrantes do Mundo. Quanto aos órgãos de Informação portugueses, são mais de 50.

Atingem largas centenas as moções de saudação ao Congresso já enviadas à Comissão Nacional Organizadora do Congresso, aprovadas em assembleias sindicais, de empresas, de grupo de trabalhadores ou de trabalhadores individuais. Entre elas destacam-se as que foram remetidas por associações e grupos de emigrantes, apelando, de um modo geral, para a unidade dos trabalhadores portugueses da sua organização de classe, e repudiando as manobras divisionistas que tentam instalar a cisão no Movimento Sindical.

A realização do Congresso de Todos os Sindicatos vem culminar um largo esforço de debate e organização desenvolvido ao longo de quatro meses por milhares de trabalhadores, de norte a sul do País, e pela esmagadora maioria das organizações de classe dos trabalhadores portugueses. Todo este trabalho unitário permitiu isolar o grupo «cartabertista», que se empenhou, durante perto de um ano, em sabotar, pressionar e tentar dividir o Movimento Sindical e impedir o reforço da sua organização em torno da Intersindical, Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses. O grupo da «Carta Aberta» é hoje um núcleo de direcções sindicais desprestigiadas aos olhos dos próprios trabalhadores que as elegeram: a divulgação dos apoios reaccionários internacionais e das manobras políticas subjacentes a favor do capital e do imperialismo contribuiram para o efeito.

O Congresso inicia-se pelas 9 horas de amanhã, com a sessão de abertura, e prolonga-se até domingo, à tarde, com 11 sessões distribuídas pela manhã, tarde e noite dos quatro dias. Nele serão debatidos três documentos de importância fulcral para o Movimento Sindical: os estatutos da Central Sindical, o programa de acção dos sindicatos e o projecto de Lei Sindical.

INTERSINDICAL

A clandestinidade

No dia 1 de Outubro de 1970, a convocatória assinada pelos Sindicatos dos Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Bancários e Propaganda Médica, todos de Lisboa, realizou-se um Encontro Nacional de Direcções Sindicais. A esse encontro foi dado o nome de Intersindical. No dia 25 do mesmo mês realiza-se novo encontro já com a presença de 22 sindicatos de várias zonas do País.

As informações trocadas, conforme se pode ler na publicação comemorativa do 4.º aniversário da Inter, «vão permitir quebrar o isolamento dos sectores profissionais.

Recorda-se que, passado pouco tempo, milhares de bancários se movimentavam à volta do seu Contrato Colectivo de Trabalho e cinco mil caixeiros concentravam-se frente a S. Bento numa histórica jornada de apoio à semana de 44 horas.

Em Janeiro de 1971, são já 41 os sindicatos que participam em nova reunião. Até Junho do mesmo ano realizaram-se mais seis encontros «em que, para além de troca de experiências e informações, se denunciaram arbitrariedades e irregularidades. Criou-se um grupo de trabalho e de Previdência, pressionou-se o Governo no sentido de revogar a legislação lesiva dos interesses dos trabalhadores».

A acção, cada vez mais alargada, da Intersindical começava a preocupar seriamente as estruturas do Poder fascista e a repressão começa. A Polícia aparece nos locais de reunião e procura impedir que os trabalhadores tomem decisões sobre os problemas que os afectam. Os trabalhadores respondem com grandes manifestações de rua e paralisações do trabalho: caso dos bancários de Lisboa e do Porto, cujos sindicatos acabaram por ser encerrados, numa tentativa inútil de aniquilar o Movimento Sindical que, entretanto, ganhava força. A Intersindical continuou a reunir.

Naturalmente, a admissão de novos membros passou a ser mais cautelosa, e os encontros sindicais chegaram a ser marcados com períodos mínimos de antecedência. É durante esse período, no entanto, que se intensifica o trabalho de base, se define o carácter unitário e independente da Inter, se decidem acções solidárias contra a legislação fascista, se reforça a organização sindical.

Foi então planeada a campanha de massas pelo «salário mínimo nacional». Na busca de uma resposta mais correcta e imediata para os problemas locais, estabeleceu-se a divisão por zonas — Norte, Centro e Sul, — criando-se um «secretariado», formado por representantes de um sindicato de cada uma das primeiras regiões e três do Sul. Conseguiu-se, a partir daí, e apesar de todas as dificuldades, uma periodicidade de dois meses para as assembleias a nível nacional.

Quando, em 25 de Abril de 74, o fascismo é derrubado, a Intersindical é uma estrutura real, unitária e independente, pronta a irromper da clandestinidade para as novas tarefas que se colocam ao Movimento Sindical Português.

PROGRAMA DE ACÇÃO

Estratégia e táctica do Movimento Sindical

Considerando, no seu conjunto, que se trata de «problemas que agravam a situação social, criam condições para os ataques do fascismo a ingerência do imperialismo e o aniquilamento das liberdades e da democracia conquistadas com o 25 de Abril», o caderno reivindicativo imediato dos trabalhadores portugueses que será posto à discussão no próximo Congresso de Todos os Sindicatos refere-se, concretamente, aos seguintes factos: «O desemprego atinge centenas de milhares de trabalhadores. A contratação colectiva está congelada. Os preços aumentam e os salários mantêm-se. As condições sociais de vida não melhoram. O Governo publica leis de trabalho sem atender às posições dos trabalhadores. A Reforma Agrária é alvo de uma poderosa ofensiva reaccionária. O Governo prepara-se para devolver empresas ao patronato sabotador. A ausência de uma política de desenvolvimento que permita satisfazer as necessidades populares e garantir a independência nacional agrava as dificuldades existentes. Os ataques ao movimento sindical e às comissões de trabalhadores encontram um forte apoio na legislação inconstitucional decretada».

A situação referida — adianta o caderno reivindicativo — aponta para a tomada de medidas tidas como possíveis e necessárias. No entanto — sublinha-se — «o Movimento Sindical mobilizará activamente todos os trabalhadores para o esforço produtivo», mas «desde que seja assegurado que os seus resultados beneficiarão efectivamente as camadas mais desfavorecidas do nosso povo».

As primeiras medidas a tomar, conforme o documento em causa, estão relacionadas com o combate ao desemprego. Contam-se, entre elas, uma política de investimentos que reabsorva um elevado número de desempregados, apoio à indústria, nomeadamente às pequenas e médias empresas, actualização e extensão do subsídio de desemprego a todos os desempregados, reintegração imediata dos trabalhadores ilegalmente despedidos, revogação do decreto que liberalizou os despedimentos e do decreto que criou o quadro de adidos. Defende-se, por outro lado, a publicação de leis que tornem efectiva a proibição constitucional de despedimentos sem justa causa.

Em matéria de contratação colectiva, preconiza-se a publicação rápida dos CCT's boicotados pelo patronato ou congelados pelo Governo, criando situações que afectam mais de um milhão e 500 mil trabalhadores. Passando aos capítulos de «preços e abastecimentos» e «política salarial», defende-se o «congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade ao nível que vigorava em um de Janeiro de 1977, garantia do seu abastecimento» e «a manutenção do poder de compra dos salários e melhoria nas categorias mais baixas». Estas medidas estão directamente relacionadas com as «condições sociais de vida» e seriam complementadas com «a gestão democrática da Previdência, extensão da pensão social, comparticipação do Estado nas despesas médico-sociais, gestão integral do INATEL pelo movimento sindical, construção de habitações sociais e política de rendas de casa que garanta o direito a habitação».

Em outras matérias, o caderno reivindicativo imediato preconiza a publicação de leis que passam para a posse definitiva dos trabalhadores as cooperativas e empresas em autogestão, que se defenda e prossiga a Reforma Agrária, com a continuação das expropriações e o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, que seja reforçada a participação dos trabalhadores na vida das empresas e que seja garantido o exercício do controlo operário.

O documento em análise preconiza, finalmente, a participação do Movimento Sindical no Conselho Nacional do Plano e a defesa dos direitos constitucionais, passando, necessariamente, pela revogação de leis como a das quotizações, a dos despedimentos e contratos a prazo, contratação colectiva e outras. De frisar, na parte final do documento, a referência ao cumprimento do artigo 40.º da Constituição, que garante o direito de antena ao Movimento Sindical na RTP e na RDP.

O caderno reivindicativo antecede a proposta do «Programa de Acção» elaborado e posteriormente reformulado pela CNOC, após a discussão nas bases, documento ao qual já foi feita referência nas páginas de «trabalho» do «DL». Nele é feita a «defesa da democracia, pelo socialismo» de «uma economia controlada pelos trabalhadores» e dos «interesses colectivos».

«O Movimento Sindical Português define a sua estratégia e táctiva, os seus objectivos gerais e particulares, de acordo com as condições concretas em que se desenvolve a luta de classes na sociedade portuguesa e no quadro mais geral em que se desenvolve a luta dos trabalhadores de todo o mundo pela sua completa emancipação». É o que se afirma no preâmbulo da proposta do «Programa de Acção».

PROPOSTA DE LEI SINDICAL

"Estímulo à unidade real"

A publicação do Decreto-Lei n.º 215-B/75 de 30 de Abril (Lei Sindical) representou uma importante conquista dos trabalhadores. A partir daquela data, o Movimento Sindical passou a dispor de um instrumento eficaz para a sua reestruturação e consolidação. A partir deste considerando, a Comissão Organizadora do Congresso avança com os argumentos que tem como justificativos das alterações propostas ao texto da lei, nascidos dos «condicionalismos criados em torno da questão da unicidade».

Algumas noções foram clarificadas. Por exemplo na definição do que é um «trabalhador». Segundo o documento da C. N. O. C., trabalhador é «aquele que, mediante retribuição, presta a sua actividade a outra pessoa sob direcção desta, bem como aquele que exerce a sua profissão, com carácter exclusivo ou predominante, sem que dela aufira qualquer outra contrapartida para além da remuneração, em unidades geridas por trabalhadores, designadamente em cooperativas, unidades colectivas de produção, empresas em autogestão, desde que não tenham, nos termos do respectivo estatuto jurídico, fins lucrativos».

A proposta da Lei Sindical elaborada pela C. N. O. C., depois de corrigir as definições de «confederação», «corpos gerentes» e «representantes sindicais», inclui dentre as alterações que se propõe introduzir na lei, as seguintes: «uniformização do crédito de horas para os delegados sindicais, independentemente de fazerem ou não parte de comissões sindicais ou intersindicais; e protecção contra o despedimento nos termos dos demais representantes sindicais e que são: presunção de que o despedimento é sempre sem justa causa; a justa causa tem obrigatoriamente de ser reconhecida por sentença do tribunal para produzir efeitos; até lá o trabalhador mantém todos os direitos.»

Nas disposições preliminares a proposta-síntese da Lei Sindical refere que «o presente diploma regula o exercício da liberdade sindical e inscreve nos seus objectivos o estímulo da unidade real e orgânica dos trabalhadores como condição da sua emancipação e a garantia da democracia sindical».

Trabalho

Ajudantes de farmácia prevêem paralisação

•Os ajudantes de farmácia reuniram-se ontem, no Instituto Superior Técnico em Assembleia Geral, para discussão da posição a tomar no Congresso de todos os seus Sindicatos e da questão dos turnos de serviço das farmácias e a distribuição ilegal das cadernetas de registo dos profissionais de farmácia.

Na reunião foi aprovada uma moção em que se considera a posição governamental não só face às pretensões da Associação Nacional de Farmácias que «pretende aumentar os lucros», visando em ultima análise, «a recuperação capitalista» e ainda o apoio dispensado pelo actual director dos Serviços de Farmácias e Medicamrntos, às pretensões do patronato e à distribuição ilegal de cadernetas de registo de trabalhadores.

Por esse motivo, na moção solicita-se ao Governo a dissolução do Grupo de Trabalho sobre os turnos das farmácias, a rápida criação da Direcção Geral de Farmácias «colocando à sua frente alguém não viciado em práticas de antes do 25 de Abril» e decide-se dar aval à direcção do Sindicato para que caso se mantenha a situação, decrete as lutas a adoptar, incluindo a paralisação.

Pessoal da Petrucel rejeita reintegração de saneados

Os trabalhadores do Centro de Produção Fabril de Setúbal da Portucel (ex-Socel) declaram em conferência de Imprensa ontem realizada que não aceitam a reintegração de 16 elementos afastados da empresa em 74, determinada por despacho do ministro do Trabalho e aceite pelo director do Centro.

Como causas desta posição os trabalhadores apontam a dupla inconstitucionalidade do decreto-lei em que o despacho se baseia, pois trata-se de legislação de trabalho e nenhuma associação sindical participou na sua elaboração, além de ofender o princípio da separação de poderes «na medida em que permite que o executivo (Governo) se arrogue poderes que só aos tribunais, nos termos do art.º 206.º, pertencem». É pois uma ingerência do M. T.

Adiantam os trabalhadores em documento distribuído na conferência que o despacho do ministro não foi fundamentado, «como o próprio Decreto 471/76 redigido por si, impõe». Donde, o despacho é nulo, tendo o Supremo Tribunal Administrativo a obrigatoriedade de declarar nulas as reintegrações. Salientam os signatários do documento que para que isso se verifique, o Conselho de Gerência da Portucel terá que invocar, na minuta de recurso, esse vício.

Chama-se ainda a atenção para o facto de os «sancados» (na realidade despedidos pela administração, com justa causa «averiguada em processos disciplinares») terem pedido através do Tribunal de Trabalho de Setúbal (1.º vara, 1.ª Secção, proc. 335/76) uma indemnização por despedimento. Perguntam os trabalhadores como é possível o ministro do Trabalho reintegrar os despedidos e que significado poderá ter a reintegração se o Tribunal de Trabalho de Setúbal der razão aos despedidos e lhes atribuir indemnização por despedimento.

O despacho enferma ainda de outro «erros», como seja a reintegração de indivíduos cujos contratos de trabalho tinham caducado (um atingira a reforma e o contrato de trabalho de outro cessara) e de um terceiro que nem sequer era funcionário da ex-Socel.

Os trabalhadores repudiam ainda a posição do Conselho de Gerência da Portucel, pela sua conivência com o determinado pelo M.T. Em reunião geral, os trabalhadores impuseram ao C. G. a impugnação do despacho e a nomeação de dois advogados da confiança dos trabalhadores para representar a empresa no processo. O director só depois de pressionado e de ter consultado o M. T. é que anuiu à impugnação. O C. G., que pela sua conduta não merece a confiança dos trabalhadores, recusou a colaboração dos dois advogados nomeados em R. G. T.

«(...) Porque somos trabalhadores, porque estamos interessados em construir uma sociedade mais justa, porque acreditamos na vitória dos humilhados e oprimidos, dizemos não às manobras reaccionárias com que nos pretendem dividir. Por isso não aceitamos a ignorância, nem a incompetência política, nem inconstitucionalidades do Ministério do Trabalho», afirmam os trabalhadores que assim terminam o seu documento; «A posição dos trabalhadores corresponde à recusa firme ao regresso dos 16 elementos afastados na empresa, e ao alerta da opinião pública para esta ilegalidade do Ministério do Trabalho, alertando os órgãos do poder para as graves implicações que a leviandade daquele Ministério pode ocasionar na vida da empresa.»

Estiveram presentes na conferência de Imprensa a União dos Sindicatos de Setúbal, Sindicatos dos Metalúrgicos de Setúbal, dos Químicos de Setúbal, Electricistas do Sul, Fogueiros de Mar e Terra, Garagens, Escritórios de Setúbal, Cintura Industrial de Setúbal, além da Comissão de Trabalhadores da Portucel.

COMÉRCIO

Cabeçadas e ofensas por causa de um Contrato

Dois sócios do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio foram, no dia 18, agredidos oral e fisicamente pelo presidente da direcção, António Costa. Os factos verificaram-se dentro da sede daquele sindicato, quando os dois queixosos se integravam num Grupo Dinamizador de Apoio à Comissão Negociadora do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical dos Importadores de Materiais de Construção, Ferros, Tubos e Aços, com o apoio da classe.

A agressão terá tido por origem a discordância «das atitudes incorrectas e prepotentes daquele senhor e por defenderem os direitos dos trabalhadores do seu sector e exigirem o apoio da direcção do seu sindicato na luta pela conquista do C. C. T. V.», que terá sido «redigido sem a comparticipação e nas costas dos trabalhadores».

De qualquer modo, entregue em 10/9/76, esse projecto tem sido sistematicamente boicotado pelas associações patronais, quer nas negociações directas quer na conciliação do Ministério do Trabalho. Passados cinco meses limitou-se «a direcção do nosso sindicato a convocar de quando em longe reuniões para análise do problema, sem no entanto se tomarem medidas enérgicas que o caso requer», acusam ainda os trabalhadores numa exposição feita à direcção do seu sindicato.

Afirmando que as poucas reuniões efectuadas têm sido pressionadas pelo Grupo Dinamizador, recorda-se que, face aos últimos acontecimentos, «quando os trabalhadores exigem da direcção do sindicato posições mais firmes sobre o C. C. T. V., são recebidos à cabeçada e ofendidos na sua dignidade».

INTER SOBRE LEGISLAÇÃO

A razão sempre esteve com o movimento sindical

«O movimento sindical desde sempre alertou os órgãos do Poder para a actuação inconstitucional do Governo neste particular (da legislação do trabalho). A Assembleia da República com todo o seu peso constitucional e político, veio portanto demonstrar que a razão sempre esteve ao lado do movimento sindical» — afirma o Secretariado da Intersindical Nacional a propósito da publicação dos «textos integrais de várias propostas e projectos de leis relativos a direitos e interesses dos trabalhadores».

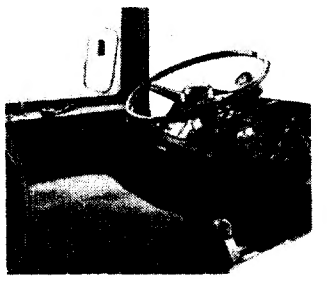
Essa publicação, «para cumprimento das normas constitucionais e regimentais que garantem aos trabalhadores o direito de participação organizada», permite à Intersindical «fazer um paralelo com a atitude do Governo que tem feito publicar grande número de decretos-leis sobre matérias de trabalho sem assegurar condições mínimas de participação dos trabalhadores, sem dar conhecimento prévio dos textos dos projectos, sem tão pouco dar a conhecer previamente a intenção de aprovar tais diplomas».

«A posição da Assembleia da República leva a concluir que, entre muitos outros decretos-leis como o dos despedimentos, o da quotização sindical e o da declaração da empresa em «crise», são inconstitucionais por não ter sido respeitado o direito de participação dos trabalhadores na sua elaboração» — acrescenta-se no comunicado.

De acordo com as posições sempre defendidas pela Intersindical «a participação dos trabalhadores pressupõe o conhecimento de textos dos projectos ou propostas de leis ou dos projectos de decretos-leis, pela C. T.'s e associações sindicais antes de serem submetidas à apreciação da Assembleia da República». Além disso, «as organizações dos trabalhadores deverão dispor do período de tempo suficiente para permitir uma ampla e eficaz discussão pelos trabalhadores».

A terminar, o Secretariado da Intersindical, «apela para a participação massiva das associações sindicais, das Comissões de Trabalhadores e, através delas, de todos os trabalhadores, na apreciação dos projectos de leis agora publicados, fazendo chegar à Comissão Parlamentar de Trabalho as posições democraticamente definidas pelo movimento sindical acerca de cada uma delas».

Ao serviço do público servindo os transportes



A UTIC, vanguarda na construção de autocarros em Portugal, em colaboração com a sua representada British Leyland, cedeu à Carris de Lisboa para experiência, um autocarro articulado medindo 17,350 m., e podendo transportar 150 passageiros.
Esta unidade, com caracteristicas que a impuseram ao nivel europeu (nomeadamente em Copenhaga na Dinamarca, onde a sua implantação corresponde a 2/3 da frota em circulação), estará pois temporariamente **«Ao serviço do Público»** da capital, **«servindo os transportes».**
Também os transportes colectivos do Porto e a Rodoviária Nacional terão ensejo de verificar a concepção técnica deste autocarro.

Saiba o que é a UTIC. E perceba o nosso orgulho.

Nacional

COMPLEXO DO CACHÃO (CONCLUS

Compadrio e op
a salvar o náufra

Apesar de tudo o que se disse no apontamento anterior, os trabalhadores do Cachão não se deixam levar ao desespero. Conhecedores das causas que, antes e depois do 25 de Abril, propiciaram a actual situação do complexo, reconhecem que ainda é tempo de semear para colher, quer dizer, de alcançar as condições ideais para que o Cachão se transforme numa fonte de bem comum, servindo essencialmente o Nordeste Transm ontano e, por consequência, a economia do País.

No entanto, o perigo de derrocada final aproxima-se à medida que o tempo decorre, sem que surjam as iniciativas governamentais que permitam uma rápida estabilização da vida do complexo. E ele há tanto trabalho a fazer! Desde a solução dos problemas de relações de trabalho, à reconversão de certos sectores menos rentáveis, até ao desmantelamento da ideia de que o Cachão é «um caso perdido», — primeiro passo para que os transmontanos possam acreditar no belo empreendimento que todavia se encontra em estado amorfo, — e por fim a um planeamento que lhe estabeleça directrizes económicas capazes de lhe transmitir a vitalidade de que carece, tudo aguarda o sinal «verde» enviado de Lisboa. Mas está provado que a gestão de um complexo como o do Cachão não pode depender da incompetência gerada pelos compadrios, da improvisação sempre aleatória de quadros mal preparados, nem da ingerência descarada e oportunista de pontas-de-lança de partidos que, embora apregoem a moralidade de «tudo pelo país, nada pelo partido», demonstram na prática que só no que lhes convém é que metem o «slogan».

Foi, aliás, isso o que os trabalhadores do Cachão perceberam quando, ao ser abordado por jornalistas, o sr. Gomes de Castro, embora recusando-se a aflorar os motivos da sua demissão — continuamos a citar os trabalhadores com quem falámos — declarou que, «primeiro teria de dar contas ao Governo e em seguida à direcção do PS.» Dos trabalhadores não falou. Mas os trabalhadores falam da sua atitude e comentam-na da seguinte maneira:

— «Claro que o sr. Gomes de Castro funcionou, antes e na altura da sua demissão, como qualquer alto dignitário do regime anterior. Dividiu os trabalhadores, armou a bagunça que quis no Cachão e, depois, chegada a hora de bater a asa, nem uma palavra sobre os motivos da sua demissão àqueles a quem mais interessavam esses motivos. A sua concepção elitista do mundo do trabalho não o ilustra como elemento de um grande partido de esquerda. Ou ainda nos virão dizer que sim?»

Vêm à baila as condições de trabalho do Cachão. A nossa pergunta «a que nível melhoraram as condições de trabalho depois do 25 de Abril», respondem açodadamente duas operárias. Afigurou-se-nos durante a nossa estadia no Cachão, que as mulheres ali assalariadas, são as mais castigadas pelas más condições de alguns sectores. A imagem menor que nos ficou foi que há sectores onde se trabalha a mais de quarenta gras — frutos secos, hortos, etc. — no Verão ou a temperaturas frigidíssimas no Inverno, com os pés mergulhados até ao tornozelo. Além disso, enquanto maquinaria no valor de milhares de contos apodrece nos caixotes — caso do matadouro — a secção de carpintaria, por exemplo, carece de máquinas que possibilitem um maior rendimento de laboração.

Sobre o pormenor de maior ou menor rendibilidade das várias secções, referiu-se a afirmação de certos «técnicos», segundo a qual existe um excesso de mão-de-obra no complexo. Respondem os trabalhadores:

— «Não há excesso de mão-de-obra, mas sim mau aproveitamento da mão-de-obra actual. Frisámos o caso da carpintaria, que não é único. Com máquinas, apetrechos e planificação apropriadas, os operários que funcionam nestas secções não teriam mãos a medir. Agora, sim, há algum excesso no número de encarregados por secção. Porque, secções onde dois responsáveis bastavam, têm três e quatro. E todos sabemos como em termos de finanças, pesam enormemente os salários dos responsáveis. Sobretudo quando são de mais. Mas o pior é que sempre que as coisas correm mal, parece que quem tem de arcar com as culpas são os trabalhadores. Ou porque não produzem, ou porque não se cingem à disciplina imposta ou lá pelo que seja. Ninguém se lembra dos erros de administração, dos erros de base que incluem a contratação de técnicos não qualificados ou qualificados para trabalhos muito diferentes, posto que aqui no Cachão não é difícil ver-se um técnico de agricultura a comandar um sector de carpintaria ou um senhor formado em económicas a meter o bedelho na secção de horto-industrial. Ah!, sim, mas quando os prejuízos se avolumam e as broncas rebentam, aqui D'el rei que os culpados são os trabalhadores. É sempre o mesmo.»

UMA COOPERATIVA MAL INTENCIONADA

Mas eis que entre as várias manobras com que se pretendeu comprometer os trabalhadores do Cachão, surgiu a brilhante ideia duma cooperativa. Formada com quem e por quem e com que destino?

Se atentarmos nas palavras que se seguem descobriremos as respostas.

— «Esta Comissão Liquidatária de que vimos falando tentou uma jogada para se ver livre de duzentos e tal trabalhadores. A jogada consistia no seguinte: tratava-se de induzir os trabalhadores da parte oficinal a formar uma cooperativa para se dedicarem a trabalhos de serralharia e construção civil aqui, em Trás-os-Montes. Achámos muito estranho que fossem os mentores do Cachão a aconselharem-nos tal coisa e torcemos o nariz. Quando os ditos mentores se aperceberam de que nós não estávamos dispostos a embarcar na manobra, modificaram o tom: passaram da indução à imposição. Chegaram a levar-nos a uma reunião durante a qual pretenderam que se decidisse ali mesmo, sem mais vacilações, quem queria a cooperativa e quem não a queria, acentuando as palavras com modos agressivos. Mas nós tínhamos visto onde os senhores nos tentavam levar e contrapusemos com este raciocínio: das duas, uma: ou há na região trabalho suficiente de construção civil e serralharia que torne rentável uma empresa desse tipo para absorver cerca de duzentas pessoas e então deve criar-se essa empresa dentro do próprio Cachão como um sector para trabalhos externos, o que viria a transformar-se em lucro para o complexo, ou, se pelo contrário, se sabe de antemão que tal sector não é rentável, está-se a procurar enfiar a garruça aos trabalhadores, empurrando-os para a constituição duma cooperativa condenada ao fracasso e lavando daí as mãos. Para os referidos mentores era ouro sobre azul e com uma só cajadada matavam dois coelhos: desacreditavam mais uma vez a ideia das cooperativas e viam-se livres sem responsabilidades de duas centenas de trabalhadores. O que acontecesse a estes nossos camaradas importava muito pouco ou nada aos senhores do Cachão.»

— Mas — indaga o repórter — não existirá, na realidade,

FLUMEN

INVESTIR
PARA PRODUZIR!
MAIS ÁGUA.

Investir na actividade económica, para criar mais empregos, aumentar a produção e melhorar os serviços é um imperativo nacional.
Lançar novos empreendimentos e aumentar a produtividade dos actuais, devem ser objectivos de todas as empresas, tanto públicas como privadas.
O sector público dá o exemplo, arrancando com novas iniciativas.
E a Caixa Geral de Depósitos ajuda, financiando-as.
É o que acontece com o abastecimento de água à região de Lisboa, que tantos problemas tem causado nos meses de verão... A Empresa Pública das Águas de Lisboa dispõe agora de um novo financiamento da Caixa, de **800 mil contos,** que vai ser aplicado em dois programas simultâneos: enquanto se completam os trabalhos que garantirão o abastecimento normal de água na zona de Lisboa e concelhos limítrofes, estão já em curso as grandes obras de captação e transporte, que hão-de permitir trazer até Lisboa a água da albufeira de Castelo do Bode, garantindo abastecimento suficiente até ao ano 2000.
Um empreendimento de grande vulto em vias de conclusão é o reservatório de Telheiras, que aumentará em 45% a capacidade de abastecimento de água a Lisboa e arredores, em 1977.

Siga os bons exemplos.
Invista para produzir. Nós ajudamos.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

ÃO)

rtunismo não ajudam

go

REPORTAGEM DE JOSUÉ DA SILVA

um problema de aplicação de mão de obra?

Contrapõem os trabalhadores:

— «NNaturalmente que sim. Porém, os trabalhadores não se consideram responsáveis por essa situação. A nós afigura-se-nos que a solução terá que ser encarada ao nível dos responsáveis pelo complexo, dos responsáveis pela economia de Trás-os-Montes e dos responsáveis pela economia nacional.»

— Portanto — intervimos de novo — o assunto da cooperativa, dada a posição dos trabalhadores, morreu?

— «Sim. Embora não tardassem a chover algumas retaliações mais ou menos mascaradas. Foi assim que houve homens que transitaram de serviço, como o caso de um companheiro, que depois de ter adoecido trabalhando no sector da construção vicil se viu afastado da sua profissão para lhe darem a «esmola» de um lugar de porteiro, com vencimento inferior ao da sua categoria profissional. Mas houve outras «transferências» abusivas e quase sempre feitas para prejudicarem profissionais íntegros e beneficiarem certos «afilhados», pouco qualificados mas muito obedientes.»

Voltamos a referir que os trabalhadores que fizeram estas declarações para o nosso jornal representavam várias das secções do complexo. E é bom relembrar que foi colocada uma tónica muito expressiva no funcionamento da actual Comissão de Trabalhadores, que tem procurado, dentro do que lhe é possível, defender os interesses e as posições justas dos seus companheiros.

INTERROGATÓRIO... À ANTIGA

Para acentuar — no entender dos trabalhadores — a perniciosa vigência do eng. Gomes de Castro na Comissão Liquidatária do Cachão, descrevem-nos o seguinte diálogo travado no gabinete deste senhor e com o encarregado — agora ex-encarregado — da secção de transportes, Alfredo.

— Vim aqui para saber das razões da minha transferência para outro lugar que não é o meu.

Gomes de Castro:

— Simples conveniência de serviço. O Alfredo deve compreender...

Alfredo:

— Não compreendo lá muito bem, sr. engenheiro. Acima de tudo, porque sempre procurei ser um bom empregado deste complexo e parece-me que nesse aspecto nada há contra mim.

Gomes de Castro:

— Pois, não senhor. Não é isso que está em causa.

Alfredo:

— Então continuo a não compreender.

Gomes de Castro:

— Você é do Partido Comunista?

Alfredo fica momentaneamente perplexo com a inopinada pergunta, mas contesta:

— Não, sr. engenheiro. Sou militante do M.D.P/C.D.E..

Gomes de Castro:

— E o seu director de serviço, o sr. Mourão? Também é M.D.P.?

Alfredo:

— Segundo o que consta, o sr. Mourão é correligionário do sr. engenheiro. É do Partido Socialista. Um bom socialista, creio.

Gomes de Castro:

— Bom... Gostaria que o Alfredo concordasse com a sua transferência de serviço.

Alfredo:

— Não posso concordar, sr. engenheiro. Considero-a injusta.

Gomes de Castro:

— Tenho pena. Sabe... é que me parece que dentro do Cachão não há outra coisa senão ódio de pessoa para pessoa.

Alfredo:

— Concordo, sr. engenheiro. E já agora sempre lhe digo que sei perfeitamente porque é que o sr. exige a minha transferência: o primeiro dos motivos é por eu não pertencer ao partido do sr. engenheiro. O segundo, é que houve para aí uma embrulhada a meu respeito criada por dois elementos da ex-Comissão de Trabalhadores.

Gomes de Castro desvia o assunto. Fala num hipotético relatório a fazer sobre a secção de transportes — hipotético, porque nunca foi feito.

Alfredo:

— Preciso duma carta em que o sr. engenheiro explique as razões da minha transferência.

Gomes de Castro:

— Sim, senhor. Passar-lhe-ei essa carta.

Alfredo despediu-se, já com o seu novo destino: a destilaria do Cachão. Só dois meses depois, com muita insistência, conseguiu a carta assinada por Gomes de Castro. Na carta dizia-se que a transferência não ocorrera por quaisquer actos de indisciplina ou maus serviços prestados e sim por «conveniência de serviços».

Comentário final de Alfredo para o nosso jornal:

— A «conveniência de serviço» a que se refere esta carta, vim mais tarde a conhecê-la: o meu lugar foi ocupado por um indivíduo que toda a gente do Cachão sabe ser protegido de um dos elementos da ex-Comissão de Trabalhadores muito chegada ao sr. engenheiro. Aquele indivíduo, diz-se, é do Partido Socialista.

O CASO DO ECONOMISTA MIRA

Também o caso do economista Mira suspenso há cerca de oito meses é sintomático. Acrescente-se, apenas para situar o facto, que este economista é delegado sindical do Sindicato dos Economistas ao complexo industrial do Cachão. A partir de certo momento, embora o economista Mira se encontrasse na situação cómoda de receber o respectivo vencimento em sua própria casa, visto que está proibido de entrar no complexo, embora isso, decidiu dirigir-se ao Ministério da Agricultura (duas exposições), Ministério do Trabalho, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Provedor de Justiça, no sentido de ver o seu assunto tratado com o rigor necessário, ou seja, de modo a que lhe estabelecessem um processo disciplinar para que ele soubesse duma vez por todas do que é acusado, posto que todavia ainda ignora as razões da sua suspensão.

Como resultado dessas insistências, em 18 de Novembro de 76, a Comissão Liquidatária (a do eng. Gomes de Castro) manda instaurar-lhe um processo disciplinar, por intermédio de um advogado do Porto, ex-ANP, saneado do Ministério do Trabalho. Finalmente, o economista Mira rrecebe uma nota de culpa, em 45 pontos, e onze páginas, na qual não é acusado de coisa nenhuma, mas em que se pretende afirmar que o arguido nunca fora empregado do Cachão. Disse-nos o economista Mira:

— «Perfeitamente ridículo, sabendo-se como é fácil provar através de documentos vários, incluindo a folha de vencimentos, que eu fui funcionário do complexo. De resto, a contradição é evidente. Se eu não sou, nunca fui, assalariado do complexo, como se compreende que continuem a pagar-me o vencimento em todos estes meses de suspensão? — E acrescenta: — Quem toma a responsabilidade dos mais de cem contos que já me pagaram em vencimentos, sem que eu nada produzisse para o Cachão? Será esta a mais brilhante maneira de defender a economia nacional e de aproveitar o esforço de cada um em prol da reconstrução do País?»

UM MILHÃO DE CONTOS A RECUPERAR

Se nos lembrarmos que actualmente dependem do Cachão oitocentas e tantas famílias, não deixaremos de concordar que este problema é suficientemente grave para que, em lugar de procurar ocultá-lo, escamoteando responsabilidades, se deva tentar encontrar uma solução imediata. Segundo o que constatámos, o Cachão não é deficitário pelo simples facto de não ter qualquer viabilidade. O Cachão é deficitário devido a profundos erros de planeamento — ou à inexistência de planeamento, se assim o entendermos —, a uma gestão descontrolada e ruinosa e, por fim, à quase completa, se fizermos fé nas afirmações produzidas, indiferença do poder central.

Pegar no Cachão e «deitá-lo para o caixote do lixo», não é, de maneira nenhuma, a solução mais realista. Para além das consequências que uma medida desse jaez traria, criando situações verdadeiramente dramáticas às oitocentas famílias dependentes do complexo, era um pouco como que roubar a Trás-os Montes a única hipótese viável — pelo menos a curto prazo — de um arranque positivo para a industrialização tão necessária. O que se pede — o que pedem os trabalhadores — é que o Cachão seja finalmente transformado num autêntico veículo para o escoamento dos produtos agrícolas da região, beneficiando a pobre lavoura do Nordeste. Nada disto, porém, pode ser realizado com base na improvisação e no voluntarismo utópico. O Governo terá de olhar bem de frente o problema e determinar com firmeza as novas directrizes que hão-de impulsionar o Cachão numa via positiva, tornando-o um centro de produção activa e de pura contribuição para a economia nacional. Recordemos, a título de exemplo, que há um milhão de contos enterrado no Cachão. No entanto, os trabalhadores pensam que com um bom planeamento da produção e das vias de comercialização dessa produção, é possível fazer, a médio ou a longo prazo, uma recuperação bastante sensível dos investimentos que hoje parecem perdidos. Mas, para que tal aconteça, é preciso reconverter, estudando atenta e decididamente a aplicação dos meios e pessoas. Sabe-se, que entre outras anomalias, os produtos do Cachão têm sido colocados no mercado por preços abaixo dos custos de fabrico. Sabe-se que são praticamente inexistentes os contactos para um alargamento de mercados. Sabe-se que há muita coisa errada. Sabendo-se tudo isto, temos aí o ponto de apoio para, com gente à altura — tenha ela a cor política que tiver — e uma cobertura eficaz dos poderes instituídos, dar ao Cachão uma dimensão própria e a possibilidade de se manter, não como um cancro, mas como um empreendimento que afirme o progresso da zona transmontana. Não é com vinagre que se apanham moscas — diz o povo. Não é com sectarismo e divisionismo que se convence os trabalhadores. E muito menos com injustiça.

Um pequeno país...
Um grande idioma!

Só entre os 300 milhões de habitantes da Europa ocidental, mais de 75 milhões falam bem ou fluentemente o Inglês, na sua vida económica e social.
Tenha a certeza de ficar entre os 25% dos "internacionais," aprendendo rápidamente o Inglês, com professores de origem, na "Cambridge School."

CAMBRIDGE SCHOOL

cambridge SCHOOL INSTITUTO DE LÍNGUAS

LISBOA AV GUERRA JUNQUEIRO, 8-1° DIR
TEL 724544 899601
AV DA LIBERDADE, 173-1°
TEL 554780 - 554789
BENFICA
EST DE BENFICA, 729-5.° DIR
TEL 704329 - 703638
ALMADA
R SOC FILARMÓNICA INCRIVEL ALMADENSE, 14-2° ESQ - TEL 2760234
PORTO
R DUQUE DA TERCEIRA, 381-1° - TEL 560380 - 561130

APA CAM 1

Nacional

António Paulouro, fundador e director do prestigioso semanário da Beira Baixa

"JORNAL DO FUNDÃO" AOS 31 ANOS DE IDADE:

Retrato honrado e fiel da realidade com as mesmas pessoas e linguagem

— ambição do Director, António Paulouro

«A nossa atitude manteve-se, com o advento do 25 de Abril, como até então: foi abolida a censura, mas nós continuámos com as mesmas pessoas e a mesma linguagem. Não caçámos bruxas, nem sequer nos preocupámos com os indivíduos que durante o fascismo daqui mandavam para Lisboa toda a caterva de insultos contra nós», garantiu-nos António Paulouro, a propósito do «Jornal do Fundão», de que é director, e que hoje comemora 31 anos de vida.

«A Imprensa Regional deve dar um retrato honrado e fiel da realidade portuguesa» dir-nos-ia também, quando em recente deslocação àquela importante vila da Beira Baixa, lhe pedimos algumas informações sobre a vida do jornal e sobre o papel que, à semelhança da mais importante Imprensa Regional, lhe cabe na vida portuguesa.

Antes do 25 de Abril de 1974, o «Jornal do Fundão» era uma espécie de ilha onde se acolhiam pela colaboração que outras publicações receavam inserir e pela presença física, em ocasiões festivas, muitos dos que a política oficial da ditadura marginalizava.

Por lá passaram jornalistas e intelectuais ajudando a tornar conhecido e respeitado este semanário do Fundão que, sem nunca deixar de dedicar importância prioritária aos interesses da região, há muito ultrapassou as fronteiras da Beira Baixa para atingir um inquestionável prestígio nacional. Com o 25 de Abril e por manter a mesma orientação, chegou a ser proibido de entrar no Brasil; o regresso de muitos beirões que se encontravam nas antigas colónias, como soldados e como colonos, provocou também a perda de um certo número de assinaturas. Agravaram-se entretanto os factores de produção do jornal. Face a isto tudo, que aconteceu ao «velho» «Jornal do Fundão»?

«A tiragem está equilibrada e pode dizer-se que continuamos em franca expansão», diz António Paulouro. «É certo que não se recuperou a venda avulsa mas isso foi compensado com as assinaturas dos emigrantes e com o novo interesse de mais pessoas que parecem querer participar. No entanto, a sobrevivência futura do jornal só é possível em virtude das medidas justíssimas que o Governo tomou. Haviam sido preparadas por Almeida Santos e Ferreira da Cunha e foram, recentemente, concretizadas por Manuel Alegre e Soares Louro consistem principalmente, na isenção do porte de correio o que facilita imenso a angariação de assinaturas junto dos emigrantes. Se tivessemos de pagar o correio, como até aqui com os novos encargos não poderíamos sobreviver. Não obstante pertencermos a um concelho muito pobre, que diminuiu a população de 50 para 35 mil pessoas, somos o jornal de província com maior tiragem.

Em 1946, quando António Paulouro fundou o «Jornal do Fundão» não havia qualquer outra publicação em todo o concelho.

«Nessa altura eu era um ardente defensor do Salazar», contou-nos, «A equipa que me acompanhou no início comungava das mesmas ideias. Mas a verdade é que imprimi sempre ao jornal uma abertura que se concretizava de pessoas de todas as maneiras de pensar

«Embora sem fechar a porta aos colaboradores de outras tendências, o jornal marcou a partir de 59/60 uma posição nitidamente progressista. Em 1958 tinha-se dado em mim próprio uma evolução que levou dois anos, durante os quais tive tempo de reflectir. Dispus-me a aceitar todas as consequências de tomadas de posição que, obviamente, comportavam riscos muito sérios».

«As reacções governamentais não tardaram. Primeiro fizeram-me várias ofertas de ajudas financeiras e de lugares políticos (como o de deputado em 1961) que, evidentemente, não aceitei. Não se tratava de um capricho da minha parte nem de defesa dos meus interesses pessoais mas de um dever de consciência. Depois, como estas tentativas não resultassem, em 1962, começa uma perseguição muito dura ao jornal».

PERSEGUIÇÕES E SUSPENSÕES POR SEIS MESES

Esta perseguição, pelo menos nos seus lances mais espectaculares, é do conhecimento público. Passou por multas, exigência de censura dos textos em Lisboa, o que dificultava extraordinariamente a feitura do jornal, chegando-se ao requinte de exigir provas de página para autorizar a saída. Em 1965, o poder fascista aplicou ao «Jornal do Fundão», o golpe que julgava de misericórdia uma suspensão por seis meses.

«Foi o que Paulo Rodrigues chamou de infecção da mancha negra escandalosamente implantada numa região onde as votações na União Nacional nem sequer tinham opositor», lembra António Paulouro que desenvolveu para os nossos leitores a história da luta posterior do jornal contra o poder fascista:

"Continuamos em franca expansão mas precisamos de uma rotativa como de pão para a boca"

«Resistimos com muita dificuldade e foi um problema recomeçar a publicação. Nos primeiros números que se seguiram à suspensão até os anúncios eram cortados! Mas o jornal, que já tinha uma expansão além das fronteiras regionais, pôde sobreviver por se terem mantido fiéis os três pilares em que assentava: Emigração, Covilhã e Lisboa. Estes são ainda hoje os pilares que mantêm o jornal».

«A suspensão do jornal teve como causa próxima a atribuição do Prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira. Nós tínhamos uma página dirigida por Alexandre Pinheiro Torres, que era também membro do júri da atribuição do Prémio. Através dele pudemos publicar uma fotografia de Luandino Vieira na qual se via que este, contrariamente à propaganda fascista, na rádio, e na TV, era branco e natural de Vila Nova de Ourém, portanto conterrâneo de Nossa Senhora de Fátima».

Com a entrada de Marcelo Caetano para a chefia do Governo, a censura abrandou a sua ira sobre o «Jornal do Fundão» (assim o garante António Paulouro) e puderam ser publicadas então reportagens que noutros tempos levariam a uma mais que certa suspensão:

As colaborações eram muito diversificadas mas geralmente assinadas por figuras de certa importância entre a «inteligentsia» de esquerda: Eugénio de Andrade, Artur Portela Filho, Nuno Bragança, Mário Castrim, Vasco Granja, José Saramago, Isabel da Nóbrega, José Sampaio e muitos outros. Foi o tempo, também; do suplemento literário «E ETC», dirigido por José Cardoso Pires e Vítor Silva Tavares e que representou uma realização praticamente impensável num jornal de província. Além de grande parte destes colaboradores, visitaram, por esses anos, o jornal e a vila do Fundão personalidades como Alves Redol (que faria no Fundão a sua última intervenção pública),os escritores brasileiros João Cabral de Melo Neto, Erico Veríssimo e o ex-presidente Jucelino Kubitcheck de Oliveira.

Podem considerar-se pontos altos desta fase de expansão do «Jornal do Fundão» e da sua consagração como jornal nacional o I Encontro de Teatro realizado em Maio de 1972, e as comemorações do 28.º aniversário já em vésperas da queda da ditadura.

O Encontro Anual de Teatro (que não viria a repetir-se) contou com as presenças de Alfonso Sastre, Bernardo Santareno, Fernando Gusmão, Rogério Paulo, Urbano Tavares Rodrigues, Jorge Listopad, Luso Soares, Artur Ramos, Jaime Gralheiro, Alexandre Babo, Miguel Franco e muitos outros homens de teatro.

Em Janeiro de 74, completava o «JF» 28 anos, nova reunião preparada por António Paulouro levou à Beira Baixa a «inteligentsia» citadina.

Dando uma olhadela pelos jornais da época avalia-se melhor o que significou, durante a ditadura, o jornal do Fundão: foram lá, ao aniversário, os directores do «Diário de Lisboa» e do «República», drs. António Pedro Ruella Ramos e Raul Rego, os escritores Óscar Lopes e José Palla e Carmo, a dr.ª Maria de Lurdes Bártolo, directora do Museu de Arte Contemporânea (para falar da pintura de José Cargaleiro) e o prof. Stephen Reckert, considerado uma das maiores autoridades internacionais sobre literatura portuguesa. Isto para além de três beirões que Paulouro quis homenagear: Eugénio de Andrade, José Cardoso Pires e José Cargaleiro.

A empresa tem actualmente 52 pessoas a trabalhar no jornal e na editora. As edições de livros atravessam algumas dificuldades, no dizer de António Paulouro». A nossa edição estava orientada em 1974 para obras de carácter jurídico. O 25 de Abril tornou-as obsoletas. Durante os restantes meses de 74, e praticamente todo o ano de 75, as oficinas pouco mais fizeram do que o jornal. Tal facto deu-nos um prejuízo que se pode calcular em três mil contos. Neste momento a tendência é de recuperação, apoia nas edições que temos planeadas e, principalmente, na expansão do jornal».

Soubemos durante a visita às instalações (em prédio próprio) que o projecto imediato vomma rotativa. «Precisamos dela como do pão para a boca», disseram-nos ao local». A expedição, como se faz actualmente, leva umas 10 horas e ocupa cerca de 30 pessoas o que nos obriga a começar a impressão na quarta-feira de manhã para que o jornal esteja sexta-feira em casa dos assinantes».

«Queremos ser a informação oportuna e honesta nos distritos de Castelo Branco e Guarda e para os muitos milhares de beirões que vivem em Lisboa e que, assinando o jornal para ler notícias da sua aldeia, participarão depois, mais amplamente, na audiência do jornal» — resumiu António Paulouro esta panorâmica sobre os 31 anos de vida do seu jornal.

«Também entendemos que constituimos hoje um factor de certa importância no esclarecimento e informação dos emigrantes».

POR 1.650$00 MENSAIS
E SEM ENTRADA INICIAL
VENDEM-SE
TALHÕES DE TERRENO
JUNTO DA PRAIA

Firma do ramo imobiliário, por impossibilidade financeira de continuar a sua acção até à finalização dos planos urbanísticos que se propunha levar a efeito em local de extraordinária beleza, junto de extensa praia, situada a cerca de 90 Km de Lisboa, pretende cessar a sua actividade e liquidar a Firma, pelo que põe em venda a totalidade dos terrenos de que é detentora.

Para maior rapidez de solução, vende em talhões os referidos terrenos — demarcados em PARCELAS RÚSTICAS a destacar — com áreas mínimas legais, de harmonia com o preceituado pelo ART. 1.º DA PORTARIA 202/70 de 21 DE ABRIL — a preços desde 69 500$00 divididos em pagamentos mensais até 3 anos e meio, c/ escritura notarial imediata e sem a obrigatoriedade de entrada inicial nem de fiador, a pessoas de comprovada idoneidade.

Os interessados deverão enviar em postal ou carta dirigida ao Apartado 1431, Lisboa 1, as suas inscrições de compra que serão classificadas e atendidas pela ordem da sua recépção, observando pormenorizadamente o seguinte:

Nome completo — Profissão — Morada, Localidade e Concelho — Dias, horas e o n.º de telefone, convenientes para contacto — Quantidade de Talhões pretendidos, outra modalidade de pagamento pretendida (dentro do prazo de 3 anos e meio)

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Avenida da República, 29-27 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

C. C. T. RETALHISTA NACIONAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do Sector Retalhista para as reuniões que se irão efectuar nos próximos dias 27 e 28 de Janeiro, pelas 21 horas, nas instalações do nosso Sindicato na Avenida da República, 29, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Análise e discussão do C. C. T. Vertical Nacional Retalhista.

Trabalhador do comércio:

NÃO DEIXES DE COMPARECER!

COLABORA ACTIVAMENTE NA DISCUSSÃO DOS TEUS PROBLEMAS!

Lisboa, 21 de Janeiro de 1977

Pel'A DIRECÇÃO
Alfredo Alves

PUB JOAQUIM

Podes marcar a mesa redonda. OS AMIGOS não faltam.

Estrangeiro

PRESAS 200 PESSOAS

Campanha anticomunista intensifica-se no Egipto

Numa altura em que se anuncia para o próximo mês uma «tournée» do sucessor de Henry Kissinger, Cyrus Vance, pelo Médio Oriente, as autoridades egípcias desencadearam uma violenta campanha anti-comunista e uma vaga repressiva sem precedentes nos últimos anos. É curioso que esta onde de repressão surge precisamente quando se apregoa a institucionalização da «democracia política» no Egípto, que se contrapõe ao sistema de «partido único» de Nasser e que se sobrepõe às preocupações nasserianas de uma democracia social e económica prioritária em relação a determinadas liberdades políticas meramente formais.

O pretexto para a «caça às bruxas» são os incidentes ocorridos em 18 e 19 deste mês em diversas cidades egípcias; uma vaga de protestos populares contra os aumentos dos preços dos produtos essenciais. Nos incidentes perderam a vida — segundo o balanço hoje apresentado pela UPI/ANOP — 78 pessoas e 608 ficaram feridas.

Duzentas pessoas foram já presas. Segundo o procurador geral Ibrahim Kalyoubi, os detidos pertencem a quatro grupos clandestinos: o Partido Comunista Egípcio, o Partido Comunista dos Trabalhadores Egípcios, a Corrente Revolucionária e as «Organizações 8 de Janeiro». Os detidos são acusados de tentarem derrubar o actual sistema económico e social e de praticarem actos tendentes à tomada do poder. Este delito é punível com a morte ou a pena de prisão perpétua. Por outro lado, a lei egípcia prevê a pena de dez anos de trabalhos forçados par os que militam em organizações clandestinas.

Recentemente um numeroso grupo de intelectuais egípcios tornou público um abaixo-assinado, no qual, segundo a agência Novosti, os subscritores alertavam o povo egípcio e o mundo árabe em geral para os perigos da campanha anti-nasserista em curso no Egípto. Depois do acordo que coroou a «diplomacia dos pequenos passos» de Kissinger, a viragem da política externa cairota tem vindo a intensificar-se cada vez mais no sentido pró-americano. A repressão governamental exercida sobre os comunistas egípcios tornou ainda mais tensas as relações com Moscovo. O facto é tanto mais assinalável quanto é certo estar a preparar-se a conferência de Genebra (patrocinada conjuntamente pelos EUA e pela URSS), e que os soviéticos têm intransigentemente defendido como único meio de chegar a uma solução pacífica para o problema do Médio Oriente.

Uma hipótese provável é a de que a Administração Carter se esteja a preparar para o relançamento da diplomacia dos pequenos passos, a qual retiraria toda a força à conferência de Genebra e se traduziria no estabelecimento duma «paz americana» naquela zona do mundo. A visita que Cyrus Vance vai fazer ao Médio Oriente decorrerá de 14 a 21 de Fevereiro. Países visitados: Israel, Egípto, Líbano, Jordânia, Síria e Arábia Saudita. Alguns observadores entendem que o momento escolhido para Vance visitar Israel se destina a dar apoio ao primeiro-ministro Ytzhak Rabin na difícil disputa para a nomeação do seu partido com vista às eleições gerais de Maio.

ESCÂNDALO DE ARMAS EM VIENA

Kreisky enfrenta hoje moção de desconfiança

O governo austríaco do socialista Bruno Kreisky, enfrenta hoje na sessão do Parlamento, uma moção de desconfiança apresentada pelo Partido Liberal, moção esta, de carácter especial, foi convocada para debater a venda de armamento para o Médio Oriente, nomeadamente à Síria, facto classificado como o maior escândalo político no país desde a Segunda Guerra Mundial, pois a Áustria proíbe a venda de armas para zonas em conflito e a realização deste tipo de negócio pode proporcionar aos envolvidos penas de até cinco anos de prisão.

No centro dos acontecimentos está o ministro da Defesa, Karl Luetgendorf, cuja demissão já foi exigida por dirigentes da oposição. Bruno Kreisky, que tem tido várias divergências com este ministro, dito independente, declarou que Luetgendorf devia permanecer no cargo até comunicação final das conclusões chegadas durante um inquérito oficial que está em curso.

Algumas das armas exportadas foram utilizadas durante a guerra civil no Líbano, de acordo com informações de alguns jornais de Viena, mas os observadores políticos consideram bastante improvável que a moção de desconfiança proposta hoje pelo Partido Liberal signifique uma derrota para o governo de Kreisky.

O preço do café continuará a subir

Os delegados de 16 países produtores de café, reunidos em Londres, mostram-se pessimistas acerca de uma hipotética descida do preço internacional do produto, entendendo, pelo contrário que continuará a registar-se uma subida, dado que as reservas estão exaustas.

Na reunião de hoje os delegados vão elaborar um programa de promoção do café, numa altura em que o seu preço o torna quase proibitivo em muitos países e em que certos consumidores resolveram boicotar a sua aquisição.

O acordo internacional do café, válido por seis anos e que entrou em vigor em Outubro de 1976, inclui uma campanha de promoção de vendas do café, campanha essa financiada em partes iguais por países produtores e consumidores.

Nos dias anteriores, os delegados decidiram proceder a estudos referentes às reservas existentes nos mercados internacionais. Embora essas investigações não conduzam — segundo se crê — a uma diminuição dos preços, poderão contribuir para uma melhor planificação da comercialização do produto.

APESAR DO "PROGRESSO"

A cura do cancro não consegue avançar

A pesquisa internacional acerca do cancro e a sua cura continua na fase dos primeiros passos, segundo acabam de constatar, desencantadamente, 20 investigadores europeus, americanos, australianos e israelitas, reunidos no passado fim de semana em Bona.

A reunião — organizada pela Fundação Alemã para Pesquisas sobre o Cancro — teve como alvo a fixação das grandes linhas de investigação a seguir neste domínio, nomeadamente sobre o processo de modificação celular, problemas imunológicos, detecção de vírus implicáveis nos processos neoplásicos, quimioterapia experimental, investigação de índole clínica fundamental e experiências clínicas em condições «standard».

Os especialistas americanos presentes insistiram na necessidade de uma estreita cooperação nos dominios da investigação das origens e da luta contra o cancro, pronunciando-se a favor da adopção de programas de cooperação concretos, sobretudo no campo dos meios anticancerosos.

A extensão a adquirir pela investigação do cancro foi apresentada com o apoio de alguns dados estatísticos pelo professor Milanes Veronesi, o qual afirmou que, em 800 experiências clínicas, poder-se-ão obter dados para 150 comunicações, dos quais nascerão, eventualmente, 20 processos na prática do tratamento clínico.

Por outro lado, actualmente, em cada seis doentes atingidos com processos mitóticos graves, o prognóstico apenas pode considerar-se favorável para o máximo de três deles, o que também ilustra as ainda consideráveis dificuldades clínicas do sector.

Corrupção ameaça novo governo japonês

O Governo japonês de Takeo Fukuda corre o risco de se ver comprometido pelos resultados de um inquérito sobre as actividades dos serviços secretos sul-coreanos.

O Partido Comunista Japonês, o Partido Socialista e o Neo-Budista decidiram verificar se houve parlamentares nipónicos comprometidos num caso de gratificações duvidosas feitas pelos serviços secretos sul-coreanos com o objectivo de orientarem a política japonesa favoravelmente ao Governo da Coreia do Sul.

O detonador deste escândalo foi o antigo encarregado de negócios da Coreia do Sul junto do Departamento de Estado Americano, Donald Ranard, que declarou terem sido pagas «luvas» de 1970 a 1974 a deputados do Partido Governamental e da Oposição. Estas declarações foram recolhidas por um senador comunista japonês de visita a Wshington.

Segundo declarou Donald Ranard foi confirmado pelos serviços secretos americanos e pela Polícia japonesa o rapto em 1973 na capital japonesa, do antigo candidato à presidência da República da Coreia, Kim Dae Jung. Este cumpre actualmente em Seul uma pena de prisão de oito anos por actividades antigovernamentais.

Segundo o antigo encarregado de Negócios coreano, o primeiro-ministro japonês de então, Kakuei Tanaka, teria recebido um milhão de dólares da Coreia do Sul para resolver «politicamente» o caso do antigo candidato coreano. A Coreia do Sul participou também, segundo ele no financiamento das campanhas eleitorais dos homens políticos nipónicos favoráveis a Seul. Esta última acusação poderá ser um rude golpe no prestigio do gabinete do actual primeiro-ministro, considerado pró-Coreia do Sul.

Walter Mondale na Itália com passagem por Berlim-Oeste

O vice-presidente dos E. U. A., Walter Mondale, deslocou-se hoje a Berlim-Oeste, onde permaneceu durante duas horas, tendo visitado a porta de Brandeburgo para observar o chamado «muro de Berlim». Antes de partir para Itália, Mondale discursou numa sessão do município da cidade. Mondale foi acompanhado pelo ministro alemão ocidental dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher.

Justificando a sua visita a Berlim-Oeste, Mondale declarou ontem a repórteres em Bona que incluíra deliberadamente a deslocação a Berlim-Oeste no seu programa de visitas aos principais países da Europa Ocidental e ao Japão, notando que era muito importante confirmar o compromisso assumido pelos E. U. A. em relação à segurança e liberdade daquela «grande cidade».

Observadores pensam que a inclusão do ministro federal dos Negócios Estrangeiros na comitiva de Mondale poderá provocar protestos das autoridades da R. D. A. O menos que se pode dizer é que as declarações de Mondale e a sua visita acompanhada são actos que não favorecem o clima de desanuviamento.

A «querela de Berlim-Oeste» (ponto de fricção da política europeia durante anos e anos, até que foi subscrito o acordo quadripartido sobre Berlim-Oeste como coroamento dos vários tratados de normalização Oeste-Leste) é de quando em quando reavivada pelas forças interessadas em prejudicar os esforços tendentes à paz e ao desanuviamento. Recentemente as potências ocidentais apresentaram um protesto contra um decreto emitido pelas autoridades da R. D. A. nos termos do qual os cidadãos estrangeiros, idos de Berlim Ocidental para aquele país soberano, têm de obter um visto na fronteira e preencher uma declaração alfandegária. Estas normas eram já aplicáveis aos cidadãos da R. F. A. e de Berlim Ocidental. O decreto limitou-se a torná-las extensivas a cidadãos de outras nacionalidades.

É evidente que, com esta medida, a RDA pretendeu legitimamente defender-se de actividades especulativas e outras prejudiciais ao país, que eram facilitadas pela falta de controlo. Trata-se de medidas que todo o Estado soberano tem o direito de adaptar e que muitos países adoptam. A campanha desencadeada à volta desta questão baseia-se na deturpação propositada das realidades jurídicas de Berlim. A RDA tem plena soberania sobre Berlim, pois o antigo estatuto quadripartido há muito que caducou. Mais propriamente: desde que em 1948 os EUA, a Grã-Bretanha e a França o destruíram por iniciativa própria. O acordo quadripartido de 3 de Setembro de 1971 diz apenas respeito a Berlim-Ocidental, por isso as recentes medidas tomadas pela RDA não provocaram qualquer alteração no tratado celebrado há cinco anos.

A visita de Mondale acompanhado de Genscher e as declarações que fez podem constituir como que um assentimento tácito às renovações duma querela sem razão de ser, e, nessa medida, constituem um mau começo para as relações que a nova Administraçao dos EUA pretende — segundo afirma — desenvolver com os países do campo socialista.

Esta tarde, Mondale é, entretanto, esperado em Itália, onde se avistará com o primeiro-ministro, Giulio Andreotti, pensando-se que os problemas económicos italianos e o empréstimo pedido ao FMI serão o tema principal da entrevista.

Enquanto isto, Jimmy Carter reafirmou ontem que no seu plano económico procurará estimular a economia do país, através da diminuição dos impostos e não da criação de mais postos de trabalho. Esta posição de Carter abre perspectivas pouco favoráveis nas suas relações com os sindicatos que se fiaram nas promessas eleitorais do novo presidente e que se batem pela criação de novos postos de trabalho.

Naia

Rua do Carmo, 45
Av. Roma, 17-A
Rua Almeida e Sousa, 20-A
Rua Frederico Arouca, 45 — Cascais

SALDA A PARTIR DE 6.ª-FEIRA

ACEITAMOS CARTÕES
SOTTO MAYOR E UNIBANCO

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter. Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

cooperativa teatro popular

Apresenta na

ACADEMIA ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 – Almada

Lotações esgotadas

2.º MÊS

A GRANDE JOGADA!

uma divertida comédia musicada de JOSÉ VIANA

que a interpreta ao lado de ROGÉRIO PAULO

DORA LEAL E MARIA DULCE que conta a história de fio a pavio à frente de um grande elenco

Direcção Musical do maestro
VITOR BONJOUR
Maquetas com a colaboração de
ROGÉRIO RIBEIRO
Cenografia de HERNÂNI
e
RUI MARTINS

3.as-4.as-5.as e 6.as – 21.30
Sábados – 20.30-23.00
Domingos – 16.00-21.30
2.as FEIRAS DESC. DA COMP.ª

HELENA
na mulher do médico

Marcações de bilhetes só são respeitadas até 1 hora antes do início do espectáculo.

MARIA VITÓRIA

TELEF. 36 17 40

UM ÊXITO!

LYGIA TELLES
em «VAUDEVILLE»

● HOJE E TODOS OS DIAS ●
2 SESSÕES: AS 20.30 e 22.45 H

Aos DOMINGOS e FERIADOS «MATINÉES», às 16 horas
ÀS 2.as FEIRAS: DESCANSO

A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA

Não acons. m/18 a.

O BOMBO DA FESTA!

A atracção japonesa ● YUKIE ●

UM POPULAR ELENCO, COM:
SALVADOR, IVONE SILVA
e HENRIQUE SANTANA
A frente de muitos outros e de Um Corpo de Baile Internacional

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

ÚLTIMOS DIAS
SÓ ATÉ SÁBADO
Todas as noites às 21.45
M/18

2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

OS COMICOS

APRESENTAM

«Do Teatro ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de
FERNANDO HEITOR

2.º MÊS
TODOS OS DIAS ÀS 21.45
Domingos às 18
ÚLTIMOS DIAS.

Espectáculos

Crítica de Teatro

Camus: "O equívoco"

«O EQUÍVOCO», de Albert Camus. Tradução: Carlos Fernando e Gastão Cruz. Encenação: Gastão Cruz. Espaço cénico e figurinos: José Rodrigues. Interpretação: Marta Ribeiro, Elisa Lisboa, Carlos Fernando, Mário Viegas e Maria de Jesus Aranda. Grupo Teatro Hoje. Casa da Comédia. Janeiro 1977.

Um homem chega a uma estalagem onde vivem duas mulheres, mãe e filha. Estas assassinam os viajantes ricos para um dia poderem realizar o sonho incontível da jovem: ir para um sítio onde haja sol e mar. E o homem morre, portanto. Tratava-se do filho e irmão que partira há muito e agora regressava para repartir com elas o dinheiro que ganhara. Não querendo dizer quem era por desejar ser reconhecido como o filho pródigo que regressa, não sendo reconhecido (ou sendo reconhecido?) o homem é, pois, morto. Quando a mãe descobre a verdade, suicida-se e a filha, incapaz de ficar só, segue o mesmo caminho. Quando a mulher vai à procura do marido é posta perante a realidade. Apela para Deus mas a resposta é sem apelo: a esperança não é possível.

Nesta simbologia relativamente fácil do exílio e da pátria, neste mito solar para que a peça aponta, na denúncia dessa falha humana que é a ausência da palavra certa na hora exacta – incomunicação –, no absurdo de todos estes desencontros, no esquema melodramático de que Camus se serviu, na linguagem orgulhosa em que se exprimiu, em tudo isto pareceu-nos haver a marca de um tempo que já não é o nosso. E sentimos o texto, por vezes muito belo, claudicar num inesperado tom de cliché (culpa da tradução?).

Placas transparentes rodeiam o espaço cénico; o chão está coberto por pedras irregulares; ao fundo portas reflectoras, entreabertas para a sombra opaca de um mundo sem sol: os móveis indispensáveis cobertos por panos vermelhos. No 2.º acto, a cama-esquife – negra e branca – onde o herói vai morrer. O palco surge assim transformado num aquário onde se movem, hieráticas, como peixes indiferentes ou apaixonados dolorosos, as personagens trágicas de Camus que se desdobram, multiplicam, na superfície das placas. Estas, que não são contínuas, permitem uma outra leitura quando os actores surgem cortados verticalmente, vendo-se parte à transparência das placas e parte «ao natural». Uma vez mais José-Rodrigues inventou, ou reinventou, um espaço que é o lugar do imaginário, ao mesmo tempo «o outro lado do espelho» e o signo do real proposto pelo dramaturgo. Mesmo admitindo a subordinação de José Rodrigues às indicações dadas pelos encenadores com quem tem trabalhado, dificilmente poderemos deixar de considerar os seus cenários autênticas criações à altura das dos maiores cenógrafos europeus.

Não sabemos até que ponto a sensação que a peça nos deixou, e a que nos referimos, teria sido agravada por uma interpretação demasiado académica no seu aparente inconvencionalismo e sobretudo débil por carências de uma direcção de actores de que Gastão Cruz manifestamente não é capaz. Como acontecera com o seu primeiro espectáculo – e neste de forma agravada – verifica-se que a capacidade de leitura de um texto e até a sua passagem às formas cénicas, que constitui a sua razão de ser, de que Gastão Cruz dá provas, não tem correspondência do trabalho mais oficinal com os actores, no que se refere à expressão das suas personagens. O facto pareceu-nos evidente no caso de Mário Viegas muito pouco à vontade num tipo de personagem a que não está habituado e traído por uma voz sem maleabilidade e no caso de Maria de Jesus Aranda cujo trabalho nos pareceu aquém do razoável (o que é de estranhar numa jovem que já deu tão excelentes provas). Carlos Fernando, numa personagem muda que representa talvez Deus, a que o encenador deu um ar vagamente russo provavelmente pelo facto de haver qualquer coisa de dostoievskiano na peça de Camus; Elisa Lisboa, incapaz de exprimir o gelo ardente que define a personagem; Marta Ribeiro, que nos surpreendeu pela contenção e pela forma de se exprimir no espaço (colocação do corpo), completam o elenco.

Convite de Nancy e Palermo para "O muro" da Comuna

Entrou no seu terceiro mês consecutivo de apresentações na Comuna, à Praça de Espanha, a peça extraída do livro «Aventuras de João Sem Medo», de José Gomes Ferreira, e intitulada «O Muro». A adesão do público que tem acorrido em elevado número para participar neste espectáculo confirmou as referências da crítica que, na sua generalidade, se referiu à dramaturgia de João Mota como um dos melhores espectáculos apresentados em 1976.

A confirmar tudo isto, chegaram recentemente à Comuna convites para apresentações de «O Muro» nos festivais de Nancy e Palermo (França e Itália, respectivamente), sendo o primeiro uma das mais importantes reuniões do novo teatro que se pratica por esse mundo fora. Além disso, a Comuna foi convidada para uma «tournée» na América Latina (Venezuela, Colômbia e Panamá) o que dispensa quaisquer comentários à justeza da actividade do grupo.

No entanto, e segundo nota que nos enviaram, nenhum dos seus 11 espectáculos até hoje apresentados foi visto pelos actuais responsáveis da cultura neste País.

«Que garantias de competência, isenção e conhecimento da actividade prática da Comuna, poderão oferecer os srs. dr. David Mourão-Ferraira, dr. Rogério de Freitas, sr. Lima de Freitas, D. Maria Barroso, se nunca viram nenhum trabalho do Grupo?» – pergunta-se a Comuna.

Sem subsídios desde Outubro, a Comuna continua a distribuir senhas gratuitas pelas comissões de trabalhadores e moradores. O seu comentário à situação actual e à política teatral que a Secretaria de Estado da Cultura quer impor, é a seguinte, constante de uma nota enviada à Imprensa:

«Às medidas proferidas pelos responsáveis da SEC, nós respondemos com trabalho, que todo o Povo Português pôde na prática comprovar.

Entre um gabinete e uma sala de teatro, vai uma grande diferença.

Porque o nosso trabalho é público, não aceitamos as mentiras, os conluios e as deturpações politiqueiras dos responsáveis da cultura.

Chegaram-nos 48 anos de mentiras e calúnias. Pensávamos ter terminado definitivamente o tempo do arrivismo, da perseguição à cultura, mas a prática da SEC mostra-nos o contrário. A Comuna nunca recebeu prémios do fascismo, e recusa-se agora a receber esmolas dos novos democratas, que não querem distinguir o teatro que a maioria dos grupos independentes tem feito, do comercialismo ordinário e alienante que continua a sufocar o Povo Português.

Porque a nossa luta não é isolada das lutas concretas dos trabalhadores portugueses de outros sectores, nós não desistiremos!

Desafiamos as autoridades da cultura oficial para um debate público destes problemas, para que se acabem de uma vez com as manipulações do poder, e para que o público seja de vez correctamente elucidado sobre a situação da maioria dos trabalhadores de teatro».

GRUPO TEATRO HOJE

O equívoco
de albert camus

Carlos Fernando
Elisa Lisboa
M.ª Jesus Aranda
Mário Viegas
Marta Ribeiro
ENCENAÇÃO
Gastão Cruz
CENÁRIO E FIGURINOS
José Rodrigues

NA CASA DA COMÉDIA
Rua S. Francisco de Borja, 24 Telef. 867258

Todas as NOITES às 21.45
SÁBADOS MATINÉES às 16h.
DOMINGOS SESSÃO ÚNICA ÀS 18 HORAS
Descanso semanal às 2.as-feiras

M/ acessível a menores 13 anos

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA

Diàriamente, às 21.30 h.

«O MURO»

Inspirado nas «AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira

3.º Mês — ÚLTIMAS
Domingo só «matinée» às 18 h.

PREÇO ÚNICO — 40$00

PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telef. 762624

SÁBADOS e DOMINGOS
TARDES INFANTIS
Às 16 horas

Televisão

Canal da Crítica

Mário Castrim

DA POLÓNIA AOS ESTADOS UNIDOS COM UMA VISITA A LAURA ALVES

Para **Fila T**, a nossa homenagem: ouviu duas palavras de José Chaina, encenador de obras mundialmente conhecidas como «Dante» e «Replika» que alguns tiveram o privilégio de ver, há dias, na Gulbenkian.

Rubrica de teatro, certamente que lhe competia. Mas a presença entre nós de um homem com esta altura não seria, não deveria ser facto assinalado apenas com uma episódica passagem pela Televisão. Obrigava-se a RTP, se soubesse o que vem a ser isso de cultura, a constituir todo um serão, ou grande parte dele, com Chaina.

Por que não o fez? A explicação é simples.

A RTP salienta-se pelo seu apego sistemático ao obscurantismo. Está-lhe na massa do sangue, que é que se há-de fazer... Por outro lado, o grande encenador é polaco. Chaina não deixaria de se referir ao amor pela cultura que existe no seu país — falaria da arte, das grandes conquistas sociais alcançadas por um povo dos mais sacrificados pela última guerra, cujas feridas ainda sangram. Chaina mostraria a grande diferença que há entre os países do futuro e os países condenados à decadência. Assim acontecendo, lá ia por água abaixo todo o esforço desenvolvido pela RTP para apresentar o socialismo como um regime de barbárie em estado puro...

... A mesma rosea televisão que se faz eco das pequenas escaramuças com inadaptados, em países socialistas, ao mesmo tempo que despede dezenas de trabalhadores progressistas...

RECADO PARA LAURA ALVES

Também na Fila T, Laura Alves. Um dos maiores temperamentos artísticos que já viram a luz nesta pequena casa. Uma actriz que, da sua grandeza, pouco nos deixou além de sinais.

Não será caso único. Quantos de nós portugueses, não poderão dizer o mesmo? Onde está a meia dúzia de portugueses capazes, em consciência, de afirmar que realizaram todas as suas capacidades artísticas, profissionais, humanas?

Claro que Laura Alves não tem o direito de falar de si como um caso arrumado. Não pode ver-se em termos de ter acontecido ontem. Seria mais correcto se se resolvesse a começar agora — a começar numa altura em que se encontra enriquecida pela experiência, pelo conhecimento do ofício.

Lauras Alves não pode resignar-se a continuar a ser a Nossa Senhora das Bilheteiras Aflitas, que o mesmo é dizer, a afogar-se na mediocridade de um teatro e de um público que a aplaudem. Laura Alves: ainda é cedo para a renúncia — se é que existe algum tempo para a renúncia. Há que resistir à frustração. É preciso partir de novo, nem que para isso tenha de entrar no heroísmo de um jogo de faz-de-conta: **faz de conta que tenho 18 anos, que acabo de descobrir a aventura da minha vida, a aventura do teatro**...

Aqui fica o recado. Que, nem por isso, deixa de exprimir, estou certo, o sentido de tantos, tantos recados anónimos.

SÓ POR IRONIA

Assim foi que nos aproximamos lentamente do serão onde nos esperava mais uma aventura de Ellery Queen. História baseada em mais uma maldição do Amon Rá, assente na violação do seu sarcófago. Tema clássico com uma breve pincelada de cor local: o crime derivava de uma faceta na vida do marchante de sarcófagos, faceta aliás vulgarizadíssima no regime da sociedade norte-americana, ou francesa, ou inglesa ou alemã federada ou semelhante. O tal, quando jovem, enriquecera com a venda de peças para avião falsificadas, tema aliás já utilizado por Miller, não sei se se lembram, em **Todos eram meus filhos**. Claro que ninguém está inactivo em tais sociedades: uns falsificam peças, outros fazem chouriço de carne podre, outros vendem burro por vitela, outros fornecem programas deteriorados na televisão, outros retiram terras aos camponeses para lhes diminuir o poder, entregando-as a quem não as merece, e assim por diante. Sem falar dos que, barateando a justiça, absolvem e abençoam criminosos torcionários ou os que lhes deram apoio.

O serão continuou com o terceiro — e acho que último, infelizmente — programa dedicado à América. A mim cabe-me lamentar que muitos telespectadores não tenham podido, por recusa instintiva, assistir a esta série. O título Parabéns, América sugeria uma atitude de propaganda, de louvaminha, a cuja falsidade o matraquear de antes do 25 de Abril nos tornou alérgicos.

Parabéns, América é uma crítica feroz à maneira de viver americana. Ontem, no capítulo dedicado à mulher, o panorama não se apresentou mais feliz do que os anteriores. A frustração é o seu clima natural. Condenadas à marginalização, as mulheres iludem a solidão agrupando-se, formando clubes. Exercem, pelo número, a acção que pela sua humanidade não podem exercer. Trituradas na engrenagem do trabalho a sua existência quantas vezes se reduz ao esforço para sobreviver! As operárias de Filadélfia, por exemplo, que dos 12,5 cêntimos que ganham por cada camisa feita, somente podem reservar três para a sua alimentação...

Assim vai a vida num país de capitalismo com a decadência mais avançada, onde o desemprego cresce dia após dia, onde a insegurança é um mal sem cura, onde o crime é o pão nosso de cada segundo, onde os velhos, os doentes mentais e as crianças ocupam os últimos lugares da escala social, onde a ausência de um projecto ideal colectivo degrada a vida nacional.

Este é um país a quem não se pode dar os **parabéns** a não ser por ironia. **Parabéns, América**...

Podes limpar as mãos à parede.

Hoje

John Huston realizador do filme «Os Inadaptados»

I PROGRAMA

1.º Período

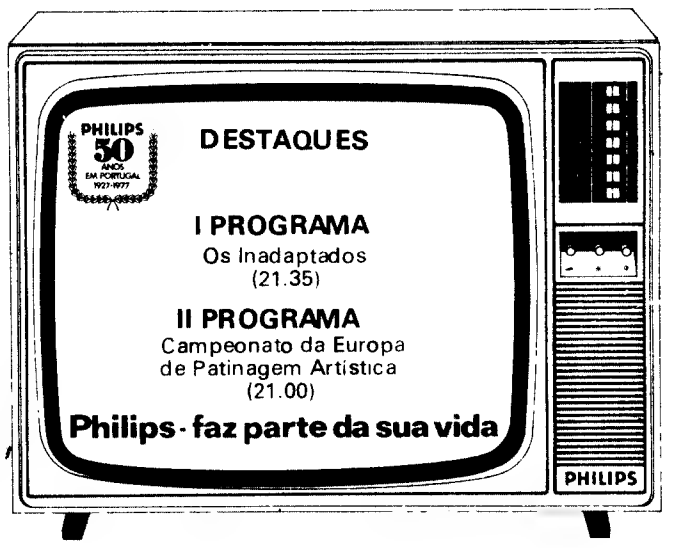
13.30 Ciclo Preparatório TV
18.05 Fecho.

2.º Período

19.30 Abertura
18.32 Sapatinhos de Ballet — A Madame Fidolie que ensinava Posy, adoece.
19.00 Abre-te Sésamo — «Farripas e os Miúdos» «Por cima, através e à «Volta», «A Letra Q», «As Pessoas do Bairro».
19.30 Ligeiríssimo — Vêm aí o Millikin University Jazz Band. Art Sullivan. 7 Canções para a Europa (entrevista com Luis Andrade) Lisboa à Noite. Apresentação de Pedro Castelo. Produção Fernando Penalva.
19.50 Vamos Jogar no Totobola.
20.00 A «National Gallery» — 12.º e último programa «O Caminho para a Arte Moderna».
20.30 Telejornal — 1.ª edição
21.05 Música e Silêncio — Um programa de António Victorino de Almeida.
21.35 Os Inadaptados — Intérpretes: Clark Gable, Marilyn Monroe, Montegomery Clift, Eli Wallach, Thelma Riter. Realização: John Huston. Ano de Produção: 1961. Duração: 125 m. Procedência: EUA (United Artists)
Com argumento de Arthur Miller, uma história de cowboys que é, também, o último filme de Clark Gable.
23.40 Telejornal — 2.ª edição.
24.00 Fecho

II PROGRAMA

20.30 Telejornal.
21.00 Campeonato da Europa de Patinagem Artística — Transmissão de Helsínquia via Eurovisão.
22.00 O Homem a a sua Música — Carrilho.
23.00 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período

13.30: Ciclo Preparatório TV; **18.05**: Fecho.

2.º Período

18.30: Abertura e Bonecos «Aninhas», Barbapapa e «Diário das Fábulas»; **19.00**: Verão no Ártico; **19.30**: «O Conde de Monte Cristo»; **20.00**: A ideia é a imagem; **20.30**: Telejornal — 1.ª edição; **21.05**: Campeonato do Mundo de Patinagem Artística; **22.05**: Um Programa da Direcção de Informação; **23.20**: Telejornal — 2.ª edição; **23.35**: Fecho.

TURISMO ESTUDANTIL
Organização portuguesa para o turismo juvenil
Tel. 801046

PÁSCOA 77
BULGÁRIA, 2 SEMANAS
PREÇO: 9.950$00

ESTADIAS EM: SOFIA, PLOVID, SLIVEN, VARNA, VELIKO TIRNOVO, GABROVO

Incluindo — passagem aérea de ida e volta. Alojamento e todas as refeições. Circuitos dentro do país. Visitas e encontros. Assistência de um guia local.

Nota importante – Devido a acordos de intercâmbio sem divisas entre o Turismo Estudantil e a organização do Turismo Juvenil da Bulgária, o custo das viagens não é, em nenhum caso, registado nos passaportes, nem é afectado pelas actuais restrições quanto à saída de divisas.

ABERTO A ESTUDANTES E NÃO ESTUDANTES — INSCREVA-SE JÁ

MARCAÇÕES — INFORMAÇÕES

turismo estudantil
rua fernando pedroso, n.º - 31
lisboa-1, portugal, tel. 801046/7

COIMBRA — R. da Ilha, 20. T. 22456
PORTO — R. da Boa Hora, 18. T. 25435
LISBOA — Hospital S.ª Maria, Piso, 01

publicidade
O QUE ESTÁ MAL EM PORTUGAL?
O que é urgente resolver?
Dê-nos provas concretas!
Apartado 1332 — Lisboa - 1

PUB
AVELINO
Está tudo à tua espera. Sem ti OS AMIGOS não querem começar. Telefona.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-831271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

ATENÇÃO LISBOA
E TODA A
PROVÍNCIA

AO GRANDIOSO ACONTECIMENTO
ESPECTACULAR QUE
SE APROXIMA

B. BERLIN CIRCUS
APRESENTA PELA 1ª VEZ EM PORTUGAL
O MUNDIALMENTE FAMOSO
CIRCO SOBRE GELO

¡¡UMA EXPLOSÃO DE LUZ E CÔR!!

INSTALADO NO PARQUE DE JOGOS
DO HÓQUEI CLUB DE PORTUGAL
NA AVENIDA DO BRASIL
DE 28 DE JANEIRO ATÉ 27 DE FEVEREIRO
EMPRESA EDGAR PEDROSA

¡¡UM ESPECTÁCULO ÚNICO NO MUNDO!!
MAIS DE 300 ARTISTAS REUNIDOS EM DUAS GIGANTESCAS PISTAS
¡¡PISTA DE CIRCO E PISTA DE GELO!! 2 ESPECTÁCULOS NO MESMO CIRCO!!

AUTÊNTICOS CAMPEÕES OLÍMPICOS SOBRE GELO	LEÕES E TIGRES SOBRE CAVALOS	120 PATINADORES SOBRE GELO	OS ELEFANTES INDOSTÂNICOS	OS MELHORES PALHAÇOS INTERNACIONAIS	OS CHIMPANZÉS PATINADORES

SANDOKAN
O TIGRE DA MALASIA
NAS SUAS BATALHAS
CONTRA OS BARCOS INIMIGOS

Desporto

BENFICA-SPORTING: O ACONTECIMENTO

Um título em leilão num mundo de contradições

JOÃO FERREIRA

Vencer é a «obrigação» destes onze trabalhadores

Onze homens que não podem perder

. A possibilidade de o Benfica encurtar a diferença que o separa do Sporting (tarefa e exigência imediatas: uma vitória), e a necessidade de os «leoninos», para confirmarem a liderança de que desfrutam (e, para isso, um empate na Luz é condição primordial e questão indeclinável), não perderem para os lados do «Zoo», dominam o embate do proximo domingo (não é sabado, nao), no relvado dos campeões. Em hasta pública está, e nem seria preciso lembra-lo, a questão do cetro magno da mais importante prova indígena, e um encontro que assume inusitada relevância no «association» da «parótuia», que coloca lado a lado as duas mais apetrechadas, pelo menos neste instante, equipas nacionais. Conjuntos que, assinale-se, se encontram separados e distanciados, entre si, de três minguados pontos. O que não é nada, ou absolutamente pouco, numa prova de trinta jornadas e cuja segunda volta começa, exactamente, no proximo domingo. Na Luz, centro das mais fagueiras atenções, e em outros campos do território.

Esse encontro emerge, por multimodas razões, de entre todos, precisamente por poder decidir a questão do titulo. Um triunfo dos «leoninos» no hemisfério encarnado, apenas como exemplo, liquidaria todas as esperanças da equipa da casa quanto à atribuição do cetro máximo, magno ou supremo. Uma vitória dos benfiquistas, por antitese, redobraria os ânelos dos benfiquistas, repondo o Nacional quase nos seus primórdios, ou na idade, passe a expressão comparativa e longínqua, das «cavernas». Ora, assim sendo, o «match» da Luz é transcendente, opondo as duas melhores equipas portuguesas e, colocando num curioso «tête-a-tête» dois categorizados técnicos britânicos: Jimmy Hagan e John Mortimore. Um, o segundo, que fala em termos que se entendem, e outro, Hagan, que pouco fala (será o silêncio de ouro ou o «no comments» é resguardo apropriado?).

Mas, para além desses factos, ou em complemento dos mesmos, temos, ainda, dois goleadores que se reencontram após o 3-0 inflingido pelos «leões» aos «encarnados». Trata-se de Nené (14 tentos) e de Keita, com 10 golos, um homem que veio do Mali, se impôs no Marselha, se espraiou por Valência e se radicou em Lisboa (Sporting é a cor que agora usa). Na expectativa, e também como marcador de «fina flor», temos o jovem Manuel Fernandes, ele também finalizador por excelência o homem que se não poderá esquecer neste «derby». E, pot todas estas razões com africanos, portugueses e ingleses à mistura, o encontro do próximo domingo, dentro de 96 horas, atinge circunstâncias empolgantes e patéticas. Acompanhar as duas equipas, os seus ensaios, ouvir as delcarações dos seus técnicos e homens aparentemente «chaves» é missão que se requer, porque o leitor a isso tem direito, porque o nosso «soccer» a isso tem direito.

NÚMEROS

Entretanto, há factos e números. Há, por exemplo e os órgãos da Comunicação Social da especialidade, e os outros, a isso estão atentos, quatro mil contos que devem entrar nos cofres da resouraria dos «encarnados». Há, ao «penetrarmos» na segunda ronda do «Nacional», oitenta mil expectadores que se aprestam para «visitar» a Luz no recomeço da mais importante prova nacional desportiva, porque o futebol. a despeito do que possam dizer, ou pretendam dizer, os seus detractores, ainda é a modalidade por exclência do País. Por que, enfim, enquanto o ràguebi não se impuser nestes 89 mil quilómetros quadrados de superfície, com ou sem jardim, com ou sem alecrim e manjerona, é o «leit-motiv» desta aldeia grande que o nosso país pode consubstanciar.

Oitenta mil pessoas demanderão os confins da Luz no próximo domingo, servindo-se dos mais díspares estratagemas, desde os livre-trânsitos que não escasseiam, aos sócios de circunstância que o Benfica terá de aceitar. São os chamados «borlistas legais», os tipos que se inscrevem antes do grande embate, que poderão permanecer de iniciativa nanja de coração, ligados ao grémio encarnado por mais um mês ou quinze dias (quiçá por três ou quatro meses se a equipa local ganhar o encontro de domingo), na hipótese do desfecho da contenda não se amoldar ao espírito duvidoso

Continua na pág 17

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E REGULAÇÃO DAS INST. FRIGORÍFICAS E AR CONDICIONADO ..... Conc. Público n.º 2/77-IE

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TODAS AS REDES E AP. DE GASES (O2 e N20), AR COMPRIMIDO E DE VÁCUO ..... Conc. Público n.º 3/77-IE

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis, das 9 às 12.30 horas, e das 14 às 17 horas excepto aos Sábados das 9 às 12 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 21 de Janeiro 1977.

PEL'A COMISSÃO INSTALADORA

a) Jorge d'Almeida Ribeiro

Desporto

Benfica-Sporting

Continuação da pág. 16

que ditou a sua inscrição circunstancial.

Poderá lucrar com isso, pelo menos em termos práticos e financeiros, o Benfica, que deverá arrecadar, como receita, faça chuva ou não, cerca de 4 500 contos. Três mil e quinhentos contos que é uma cifra; hoje putativa e domingo talvez muito real, importante para quem não se desenvencilha de encargos que vêm de longe. Mas, convenhamos, 4 000 contos que não são saldo efectivo, porque a isso haverá que descontar as despesas, e, essas, não menos impressionantes que o total a apurar. Aliás, diga-se em abono da verdade que para grandes receitas, grandes despesas, e essas serão, ao que afirmam elementos responsáveis pelo Deve & Haver da Luz, na ordem dos trinta por cento sobre o apuramento bruto. As festas, por muito que argumentem em contrário, ainda são caras neste País que todos e que muitos querem reconstruir em termos de redistribuição de riqueza e de regalias sociais.

MENTIRA

Os «borlistas», que mais uma vez terão ensejo para disporem da sua capacidade de imaginação, do favor ou da benesse do momento, também não faltarão na Luz. Esse tipo de «vivedores» não esbanja a ocasião, e afia já o «espeto», que o mesmo é dizer que aguça o engenho. O mundo é deles, a sociedade não lhes põe grandes entraves, e ele surgirá. O «mercado negro», apêndice primeiro desse espécimen, influirá também, na questão. Quer provocando aquela procura a que nos temos vindo a submeter nos últimos meses (o produto em leilão é um rectangulozinho para o couro, para o Benfica-Sporting, mas podia ser um litro de leite, um quilo de «fiel (bacalhau) inimigo», umas batatazinhas que nos fazem falta e que os latifundiários espargem por águas e montureiras «centristas», embora digam que isso é lá para o Sul do Tejo o veneno nunca teve preço, e a invenção está à mão de semear (viva a mentira!), quer animando os «mórbidos» deste fenómeno que é o futebol. Suprema justiça seja feita a todos: ter o futebol nas mãos, ter todo um mundo que se ajoelha a seus pés, é avançar para a narcotização de toda uma sociedade. Lá virá o dia em que um troglodita, ou prestigitador do couro com 22 gomos, será primeiro-ministro. Ou não fosse o futebol uma alienação com um poder de magnetização susceptível de «mudar gentes e talentos».

Pois os «borlistas» ou os «vencidos» do «mercado negro» não escassearão na Luz, na 1.ª jornada da 2.ª ronda do «Nacional» maior. Também não faltarão, ai, as romarias, os abraços de amigos (e adversários) que se reencontram após meses e anos de separação. Os sempre «hipnotizados» do esférico e do palpite. Os que querem sentir, no rubro, o que o 1x2 lhes pode reservar. Esses e outros mais, e todos os que acreditam que o futebol é, ainda, o lenitivo dominical, o espectáculo que lhes faz esquecer as agruras de toda a semana, a luta contra os patrões exploradores e especuladores, numa hora e meia que parece uma eternidade. É o mundo do futebol, é o mundo das grandes contradições, ou o repouso sereno para quem esquecer, por mais de uma hora, talvez por um dia, que o homem tem o direito de viver se a burguesia for tolerante. Homens que terão, inevitavelmente, centenas de pessoas que lhe vigiam os passos, guardas em serviço, porteiros que lhes vedam as entradas se não tiverem o tal rectangulozinho de papel.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALURGICOS E METALO-MECANICOS DO DISTRITO DE LEIRIA

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria, reunidos em Plenário em Vieira de Leiria no dia 7-1-77, aprovaram a seguinte

MOÇÃO

Considerando que: o poder judicial ao actuar com escandalosa benevolência para com os torcionários ex-agentes da PIDE/DGS, vem dando uma evidente imagem de vontade antidemocrática.

Que: o julgamento do «Pide» assassino de Dias COELHO condenado a alguns meses de cadeia. Que: recomeçou o «julgamento» do ex-inspector da PIDE Seixas um dos maiores criminosos que, ao serviço do fascismo, espancou, torturou, perseguiu e assassinou, aqueles que lutaram contra a ditadura fascista.

Que: antes de Seixas foram julgados individualmente uma meia dúzia dos milhares de «Pides», Bufos e Legionários que estão em liberdade.

Que todos foram soltos de novo com irrisórias penas suspensas de alguns meses de cadeia.

Que: como atenuantes principais para os seus crimes são usados os «Louvores por serviços Relevantes» que o próprio fascismo lhes conferiu. Isto é: Quanto mais crimes, menor a Pena.

Que: não foi para isto que fizemos o 25 de Abril.

Que: não foi para passar uma esponja sobre os crimes de monstros como António Domingues e Seixas, que viemos para a rua nas cidades e nos campos, manifestar a nossa alegria pela queda da ditadura fascista.

Decidem: manifestar o seu vivo repúdio por tal situação e alertar para os perigos que tal podem resultar para todos os trabalhadores deste País.

Denunciar estes «Julgamentos» com uma traição ao heróico passado de luta antifascista do nosso Povo.

Apelar à luta por um Tribunal que julgue a PIDE e o Fascismo pelos seus crimes.

Alertando ainda: que todos aqueles que não querem voltar à noite negra do 24 de Abril, sejam eles comunistas, socialistas, democratas antifascistas com ou sem partido devem intensificar a denúncia destes casos, reavivar a memória dos crimes da PIDE e do Fascismo.

E exigir um tribunal que julgue de facto a PIDE pelos seus crimes.

Caso contrário, o próprio «pide» neste caso o tristemente famoso Seixas, conseguirá escapar ao castigo que a memória das vítimas dos seus crimes exigem.

POR UM TRIBUNAL QUE JULGUE DE FACTO OS PIDES
MORTE AO FASCISMO

LÁ FORA

DURÃO

Em 35 lances o português Joaquim Durão derrotou ontem o espanhol Javier Sanz, na sétima jornada do sexto torneio internacional de xadrez de Orense. Outros resultados da sétima jornada: Orestes Rodriguez (Peru)-Joaquin Bello (Espanha), 1-0 (21 lances); Florin Gheorghiu (Roménia)-Raymond Keene (Inglaterra), 0,5-0,5 (15); Jonathan Tisdall (EUA)-Arturo Pomar (Espanha), 0,5-0,5 (30); Oscar Castro (Colômbia)-Leo Piasetsky (Canadá), 0,5-0,5 (25); e Walter Browe (EUA)-Roman Hernandez (Cuba), suspensa (40).

Classificação: 1.º Gheorghiu, 5,5 pontos; 2.º Rodriguez, 5; 3.º Keene, 4,5; 4.º Browe.

PORTUGAL

CUBILLAS

O futebolista peruano Teófilo Cubillas, que jogou durante 3 anos na equipa do Futebol Clube do Porto, regressou esta madrugada, por via aérea, ao Peru, via Curaçau, Caracas, Guayaquil e Lima. A rescisão do contrato entre Cubillas e o clube portuguêS foi diligenciada por dirigentes do futebol peruano, que se deslocaram para esse efeito a Portugal. Apesar de ambas as partes não terem revelado as condições de saída de Cubillas, que só terminava o seu contrato com o F.C. do Porto em Junho de 1978, a Imprensa portuguesa tem noticiado que aquele clube receberá, pela dispensa 7.000 contos.

ESTÁGIO

Cerca de sessenta nadadores de ambos os sexos, seleccionados pelas Associações de Natação de Lisboa, Porto e Coimbra, participam num estágio de provas nos dias 29 e 30 do corrente, nas piscinas da Cidade Universitária de Coimbra. O estágio é orientado pela comissão técnica da Federação Portuguesa de Natação, com o apoio dos técnicos dos clubes que têm nadadores seleccionados.

MARÍTIMO

O Sport Clube Marítimo, da Associação de Futebol Angrense, venceu o Futebol Clube «Os Flamengos», representante da Associação de Futebol da Horta (por 7-0), em jogo da primeira «mão» da eliminatória do Torneio dos Açores, que apura para a Taça de Portugal.

O encontro, foi disputado no Estádio Municipal de Angra do Heroísmo. O jogo da segunda «mão», terá lugar, no próximo domingo, na ilha do Faial.

REUNIÕES

Para efectuar reuniões de trabalho com os respectivos governadores civis e delegados distritais da Direcção-Geral dos Desportos e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, além de diversas visitas a instalações, o secretário de Estado da Juventude e Desportos, desloca-se nos próximos dias 27 e 28 aos distritos de Portalegre e Évora.

O dr. Joaquim de Sousa estará na próxima quinta-feira em Gavião, Tolosa, Castelo de Vide, Santo António de Areias, Portalegre e Elvas. Na sexta-feira visitará Vila Viçosa, Estremoz e Évora.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De harmonia com o Art.º 55, da alínea B, dos Estatutos, convido os senhores associados a reunir em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia 28 do corrente pelas 21.30 horas, na Delegação, à Rua dos Anjos, 82 — LISBOA.

ORDEM DE TRABALHOS:

— Discussão da Legislação de Trabalhos
— Decretos-Lei n.os 841-B/76 e 841-C/76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
António Augusto Moreira

PUB

A CARRIS INFORMA:

PASSES SOCIAIS

CARRIS
CARRIS — METROPOLITANO
CARRIS — METROPOLITANO — RODOVIÁRIA NACIONAL
CARRIS — METROPOLITANO — TRANSTEJO (L 6)

A aquisição dos bilhetes de transporte para FEVEREIRO, destinados ao cartão de identificação de assinante, poderá ser feita nos dias, locais e horários a seguir indicados:

DE 26 DE JANEIRO A 4 DE FEVEREIRO
COM EXCEPÇÃO DOS DIAS 29 E 30 (SÁBADO E DOMINGO)

POSTOS DE CONTROLADORES

Das 9.00 às 19.00 horas:
Campo Pequeno ➔ Estrela (eléctricos) ➔ Moscavide ➔ Alges ➔ Benfica ➔ Cais do Sodré (autocarros no lado Nascente) ➔ Gomes Freire ➔ Graça ➔ Poço do Bispo ➔ Rato ➔ Rossio (autocarros na placa central frente ao teatro) ➔ Sete Rios

POSTOS PRINCIPAIS

Das 9.00 às 12.00 e das 13.00 às 19.00 horas:
SANTO AMARO ➔ ARCO DO CEGO ➔ CABO RUIVO ➔ SANTA JUSTA

A PARTIR DE 7 DE FEVEREIRO

Das 9.00 às 12.00 e das 13.00 às 15.30 horas:
SANTO AMARO ➔ ARCO DO CEGO

Das 9.00 às 12.00 e das 13.00 às 19.00 horas:
SANTA JUSTA

NOTAS: 1 — Os cartões de identificação de assinante só podem ser requisitados de 2.ª a 6.ª-feira nos POSTOS PRINCIPAIS e nos dias e horários indicados

2 — Esclarece-se que as pessoas já possuidoras de cartão de identificação de assinante podem servir-se de outrem para a compra do bilhete de transporte

3 — O bilhete de transporte só é válido desde que nele esteja escrito o número de assinante do respectivo cartão de identificação.

TODOS OS BILHETES SÃO, TAMBÉM, VENDIDOS NOS POSTOS DE VENDA DO METROPOLITANO, DA RODOVIÁRIA NACIONAL E DA TRANSTEJO COM EXCEPÇÃO DOS BILHETES PARA OS PASSES SOCIAIS DO SEIXAL E DO MONTIJO, QUE SÃO VENDIDOS EXCLUSIVAMENTE PELA TRANSTEJO (TERREIRO DO PAÇO)

EVITE AS BICHAS DO FIM DO MÊS — TRATE JÁ DE ADQUIRIR O SEU BILHETE

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

MOTORISTA DE VIA FLUVIAL

A C. P. — Caminhos de Ferro Portugueses pretende admitir Motoristas (remuneração mensal de 8 950$00) para serviço na via fluvial Lisboa-Barreiro.

Os interessados, que deverão ser possuidores de cédula marítima com a categoria de Motorista de 2.ª classe, poderão contactar, até 4 de Fevereiro do corrente ano, directamente o Sector de Recrutamento, no átrio inferior da estação do Rossio, nas horas normais de expediente, ou dirigir-se por escrito ao mesmo Sector, Calçada do Duque, 20, Lisboa-2, ou pelo telefone 36 31 81, extensão 251.

Geral

C.I. do Cachão toma posse

MONCORVO, 26 — A Comissão Instaladora da Empresa Pública do Cachão toma amanhã posse do seu cargo, na sede do complexo, pelas 11 horas, devendo a cerimónia ser presidida pelo secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas.

A Comissão Instaladora substitui a Comissão Liquidatária da Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano, e é presidida pelo eng.º Luís Alexandre Tenreiro Teles Grilo e composta pelos vogais eng.º Pina Carvalho, dr. José Cameirão, António Joaquim Francisco Campestre e dr. José Luís Trindade Miranda.

Gatunos preferem em Aveiro funcionários de Justiça

AVEIRO, 26 — Os gatunos que desenvolvem nesta cidade uma actividade cada vez mais desenfreada dedicando-se, sobretudo, ao roubo de acessórios de automóveis, não poupam ninguém, nem mesmo os homens da Justiça. A última vítima foi nem mais nem menos do que o adjunto do procurador-geral da República, dr. José Manuel de Azambuja da Fonseca, que ao sair de casa verificou terem desaparecido as duas rodas esquerdas do seu automóvel.

O caso, que tem provocado comentários naturalmente irónicos, não pode classificar-se de único, já que há dias desapareceram, em meia dúzia de minutos, as quatro rodas a um automóvel estacionado na Rua Mário Sacramento.

O descaramento dos gatunos, que parece, efectivamente, terem declarado guerra aos homens da Justiça, está bem patente num outro furto levado a cabo em pleno tribunal, no gabinete do adjunto do procurador-geral da República. Um gatuno entrou calmamente no Palácio da Justiça, abriu a porta do referido gabinete e tirou do bolso de um casaco que se encontrava pendurado num cabide, a carteira de um jovem funcionário que assim ficou sem cerca de mil escudos que lhe fazem a maior falta.

QUATRO MIL AVEIRENSES À ESPERA DE TELEFONE

Mais de quatro mil aveirenses aguardam, muitos desde 1968, que sejam satisfeitos os seus pedidos de telefones. Os serviços técnicos locais declaram-se impotentes para resolver o problema por falta de recursos técnicos e humanos. Acresce que as linhas telefónicas estão saturadas, como saturados estão os serviços de reclamações da área, que não têm mãos a medir para responder e arquivar as inúmeras reclamações de assinantes que, por as linhas andarem permanentemente cruzadas, conseguem ouvir toda a gente menos as pessoas com quem desejam falar.

NOVA CÂMARA

Representantes das comissões de moradores, pessoas interessadas na solução dos problemas locais e simples curiosos, encheram a sala em que se realizou a primeira sessão pública da câmara agora eleita. O dr. Girão, novo presidente, impressionou vivamente os presentes tanto pela maneira como conduziu a sessão, como pela atenção que dedicou aos problemas apresentados pelas comissões de moradores a quem prometeu todo o apoio possível.

Suspensa saída de cortiça da Cooperativa Boa Esperança

A saída da cortiça da Cooperativa «Boa Esperança», do concelho de Montemor-o-Novo, que se estava a processar com base num documento juridicamente falso da responsabilidade do C. R. R. A. de Évora, foi suspensa devido às pressões exercidas pelo advogado da cooperativa.

Entretanto, está a correr no tribunal de Vila da Feira um processo levantado pela cooperativa contra a firma «Amorim e Irmão», a favor da qual foi emitido o referido documento, no sentido de recuperar a cortiça que sob a cobertura da G. N. R. saiu para aquela empresa do Norte ou o seu valor em dinheiro.

Por outro lado a firma do Montijo à qual a cooperativa tinha feito a venda da cortiça instaurou um processo que está a correr no Tribunal Cível de Lisboa contra a firma «Amorim e Irmão».

Um tesoureiro fora do vulgar

Um contribuinte da Costa da Caparica pagou por cheque o seu imposto complementar, embora com um pequeno senão: em vez de remeter os 1 692$00 lançados ficou-se por 1538$00. Era quanto bastava para a Tesouraria da Fazenda Pública o chamar a capítulo dentro das normas legais, mas há tesoureiros e tesoureiros, e o da 2.ª Repartição de Almada é da segunda espécie.

A 10 do corrente o sr. Fernando Jorge Gregório recebia, pois, um amável ofício informando-o de que o tesoureiro, tendo dado pelo lapso, adiantara a importância em falta do seu próprio bolso, pagando os 154$00 devidos no último dia do prazo, 31 de Dezembeo findo. Só depois disso se lhe dirigia contando o caso. «Nestas condições» — escreveu — «agradeço o envio desta importância, bem como o sobrescrito já endereçado e selado para a devolução do seu recibo».

Os dois homens só viriam a conhecer-se na Tesouraria de Almada. Moral: a que o leitor quiser.

tempo

Situação do tempo 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco ou moderado de Oeste e chovia no Algarve e Baixo Alentejo.

TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO
Máxima 18º

ENHAS DA SAÚDE
Mínima 01º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Sudoeste; períodos de chuva a partir da tarde de hoje; nas regiões do Sul; Aguaceiros dispersos nas restantes regiões do território

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H

PORTO	12º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	13º
FARO	16º
FUNCHAL	15º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.28	3,5 m	0.41	1,6 m
19.57	3,3 m	13.10	1,6 m
Dia 27			
8.20	3,3 m	1.34	1,8 m
20.57	3,2 m	14.07	1,8 m
Dia 28			
9.27	3,1 m	2.43	1,9 m
22.13	3,1 m	15.20	1,9 m

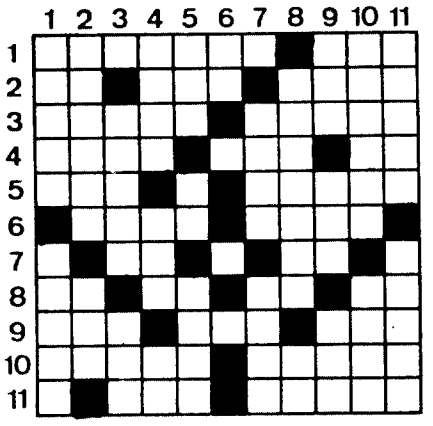
AMANHÃ
NASCER AS 7.47
OCASO AS 17.52

DIA 27 DIA 4 DIA 11 DIA 18

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11659



HORIZONTAIS

1 Ave galinácea, doméstica. Ruins.
2 Reis. Aldeia indiana de que procede o termo gancar. Porco.
3 Povo antiquíssimo da Campânia, Itália. Antiquada.
4 Máquina que serve para fazer tecidos. Cidade de França. Atmosfera.
5 Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Prende.
6 Passadas. Combina.
7 Ósmio (s.q.). Tempo do verbo haver.
8 Carta de jogar. Autores. Cobalto (s.q.). Nota musical.
9 Executa. Maior. Bondoso.
10 Querida. Olhinho
11 Catedrais. Espíritos.

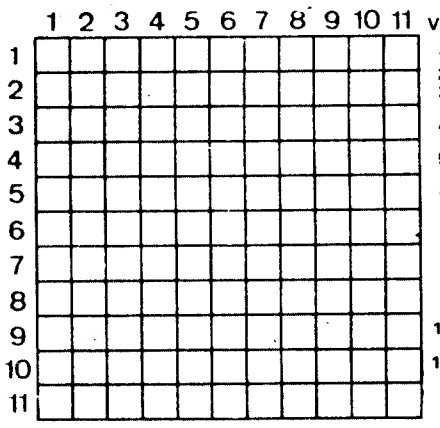
VERTICAIS

1 Pessoa com elevada posição social. Apagar.
2 Limpai. Figura que simboliza o povo americano
3 Líquido para cultura de micróbios. Interjeição que exprime pancada rápida.
4 Primeira parte do nome de um príncipe de Novogárdia (1151-1202). Membro de ave. Preposição.
5 Em as. Artigo definido. Governantas.
6 Associação ou confraria cristão na Índia.
7 Fundo lodoso de rio ou de mar. Planta têxtil do Ceará.
8 Espécie de couve cujas folhas se enovelam, formando globo. Cloro (s.q.).
9 Doçura. Liga. Felicidade.
10 Freguesia do concelho de Nordeste (Ponta Delgada) ilhas de São Miguel, Açores Ave semelhante à pomba.
11 Ecoara. Apelido.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7719



HORIZONTAIS

1 Vai para fora. Brotaras.
2 Ordenaram.
3 Pedra de altar. Zombas. Cério (s.q.).
4 Paciência. Conjunção.
5 Ósmio (s.q.). Vaidades. Rio do estado da Baia (Bras.).
6 Grande sala. Movem os remos.
7 Transfiro para outro dia. Seguias. O lado do vento.
8 Curso de água natural e abundante. Cabelos brancos.
9 Satélite de Júpiter. Ruins. Patas.
10 Progenitor. Brisas.
11 Bérilo (s.q.). Espaço de trinta dias. Duna na Suécia.

VERTICAIS

1 Saudável. Nome de mulher.
2 Altar cristão. Higiénico.
3 Aprel Atilho. Nome de letra.
4 O mesmo que uma (ant. e pop.). O sustento. Ruim.
5 Samário (s.q.). A favor de Irmao de Abel.
6 Irmão de Moisés. Seguias.
7 Foras atacado pelo iriz (o cafezeiro). Campeão.
8 Freguesia do concelho de Penafiel. Catedrais. Plutónio (s.q.).
9 Amónio (s.q.). Nome de fruto.
10 Perfeito. Pequeno simio do Brasil.
11 Sumários. Sua Santidade.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11658

HORIZONTAIS:
1 Qual. Amas.
2 Ura. Imo. Omo.
3 Erro. Operai.
4 Aam. Ali. SSS.
5 Cor. Entes.
6 Ca. Não. Ás.
7 Amotina.
8 Suro. Tina.
9 Única. La. Em.
10 Atrás. Ásaro.
11 Lai. Ari. Sós.

VERTICAIS:
1 QUEM. Casual.
2 Urraca. UNTA.
3 Aarão. Ariri.
4 Remoça.
5 Asa.
6 AMOLENTA.
7 Opinai. Lai.
8 Tontas.
9 Morse. Ai. Ás.
10 Amassa. Nero.
11 Sois. Suamos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7718

HORIZONTAIS:
1 Arrependera.
2 Cairo. Aoros.
3 Ari. Na.
4 Simão. Arabi.
5 Arbi. Atem.
6 Aa. Ara. Al.
7 Ad. Amara. Am.
8 Falta. Massa.
9 Aer. Ara.
10 Meti. Açor.
11 Areal. Soara.

VERTICAIS:
1 Acesa. Afama.
2 Rã. Irada. Er.
3 Riamba. Late.
4 Errai. Ateia.
5 Poio. Amar.
6 Era.
7 Naná. Arma.
8 Doara. Aarão.
9 Er. Ata. Saca.
10 Ro. Belas. Or.
11 Assim. Marrã.

Provérbio: QUEM UNTA AMOLENTA.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

SERVIÇO DE ÁGUAS

A fim de proporcionar aos consumidores de água mais uma oportunidade de pagamento dos recibos dos consumos, **sem agravamento**, passa a funcionar nos Paços do Concelho, um serviço especial para cobrança daqueles recibos, nos dias 8 de cada mês, ou no dia imediatamente anterior àquele quando coincide com os Sábados, Domingos ou Feriados.

Seixal, 6 de Janeiro de 1977.

A Câmara Municipal

Viana do Alentejo

Augusto dos Santos Carvalho

(9.11.1914-26.10.1976)

TRÊS MESES DE SAUDADE

Domitila Direitinho Pereira de Carvalho e demais família, apresentam a expressão do seu maior reconhecimento a todos os amigos e conhecidos que se associaram à sua dor.

U.R.A.P. elege corpos gerentes

Os primeiros corpos gerentes da U.R.A.P.-União de Resistentes Antifasciatas Portugueses são eleitos em assembleia geral convocada pelo seu Secretariado Provisório para depois de amanhã, sexta-feira, às 21 horas, nas instalações do Centro Nacional de Cultura (Rua António Maria Cardoso, 68, 1.º).

GRUPO BRASILEIRO

Presentemente a actuar em Paris, pretende fazer espectáculos de Carnaval em Portugal.

Contactar com F. Carneiro das 15 às 18 horas, telefone 25755 (Porto) ou por Telex 22554.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 1
Até às 22 horas

ASCENSO __ Praça Norte, 11-A (B.º da Encarnação). Telefs. 311216-310172.
BAIRRÃO __ Rua Prior do Crato, 25. Telefs. 661321.
BENFILUZ __ Estr. de Benfica, 444-A. telefs. 782606.
CARDEIRA __ Av. Dque Ávila, 32-C. Telefs. 43495.
CARRONDO __ R. Padre Sena de Freitas, 10-A. Tel. 842518.
CONCEIÇÃO __ Calç. D. Gastão, 30-32, tele. 381279.
DOURO __ Alameda Linhas de Torres, 93-A-B. Tel. 791131.
ESTEFÂNIA __ R. Pascoal de Melo, 90. Tel. 44438.
GALÉNICA __ Rua das Pretas, 12-14. Tel. 322588.
GOMES, SUCR. __ Rua Junqueira, 326. Tel. 638193.
LUSA __ Av. Almirante Reis, 199-A. tel. 41269.
MARCOS DO NASCIMENTO __ Calç. Marquês de Abrantes, 36-A. Tel. 664238.
MARLUZ __ C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395.
NOVA __ Rua Campolide, 297-C. Tel. 687475.
OLIVAIS __ Rua Alves Gouveia, 19. Tele. 311237.
PINHARANDA __ R. da Rosa, 94-96. Tel. 321534.
PINHEIRO __ Rua Campo de Ourique, 131-133. Tel. 686640.
RIO DE JANEIRO __ Av. Rio de Janeiro, 4-C. Tel. 721409.
SÁ DA BANDEIRA __ R. Marquês Sá da Bandeira, 36-42. Tel. 54672.
SANTO ANTÓNIO __ Rua Leite de Vasconcelos, 72-C. Tel. 862333.
SANTA MAIRA __ Av. 5 de Outubro, 283-A. Tel 763016.
SILVA CARVALHO __ Rua dos Fanqueiros, 126 tel. 873875.
S. BARTOLOMEU __ V.ª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969.
SOARES __ Av. Álvares Cabral, 1. Tel. 684282.
UNIÃO __ Rua Saraiva de Carvalho, 145-F. Tel. 663643.
VERA CRUZ __ Pr. Afrânio Peixoto, 2-B. Tel. 724941.

Permanente

ASCENSO __ Praça Norte, 11-A (B.º Encarnação). Telefs. 311216-310172.
BAIRRÃO __ Rua Prior do Crato, 25, tel 661321.
ESTEFÂNIA __ R. Pascoal de Melo, 90, tel. 44438.
PINHARANDA __ Rua da Rosa, 94-96, tel. 321534.
RIO DE JANEIRO __ Av. Rio de Janeiro, 4-C, tel. 721409.
SANTO ANTÓNIO __ R. Leite de Vasconcelos, 72-C, tel. 862333.
CARRONDO __ R. Padre Sena Freitas, 10-A TEL. 842518.
SILVA CARVALHO __ Rua dos Fanqueiros, 126 tel. 873875.
SÁ DA BANDEIRA __ R. Marquês Sá da Bandeira, 36-42, tel. 54672.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Telef. 2113953)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (Telef. 260085) Até às 21 horas
NOVA OEIRAS
Leal Até às 21 horas
PAREDE
Junqueiro, Mendes, Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (Telef. 2622313/267314) Até às 22 horas
CASCAIS
Misericórdia __ R. do Regimento 19, 41 (telef. 282407), até às 21 horas.
CASCAIS __ R. Conde de Monte Real __ B.º Caixas (telef. 280141), até às 24 e das 0 às 9 horas.
OEIRAS
Oeiras __ C. Henrique Paiva Couceiro (telef. 2430485) até às 24 e das 0 às 9 horas!
PAÇO DE ARCOS
Pargana __ Av. Bonneville Franco (tele. 2435147) até às 22 horas.
PAREDE
Grincho __ Av. da República, 87 (telef. 2471204) até às 24 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marques de Pombal, lote 9 (Telef. 934589) Serviço permanente
Campos, R. Elias Garcia, 185 (Telef. 930072) Até às 22 horas
Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Telef. 838551) Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, lote D (Telef. 9710231)
VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Telef. 974161) Até às 22 horas
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
NEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 2914103)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456
SINTRA
Simões, Estefânia (Telef. 2930155)
COLARES
Abreja. (Telef. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 204020)
ALMADA
Central, R. de Olivença, 11-B (Telef. 2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional 244-A (Telef. 2040141)
BARREIRO
Higiene, R. D. Manuel I, 178 (Telef. 2073017)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Telef. 2764466)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 50 (Telef. 2310032)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Telef. 2233471)
SETÚBAL
Oliveira L. da Misericórdia (Telef. 22488)
Louro, R. Frei António Chagas, 24-A (Telef. 24491)
SEIXAL
Soromelho, R. Paiva Coelho, 38)Telef. 2218560)

PORTO

CAMPOS __ Rua Padre Luis Cabral, 943 __ Foz __ Tel. 680113;
ALVES MOREIRA __ Av. Rodrigues Freitas, 167 __ tel. 51889;
MAIA __ Rua do Campo Alegre, 192 __ tel 64450;
MONTE DOS BURGOS __ Rua Monte dos Burgos, 802 __ tel. 62279;
ALIANÇA __ Rua da Conceição, 2 __ tel. 24203;
BOTELHO __ Rua da Alegria, 863 __ Tel. 480069;
ESTÁCIO __ Rua Sá da Bandeira, 120 __ Tel. 22664;
LIDADOR __ Rua do Lidador, 171 __ tel. 683739.
(De dia e toda a noite)
MENESES DE LIMA __ Praça dr. Pedro Teotónio Fereira, 227 __ tel. 51764;
CLÉRIGOS __ Rua dos Clérigos, 36 __ Tele. 315394;
CRUZ __ Rua de Costa Cabral, 1082 __ tel. 480041;
GUARANI __ Rua Pedro Hispano, 367 __ tel. 62250.

COIMBRA

DIAS FERREIRA __ Bairro da Solum __ tel. 72120;
FIGUEIREDO __ Rua da Sofia, 107 __ tel. 22837

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
Sala 1
21.45 (18 anos)
«Do Teatro ao Cais do Sodré»
Sala 2
21.45 (18 anos)
«O Treino do Campeao antes da Corrida»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma Estranha Forma de Amar
CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«Equívoco»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«A Barraca»

LISBOA/Cinemas

OLIMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Pompeia, uma Prostituta ao Serviço do Império»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«007 o Homem da Pistola Dourada»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Machíssimo»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«Os Noivos Sangrentos»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«C[illegible]as ou Cruzes»
EUROPA
21.15 (13 anos)
«O Ministro e Eu»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Medo Sobre a Cidade»
VOX
21.15 (18 anos)
«Até os Bichinhos Gostam
JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Quadrilha Selvagem»
PARIS
21.15 (13 anos)
«O Comboio do Inferno»
CALEIDOSCÓPIO
21.15 (18 anos)
«Jogos Perigosos»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (18 anos)
«Um Toque de Classe»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«What»?
ROCIO
Sessões permanentes (13 anos)
«Virilidade»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Para que Servem os Amigos»
SALÃO IDEAL
21.00 (18 anos)
«Ambição Fatal»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Monstro do Pântano»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Gigantes em Duelo»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
Teatro «Zum-Zum à Gô-Gô»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Os Malucos de Hong Kong»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Os Escravos»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Tommy»
ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro «A Grande Jogada»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«O Oportunista»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«O Sabor da Vingança»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«Ladrão de Paris»
ESTORIL
Casino
17.00, 21.15 (18 anos)
«Justine e Juliette»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«A Morte Está ao Telefone»
CASCAIS
Oxford
21.15 (10 anos)
«O Relojoeiro»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO 400
21.15 (14 anos)
«Os Centauros»
JULIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«A Rapariga da Orquidea»
ESTUDIO
21.15 (18 anos)
«Quem tem Medo de Virgínia Wolf?»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Medo Sobre a Cidade»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Revoluções por Minuto»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Esposa Virgem»
ESTUDIO FOCO
21.15 ([illegible] anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Afeição»
PASSOS MANUEL
21.30 (14 anos)
«O Que nós Queremos é Dinheiro»
OLIMPIA
21.15 (13 anos)
«O Homem que Matou Billy Kid
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«Ela Tinha o Direito de Viver»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Mandigo»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«O Raid Relampago dos Comandos»
SALAO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Magica»

cinemas

ALVALADE

Tel. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.15

Jugoslávia 1940 crianças e soldados num remoinho de acção e aventura

JOVENS AVENTUREIROS

Um filme de Obrad Gluscevic

Para todos

APOLO 70

Tel. 763319 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Ficção científica ou o epitágio de humanidade

À BEIRA DO FIM

de Richard Fleischer

3.ª Semana

Não acons. a menores de 18 anos

Hoje às 24 horas
Grupo D (18 anos)

DETECTIVE EM ACÇÃO

AVIS

Tel. 47163 — 14.30, 16.45 e 17.00

HEIDE NAS MONTANHAS
Para todos
Às 21.15
ASSALTANTES DO AR
Não acons. men. 18 anos

BERNA

Tel. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15

O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

4.ª Semana

Com Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas

Não acons. a menores de 13 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Eva Mattes, Harry Harry Baer, Ruth Brexel em

JOGOS PERIGOSOS

um filme de Rainer w. Fassbinder

rádio

16.00: Noticiário __ __ Musivária (ERC); **17.00**: Teatro: __ «O espólio do senhor Cipriano», de Júlio Dinis, numa adaptação de Cotta Neves; **17.20**, Música popular; **18.00**; Música Portuguesa; **19.00**; Cultura e actualidade; **19.30**: Música variada; **20.00**: «Jornal da Noite»; **20.30**: Melodias; **21.00**: 3.º Episódio do Folhetim «Jane Eyre», de Charlotte Bronté, numa adaptação de Alice Ogando: **21.21**: Contraponto; **00.00**: «Último Jornal»; **00.15**: «Jazz»; **00.15**: Música Portuguesa; **01.00**: Repetição da 2.ª parte de um programa de variedades realizado no teatro S. Luís e organizado pela Radiodifusão Portuguesa «Música na Noite»;

2.º Programa

16.00: Solos de cravo; __ Peças de: William Bryd __ Philips __ John Bull, __ Sonata em dó menor I. 407, de Scarlatti, __ Sonata em dó menor, de Carlos Seixas; **16.30**: Sinfonia para cordas, de Robert Turner; **17.00**: Quinzena musical chega: Sonatina para violino e piano, de Martinú, __ Concerto para dois violinos e orquestra, de Martinú, __ Um trecho da Ópera «Matka» de Alois Hába, __ Quarteto n.º 11 op. 87, de Alois Hába, __ Sinfonia n.º 5, de Martinú; **18.25**; Solistas e orquestras: __ Concerto em lá menor, de Vivaldi, __ concerto em dó maior, de Haydn; **19.00**: Música do século XX: (Obras de Messiaen) __ Les Offrandes Oubliées, __ Poémes por mi, __ Cinq Rechants, __ Sept Haikai; **20.00**: Pequenas obras de grandes compositores: __ Adágio em dó maior k. 617, de Mozart, __ Nocturno, de Debussy, em piano __ Romance em fá maior, de Beethoven, em flauta; **20.30**: Ópera «Jenufa», de Janacek, comentada por maria Helena de Freitas; **23.00**: Transmissão directa do teatro Rivoli de parte de um concerto pela orquestra sinfónica do Porto, integrado na «Quinzena Checa»; **00.00**: Intercâmbio musical __ Quinzena de música checoslovaca: __ Obras de: Alexandre Moyzes __ António Vivaldi e Argelo Corelli; **00.40**: Musica de órgão: __ obras de António de Cabezon; **01.00**: Fecho.

3.3 Programa local (187,5 m)

18.00: «Entardecer»; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **18,45**: Totodesporto; **19,30**: Romance duma cidade (repetição); **20.15**: Segurança; **21.00**: Fecho

4.º Programa Emissão Toral em Estereofonia

19.00: Em Órbita; **20.000**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

CASINO ESTORIL

Tel. 264521 264996 — 17.00 e 21.15

Int. a men. de 18 anos

JUSTINE E JULIETE

CASTIL

Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Int. a menores de 18 anos

A MINHA MULHER AGRADA-TE ADORO A TUA

3.ª Semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CONDES

Tel. 32[illegible]3 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A missão impossível

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

C/Charles Bronson

EDEN

Tel. 320768

14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

George Peppard, Roger Robinson, Pat Anderson

A CILADA

Um filme de Richard Heffron

Não acons. a menores de 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos
MADRE JOANA DOS ANJOS
2.ª Semana
um filme do maior realizador polaco Jerry Kawalerowicz

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15

SONHOS HUMIDOS
2.ª Semana
Este filme contem cenas eventual mente chocantes

IMPÉRIO

Tel. 555134 — 15.15, 18.30 e 21.15

Delon-Trintignant

FLIE STORY

2.ª Semana

um filme de Jacques Deray

Um duelo implacável

Não acons. m/ 18 anos

LONDRES

Tel. 801315 — 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

Pietro Fermi

4.ª semana

MUNDIAL

Tel. 538743 — 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a men. 13 anos

UMA FORTUNA POR ÁGUA ABAIXO

BARES · BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA __ Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197.** Rosy Stripteaseuse

CASINO ESTORIL __ Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264586/264621/264946**

NIMAS

Tel. 574313 574313

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 320283 — 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. m/ 18 anos

LIÇÕES PRIVADAS

c/ Carol Baker

PATHÉ

Tel. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. de 18 anos

A INICIAÇÃO DE FLOSSIE

Este filme pode ser considerado pornográfico

3.ª Semana

POLITEAMA

Tel. 323805 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Int. a menores de 18 anos

O FUGITIVO DA ILHA DO DIABO

com Jim Brawn, Christapher Jorge

RESTELO

Tel. 610376 — 21.15

Não acons. men. 18 anos

OS NOIVOS SANGRENTOS

ROMA

Tel. 727778 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O TRITURADOR

Acção explosiva com Charles **Bronson**

ROXY

Tel. 48560 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15

O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

C/Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas

4.ª Semana

Não acons. a menores de 13 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 — 15.15, 18.15, 21.15

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS
Não acons. a M./ 18 anos
6.º Semana
5 Óscares o Melhor Filme do Ano!

TIVOLI

Tel. 570595 — 15.15, 18.15 e 21.15

Robert Redford/ dUstin Hoffman em

OS HOMENS DO PRESIDENTE

2.ª Semana

um filme de Alan J. Pakula

Não acons. a men. de 13 anos

UNIVERSAL

Tel. 7744[illegible] — 15, 19, 21

VIVA PORTUGAL
Um filme de Christiane Cerhards, Malte Rauch e Samuel Schirmbeck

Às 17 e 23 h **O ANO 01** um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch (N. ac. m. 13)

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — Às 21.15

Não acons. a men. 18 anos

MINHA MULHER É DOIDA

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

COM MAIS ABSTENÇÕES QUE VOTOS

Sindicato dos Professores não vai ao Congresso

Os resultados do referendo são claramente reveladores da situação actual do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa em relação à participação ou não no Congresso de Todos os Sindicatos.

Assim, as abstenções foram superiores ao número total dos votantes. Estão inscritos, com direito a voto, 9346 professores. Só votaram 4010, o que equivale em percentagem a 42,9 por cento, sendo o montante das abstenções, 57,1 por cento.

Votaram a favor da participação no Congresso de Todos os Sindicatos, 523 (13 por cento), e contra a participação, 3435 (85,7 por cento).

Face a estes resultados, o presidente do Sindicato dos Professores, fez, em conferência de Imprensa, na manhã de hoje, na sede do Sindicato, o seguinte comentário: «Quanto a nós, os resultados são claros. São uma rejeição do Congresso de Todos os Sindicatos». Sendo o plenário o órgão de decisão máxima do Sindicato, segundo o consignado nos respectivos Estatutos, e sendo os estatutos omissos quanto à questão do referendo, ou houve uma adenda ou uma alteração sem consulta da classe aos Estatutos que tinham aprovado.

Entretanto a lista A, que concorreu às eleições para os corpos gerentes, apelou para a abstenção, enquanto um documento assinado por 902 professores seguia para o Sindicato protestando contra a realização do referendo e apontando para que a discussão fosse alargada aos Núcleos Sindicais de Base.

ENCONTRO NACIONAL

No dia 26 do próximo mês de Fevereiro vai realizar-se um Encontro Nacional de Professores abertos a toda a classe, aos sindicalizados e não sindicalizados. As teses começaram já a chegar ao Sindicato. O que está em discussão são problemas de fundo: a ausência de um Estatudo de Carreira Docente e perspectivas de profissionalização para os professores que não têm as habilitações académicas específicas próprias.

Tocado o problema da feitura dos pontos de exame a partir do MEIC (a nível nacional portanto) o presidente do Sindicato diria que na realidade concreta das escolas, face ao processo das colocações, tais exames terão de se guiar pelo mínimo dos mínimos, o que em última instância, significa degradação da qualidade do ensino e do exame. Foi referido também o condicionamento no acesso às escolas e a proibição de os alunos sairem da escola nos «furos» entre as aulas. Tal medida é demagógica (pretensamente de combate à droga) quando se sabe do problema que representa a falta de instalações para dar aulas.

Comandante Xavier suspenso sem qualquèr acusação

Sem qualquer acusação formulada, e com base no vago n.º 2 do Artigo 168 do Regulamento de Disciplina Militar que trata da «incapacidade moral», foi suspenso das suas funções na Armada, o comandante Xavier, oficial que durante um largo período, após o 25 de Abril, esteve à frente do Forte de Caxias.

O despacho do C. E. M. A., almirante Souto Cruz, com data de 21 do corrente, que suspende o comandante Xavier das funções que vinha desempenhando na Escola de Fuzileiros, e o remete para o Conselho Superior de Disciplina da Armada, não indica — tal como aconteceu já com a suspensão de Rosa Coutinho — qualquer acusação concreta.

O comandante Xavier, foi director dos Serviços Prisionais Militares até 25 de Novembro de 1975, na dependência directa, primeiro da Junta de Salvação Nacional e, depois, do Conselho da Revolução.

Admite-se, tal como alguns órgãos já noticiaram, nomeadamente a revista «Opção» num artigo de Maria Carrillo) que estas, e outras suspensões que se avizinham na Armada, no Exército e na Força Aérea, correspondem às exigências dos «falcões» das F. A. portuguesas, obedecendo a objectivos de uma integração na NATO, ainda mais estreita que a existente no anterior regime.

J.S. ataca política reaccionária do Governo dos Açores

Num extenso comunicado sobre os acontecimentos nos Açores, o Secretariado Nacional Executivo da Juventude Socialista considera que «a recusa do Governo Regional dos Açores em atacar o aumento do preço dos combustíveis, decidido pelo Governo Constitucional para todo o território nacional, vem uma vez mais recordar ao povo português a verdadeira natureza de uma política que se proclama como «social-democrata», mas que, de facto, se revela abertamente reaccionária e pró-separatista».

Depois de relatar os incidentes ocorridos no Palácio da Conceição, o petardo numa viatura, os «slogans» separatistas («portugueses fora dos Açores») e «o próprio comunicado, arrogante e ambíguo, do gabinete do dr. Amaral, ponta de lança do separatismo envergonhado e legalista» o comunicado sublinha que tais acontecimentos «não podem deixar de preocupar grandemente todos os democratas e patriotas, antifascistas e anti-separatistas, independentemente das suas divergências políticas e ideológicas».

«É preciso que fique bem claro» — prossegue a J. S. — «que o conceito de autonomia regional não comporta a desobediência às decisões do Governo Central, cuja soberania se alarga a todo o território português, nos termos constitucionais. É preciso que fique claro que a autonomia regional, para se assumir como autonomia e não como separatismo, deve respeitar os órgãos de soberania centrais e os compromissos assumidos perante a nação portuguesa.»

«Torna-se hoje evidente a verdadeira natureza da «social-democracia» açoriana e, em menor escala, da madeirense», refere ainda o comunicado, que destaca a inexistência, hoje, nas regiões autónomas «de liberdades democráticas para todos» e que «a Imprensa está controlada quase completamente pela aristocracia local, ligada aos interesses separatistas e aos capitais luso-americanos. Os Governos Regionais escondem a sua incompetência política e insuficiência técnica com diatribes permanentes dirigidas ao Poder central e às forças democráticas».

O comunicado refere, no final, a necessidade de reforço do «apoio político aos socialistas insulares e a todos os democratas e antifascistas que aí se levantam contra as prepotências, pela consolidação do estado democrático e pela construção do Socialismo».

Entretanto a J. S. enviou-nos um pedido de retificação a uma pequena notícia do «D.L.», referindo que três elementos da J. S. tinham sido suspensos por «terem convocado um comício contra o bombismo, o terrorismo e os 'pides'». A nota indica que tais suspensões devem-se ao facto desses elementos «terem convidado para oradores do comício Carmelinda Pereira, Henrique Fernandes e Maria da Paz Lima e por terem na convocatória desse comício, contestado abertamente a direcção».

Suspensos do P.S. na agenda da Comissão de Conflitos

Reuniu ontem a Comissão Nacional de Conflitos do P. S. Reunião de rotina, assim a classificou António Arnaut, à entrada, falando aos jornalistas. Sabe-se no entanto que a reunião serviu para prosseguir o debate, iniciado em reunião anterior na passada semana, sobre a situação daqueles militantes que se encontram suspensos das suas actividades no partido: entre outros, os deputados Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.

Provavelmente, a comissão terá tomado uma decisão durante a reunião, que terminou já às primeiras horas de hoje. A curiosidade pública foi remetida para um eventual comunicado do Secretariado. A Comissão dará conta ao Secretariado da decisão porventura tomada. Caberá ao Secretariado tornar pública a decisão.

A situação em Espanha

Continuação da pág. 1

tempo em que classificava os últimos acontecimentos como «provocações estúpidas e inúteis».

Entretanto, as acções terroristas das últimas 72 horas em Espanha foram ontem reivindicadas, por telefone, ao jornal «El País» pela «Aliança Apostólica Anticomunista», sobre a qual fontes policiais emitiram a convicção de ter ligações com a congênere argentina Aliança Anticomunista Argentina. Note-se as mesmas iniciais (AAA).

Falando de uma cabine pública, um desconhecido leu um comunicado em que eram reivindicados o assassínio do estudante, no domingo, a acção contra a «pub» Santa Bárbora, que não teve consequência porque a Polícia chegou a tempo e, finalmente, o atentado contra os advogados. O comunicado diz que o ataque contra o escritório foi efectuado pelo comando «Roberto Hugo Sosa» e ameaçou que outras acções se sucederiam se o general Villaescusa e o presidente do Conselho de Estado, Oriol y Urquijo, aparessem mortos, factos que desencadeariam «a reedição da noite das facas longas».

Ontem, 13 dos principais representantes da Oposição Democrática emitiram um apelo à paz civil e à calma, no qual classificam os atentados de «provocação intolerável» e exigem do Governo o desmantelamento das redes terroristas «que agem impunemente». Um mesmo apelo à paz foi lançado pelos jornais madrilenos e pelo governador civil de Madrid.

Por todo o país sucedem-se as manifestações e as greves, em repúdio ao assassínio do estudante, no domingo, e dos advogados, no fim da noite de segunda-feira. Estes, hoje estão em câmara ardente, a partir das 13 horas, numa capela do Palácio da Justiça. O funeral está marcado para as 16 horas. Anteriormente, o ministro da Justiça, havia recusado permissão para este acto, por razões de segurança.

Pelo seu lado, Adolfo Suárez cancelou a visita ao Egipto, Iraque e Síria, que efectuaria esta semana. Em seu lugar, viaja o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelino Oreja.

Propõem Mugabe e Nkomo

Derrotar Ian Smith

A ameaça de um conflito racial sangrento paira sobre a Rodésia, a seguir à rejeição pelo primeiro-ministro Ian Smith das propostas britânicas para uma solução, propostas essas que têm o apoio dos Estados Unidos.

Como se sabe, Smith rejeitou essas propostas num encontro que teve, há dois dias, em Salisbúria, com o emissário britânico Ivor Richard.

«Leaders» negros africanos e nacionalistas rodesianos reagiram com advertências de que a intensificação da guerra é, agora, a única alternativa para um Governo de maioria negra.

Ontem, em Salisbúria, Smith reuniu-se em sessão com o seu gabinete e julga-se que debateram planos para procurar conseguir uma solução interna com aqueles que o chefe do Governo considera nacionalistas rodesianos moderados.

«É evidente que não resta outro caminho senão a guerra» — observou hoje Reuben Kamanga, destacado político zambiano.

Efectivamente, elementos da aliança nacionalista da Frente Patriótica (Robert Mugabe e Joshua Nkomo) afirmaram que a primeira prioridade era agora a derrota militar de Ian Smith.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
EM DEZEMBRO: 45 813

EXÓTICOS MARROCOS

4 dias em Tanger desde	2.890$00
5 dias em Tanger desde	3.150$00
1 semana em Tanger desde	3.900$00
Cidades Imperiais (8 dias p/ completa)	8.950$00
Jóias de Marrocos (8 dias m/ pensão)	9.950$00

Incluindo viagem aérea, alojamento em quarto c/ banho, peq. almoço, meia pensão ou pensão completa. Visitas, transporte aeroporto/hotel/aeroporto.

CONSULTE:

BUISSON VIAGENS TURISMO
Rua Braamcamp, 15-D LISBOA T. 40459 40468 560975

UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

Carlucci conta no Funchal

"Sou embaixador acreditado em Portugal inteiro"

FUNCHAL, 26 — O embaixador dos E. U. A. em Lisboa, Frank Carlucci, encontra-se de visita à Madeira. Em declarações ao «Diário de Notícias» local, Carlucci explicou a sua presença comentando que era um embaixador não só acreditado em Lisboa mas em Portugal inteiro.

Aproveitando do bom clima, o diplomata norte-americano jogou ontem uma partida de ténis.

Entretanto, encontra-se já no Funchal o novo cônsul da Venezuela, Francisco José Rodriguez Hojos.

ROCHA VIEIRA CHEGA AMANHÃ

É esperado amanhã na Madeira o general Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército, que deverá permanecer no arquipélago até ao próximo sábado, 29.

Rocha Vieira viaja acompanhado de onze oficiais, devendo desembarcar no Funchal cerca das 10.30. Durante a sua estada na Madeira visitará várias unidades e centros sociais militares.

nota de rodapé

PARA EVITAR CONFUSÕES

Em carta que nos envia, o sr. Álvaro António de Vasconcelos, de 46 anos, funcionário do Instituto Pasteur de Lisboa, membro do Partido Socialista e presidente da Junta de Freguesia das Mercês (Lisboa), como usa normalmente o nome de Álvaro de Vasconcelos, pede-nos que tornemos público que nada tem a ver com o sr. Álvaro de Vasconcelos, dirigente do P.C. de P. (m-l).

Este sr. Álvaro de Vasconcelos do P.C. de P. (m-l) foi o que, em recente conferência de Imprensa, afirmou que o seu partido, o P.C. de P. (m-l), defende um governo de «unidade da burguesia nacional» (CDS/PPD/PS)», defende a «recuperação da economia capitalista», defende «a eliminação do controlo operário» e defende o «regresso dos grandes capitalistas no estrangeiro».

Nada de confusões.

FALTAM 400!

A direcção de pessoal da Radiodifusão Portuguesa fez, recentemente, um levantamento sobre o número de trabalhadores da empresa. Ora dos 2 700 funcionários registados, e que são pagos no fim de cada mês, aqueles serviços verificaram, através do citado levantamento, que só aparecem 2 3000, ignorando porque bandas circulam os restantes 400 trabalhadores.

A tratar-se de absentismo, não há dúvida que o Primeiro-Ministro foi pouco feliz ao apontar como exemplos algumas empresas da Cintura Industrial, cujo trabalho não é, propriamente, tão agradável como o dos estúdios ou gabinetes alcatifados, com direito a cantina e restaurantes próprios.

E OS RESULTADOS?

E por falar na RDP pergunta-se: onde param os resultados da eleição para a Assembleia de Rádio? Como se sabe, uma diferença de três votos separava a lista A (PS) da C (unidade de esquerda). Ora, apesar de prometidos para breve, os resultados finais (ainda faltavam apurar alguns votos) continuam a ser desconhecidos. Que se passa?